

Vol. XXV, Nº 3, dezembro de 2021

- ✚ **ESCALA DE AUTORITARISMO DE DIREITA: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E PRECISÃO NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO**
- ✚ **ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**
- ✚ **SAÚDE DO ESTUDANTE ADOLESCENTE BRASILEIRO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**
- ✚ **ACESSO AOS RECURSOS TECNOLÓGICOS POR PROFESSORES NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**
- ✚ **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS: UMA PROPOSTA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL**
- ✚ **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE**
- ✚ **APRENDIZAGEM ESCOLAR, INFÂNCIA E NATUREZA: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR MÃES E PAIS DE CRIANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**
- ✚ **MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: FORMAS DE NORMALIZAR COMPORTAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR**
- ✚ **POBREZA MENSTRUAL E SOFRIMENTO SOCIAL: A BANALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL**
- ✚ **ESTILOS DE LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E TRANSACIONAL E COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL – UM ESTUDO NUMA EMPRESA DO RAMO DE DECORAÇÃO TÊXTIL**

Ficha Técnica

Diretor	José Carlos Pereira de Morais	
Diretor Adjunto	António Nunes	
Editor	ISPGAYA	
Conselho Editorial	António Nunes (U. Lusófona do Porto) Amâncio Pinto (U. do Porto) Ana Paula Cabral (Queen Mary U. London) Félix Neto (U. do Porto)	Joaquim Ferreira (U. de Coimbra) José Carlos Morais (ISPGAYA) Lino Tavares Dias (ISPGAYA) Mário R. Simões (U. de Coimbra)
Conselho Consultivo	António Roazzi (U. Federal de Pernambuco) António Nunes (U. Lusófona do Porto) Avelino Oliveira (U. Fernando Pessoa) Cândida Alves (U. Fernando Pessoa) Celeste Malpique (U. do Porto) Daniela de Carvalho (U. Portucalense, Porto) Dorothy Bedford (U. Roehampton) Etienne Mullet (É. P. H. Études, Paris) Elizabeth Pinto da Costa (U. Lusófona do Porto) Feliciano H. Veiga (U. de Lisboa) Iria Brzezinsky (U. Católica de Goias) Francisco Rocha Gonçalves (U. Porto) Isabel Alarcão (U. de Aveiro) José Carlos Morais (ISPGAYA) João Teixeira Lopes (U. do Porto) Rui Leandro Maia (U. Fernando Pessoa) José A. Cruz (U. do Minho)	José Tavares (U. Aveiro) José Vasconcelos Raposo (U. T. A. D.) Manuel Ferreira Patrício (U. de Évora) Manuel Loureiro (U. da Beira Interior) Manuel Viegas Abreu (U. de Coimbra) Margarita Pino (U. de Vigo) Maria Belém Ribeiro (U. Lusófona) Maria Corrêa Jacques (U. F. de R. G. do Sul) Miguel Ricou (U. Porto) Nicolau V. Raposo (Universidade de Coimbra) Paulo Schmitz (U. de Bona) Piedade Alves (U. Fernando Pessoa) Raquel Z. Guzzo (P. U. Católica de Campinas) Rui A. Santiago (U. de Aveiro) Rui Trindade (U. do Porto) Susana Oliveira Sá (I. de Estudos Superiores de Fafe)
Coordenação Revisão Editorial	José Carlos Pereira de Morais	
Propriedade	Instituto Superior Politécnico Gaya CEP – Cooperativa de Ensino Politécnico, CRL	
NIPC	501962433	
Sede de Redação	Av. dos Descobrimentos, 333; 4400-103 Vila Nova de Gaia Tel. 22 374 57 30/3 Fax 22 374 57 39	
ISSN	0874-2391	
Depósito Legal	117618/97	
I.C.S	121587	
Frequência	Triannual - Vol. XXV Nº 3 Dezembro de 2021	

Índice

p.

EDITORIAL.....	4
-----------------------	----------

José Carlos Morais

ESCALA DE AUTORITARISMO DE DIREITA: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E PRECISÃO NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO.....	6
--	----------

Mateus Egilson Da Silva Alves, Emerson Diógenes de Medeiros, Paulo Gregório Nascimento da Silva, Willyam Rodrigues e Silva, Francisca Daniele Nogueira Albuquerque, Maria Gabriela do Nascimento Araújo

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	22
--	-----------

Gabriel Vitor Melo Rocha, Kennedy Ferreira da Silva, Luziane Vitoriano da Costa, Breno de Oliveira Ferreira, Ewerton Helder Bentes de Castro

SAÚDE DO ESTUDANTE ADOLESCENTE BRASILEIRO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	38
--	-----------

Francisca Pereira dos Santos, Fauston Negreiros

ACESSO AOS RECURSOS TECNOLÓGICOS POR PROFESSORES NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA.....	56
---	-----------

Calila Mireia Pereira Caldas, Joilson Pereira da Silva

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS: UMA PROPOSTA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL.....	74
---	-----------

Marcos Antônio Andrade da Costa, Timóteo Madaleno Vieira

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE.....	88
--	-----------

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa

APRENDIZAGEM ESCOLAR, INFÂNCIA E NATUREZA: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR MÃES E PAIS DE CRIANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	98
--	-----------

Thaís de Jesus Avelino, Fauston Negreiros

MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: FORMAS DE NORMALIZAR COMPORTAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	117
--	------------

Marta Solange Streicher Janelli da Silva, Meiridiane Domingues de Deus, Luciane Prado Kantorski

POBREZA MENSTRUAL E SOFRIMENTO SOCIAL: A BANALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL.....	133
---	------------

Rogers Alexander Boff, Jaqueline Bilhalva Maicá Brum, Ananda Nasai Machado de Oliveira, Sueli Maria Cabral

ESTILOS DE LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E TRANSACIONAL E COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL – UM ESTUDO NUMA EMPRESA DO RAMO DE DECORAÇÃO TÊXTIL.....	148
Vanessa Ramos, José Carlos Morais	

EDITORIAL

Em dezembro de 2021 completamos o 25º ano de edição da Revista de Psicologia Educação e Cultura, reunindo neste 3º número deste ano um conjunto de 10 artigos, comprovando-se a solidificação da nossa revista no enquanto lugar de publicação científica dos investigadores dos países da lusofonia.

Um primeiro artigo tem por título «Escala de autoritarismo de direita: evidências de validade e precisão no interior do nordeste brasileiro». O estudo objetivou adaptar e avaliar evidências de validade e precisão da Escala Reduzida de Autoritarismo de Direita (RWA) num contexto do interior nordestino. Os autores acreditam que o instrumento utilizado apresenta evidências aceitáveis de precisão, sendo adequada para uso em pesquisas com o autoritarismo sendo uma das variáveis.

O segundo texto intitula-se «Atendimentos psicológicos online durante a pandemia da covid-19: uma revisão sistemática». Este artigo faz um levantamento de publicações sobre estratégias interventivas/intervenções no âmbito da pandemia Covid 19. Conclui-se que a escassez de treinamentos ou falta de experiência dos profissionais acerca das TICs não foi componente impeditivo para que os atendimentos online acontecessem. Conclui-se também que a população se beneficiou da rápida resposta de assistência à saúde mental oferecida pelos profissionais.

O terceiro artigo, intitulado «Saúde do estudante adolescente brasileiro: revisão sistemática da literatura» realiza uma revisão sistemática da literatura sobre a saúde do estudante adolescente no Brasil, considerando o período de Julho de 1990 a Julho de 2020. Os autores apresentam uma visão de o fenómeno vem sendo abordado no contexto brasileiro, principalmente após a implementação de políticas públicas voltadas para a atenção e o cuidado com a saúde do estudante adolescente.

O quarto artigo intitula-se «Acesso aos recursos tecnológicos por professores na pandemia da covid-19: uma revisão integrativa de literatura». A partir de uma revisão integrativa da literatura, os autores propõem-se analisar produções científicas que evidenciem a utilização dos recursos tecnológicos pelos professores, durante a pandemia da COVID-19. Os resultados mostraram que o uso dos recursos tecnológicos melhoram a compreensão conceitual do aluno, aprimora a interação entre aluno/professor, apresenta soluções colaborativas rápidas, facilita o processo de ensino-aprendizagem; requerendo do professor habilidades técnicas para utilização dos recursos digitais.

O quinto artigo intitula-se «Educação financeira e a formação de competências financeiras: uma proposta cognitivo-comportamental». Pretende realizar uma revisão de literatura que explore a perspetiva cognitivo-comportamental sobre educação financeira.

O sexto artigo tem por título «A expansão da educação profissional e tecnológica: a educação superior em debate». Trata-se de um ensaio teórico que pretende apresentar as mudanças e as especificidades da educação superior de carácter profissionalizante no âmbito da formação académica e formação profissional nos Institutos Federais do Brasil.

O sétimo artigo intitula-se «Aprendizagem escolar, infância e natureza: sentidos atribuídos por mães e pais de crianças de uma instituição de educação infantil». Este estudo procurou investigar os sentidos atribuídos por mães e pais de crianças acerca da aprendizagem escolar em contato com a natureza de uma escola de Educação Infantil piauiense. Os resultados se desdobraram em unidades de análise que elucidam as potencialidades do contato entre a criança e natureza na constituição da aprendizagem escolar. Também emergiram concepções de natureza, a partir dos sentidos atribuídos pelas participantes. Espera-se, com o estudo, fomentar reflexões e ações que favoreçam a aproximação entre a criança, escola e natureza.

O oitavo artigo tem por título «Medicalização na educação: formas de normalizar comportamentos no contexto escolar». Objetiva-se analisar a medicalização da educação e suas formas de normalizar comportamentos no contexto escolar. Os resultados evidenciam que a medicalização foi uma alternativa de auxílio no processo de aprendizagem dos/as discentes. Os autores concluem que é necessário analisar a complexidade relacionada a expressão de comportamentos tidos como inadequados dos estudantes.

O nono artigo intitula-se «Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no Brasil». Trata-se de um estudo exploratório, amparado no método dedutivo e com suporte na revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar a pobreza menstrual no Brasil, e se essa vulnerabilidade ocasiona sofrimento social. Concluiu-se que as condições degradantes da vida geram a perda de objetos sociais das pessoas menstruantes e, com isso, emerge o sofrimento social.

O décimo artigo intitula-se «Estilos de liderança transformacional e transacional e comportamentos de cidadania organizacional – um estudo numa empresa do ramo de decoração têxtil». Este trabalho analisa as relações entre a liderança transacional, a liderança transformacional e os comportamentos de cidadania organizacional numa empresa ramo decoração têxtil. Os resultados obtidos evidenciam que existe uma relação significativamente positiva entre os estilos de liderança estudados e os comportamentos de cidadania organizacional.

O diretor da revista de Psicologia, Educação e Cultura

José Carlos Morais

ESCALA DE AUTORITARISMO DE DIREITA: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E PRECISÃO NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO

Mateus Egilson Da Silva Alves¹

Emerson Diógenes de Medeiros²

Paulo Gregório Nascimento da Silva³

Willyam Rodrigues e Silva⁴

Francisca Daniele Nogueira Albuquerque⁵

Maria Gabriela do Nascimento Araújo⁶

Resumo

Este estudo objetivou adaptar e avaliar evidências de validade e precisão da Escala Reduzida de Autoritarismo de Direita (RWA) em um contexto do interior nordestino. Participaram 229 pessoas, com idades média de 21,81 anos, em maioria do sexo feminino, heterossexual e solteiros. Foram utilizados um instrumento de 18 itens respondidos numa escala do tipo *likert* e perguntas de caráter sociodemográfico. Analisou-se os itens através do SPSS 21 com estatísticas descritivas, análise fatorial e

¹ Graduando de Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) - Av. São Sebastião, nº 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, Brasil, 64202-020; e-mail: mateusegalves@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Professor e orientador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) - Av. São Sebastião, nº 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, Brasil, 64202-020; e-mail: emersondiogenes@ufpi.edu.br

³ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I - Lot. Cidade Universitária, PB, João Pessoa - PB, Brasil, 58051-900; e-mail: silvapgn@gmail.com

⁴ Graduando de Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) - Av. São Sebastião, nº 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, Brasil, 64202-020; e-mail: willyamrs1989@gmail.com

⁵ Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) - Av. São Sebastião, nº 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, Brasil, 64202-020; e-mail: danielealbuquerque552@gmail.com

⁶ Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) - Av. São Sebastião, nº 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, Brasil, 64202-020; e-mail: gabi.sikver@gmail.com

de confiabilidade. 3 Fatores foram validados, Conservadorismo (Fator 1) com 8 itens, Tradicionalismo (Fator 2) reunindo 4 itens e Autoritarismo (Fator 3) com 4 itens. Acredita-se que o instrumento apresenta evidências aceitáveis de precisão, sendo adequada para uso em pesquisas com o autoritarismo sendo uma das variáveis.

Palavras-chave: Autoritarismo; Escala; Precisão; Validade.

Introdução

Historicamente, no início do século XX, houve um aumento significativo acerca do interesse acadêmico pela definição de autoritarismo, seguindo a ascensão de regimes totalitários (nazismo, fascismo e comunismo) condizentes na época. Os estudos realizados até então compreendiam, principalmente, sua relação com o etnocentrismo e seus aspectos relacionados, como os ideais totalitários, estereótipos e preconceito. Atualmente, ainda é constatado o crescimento considerável de apoio ao autoritarismo como sistema de governo, principalmente no Oriente Médio, mas que também são observados nas democracias ocidentais contemporâneas, a exemplo os ideais presentes nos projetos e discursos do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (Barros, Torres, & Pereira, 2009; Silva & Rodrigues, 2021).

A partir disso, a expansão das metodologias de pesquisa e ampliação dos conceitos e concepções que perpassam a definição de autoritarismo, ocasionou uma mudança nos paradigmas metodológicos até então utilizados, onde antes consideravam perspectivas especificamente psicológicas a fim de explicar os comportamentos de obediência a figura de autoridade dos regimes totalitários (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 2019). Quando se trata da afinidade ideológica ou de atitude para abraçar ideologias as diferenças individuais também são importantes, como o autoritarismo de direita. Entendido como o reflexo de uma tendência psicológica geral de se submeter às autoridades, apoiar os valores convencionais e punir aqueles que transgridam as regras (Faragó, Kende, & Krekó, 2019). O autoritarismo de direita também está fortemente associado ao preconceito de fora do grupo (Duckitt & Sibley, 2010). Pessoas com atitudes mais autoritárias avaliam mensagens altamente opinativas, como propaganda extremista e declarações políticas unilaterais de forma mais favorável (Rieger, Frischlich, & Bente, 2017).

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, é de notória importância destacar que, diante o exposto, o conceito de autoritarismo de direita foi desenvolvido por Altemeyer (1996), como sendo a união de três grupos atitudinais inter-relacionados: submissão autoritária (sujeição à autoridade), agressão autoritária (sentimento de agressão aos violadores das normas) e o conservadorismo (adesão estrita às normas e valores convencionais). Os autoritários acreditam que o mundo é um lugar ameaçador e perigoso, para além disso,

os autoritários são motivados a preservar as normas do grupo (Duriez & Hiel, 2002), então eles valorizam a conformidade social ao invés da autonomia individual (Cohrs et al., 2005).

Assim, novas pesquisas realizadas constataram a relevância dos aspectos psicossociais para a construção e manutenção do indivíduo, partindo do princípio de que o autoritarismo não é considerado como uma peculiaridade de personalidade individual, mais como um conjunto geral de atitudes que englobam dogmatismo, uma preferência por conformidade, disposição para impor padrões comportamentais de forma coercitiva, punitiva em relação a inimigos percebidos, além de preocupação com hierarquias, como um aspecto de mudança conforme determinados contextos políticos (Costello, Bowes, Stevens, Waldman, Tasimi, & Lilienfeld, 2021), sendo mediado por fatores, a exemplo da identidade social e valores. Dessa forma, compreende-se a influência da adesão aos sistemas de valores como fator significativo para análise do autoritarismo (Lima, Jannuzzi, Moura, & Segundo, 2020; Orellana, 2018).

Nesse contexto, verifica-se que os valores humanos são como modelos guias de condutas individuais ou grupais que proporcionam soluções para conflitos, direcionam a manutenção da ordem social e resultam em padrões para análises e julgamentos sociais, correspondendo a conceitos ou crenças, pertencentes a estados finais desejáveis ou comportamentos, transcendendo circunstâncias específicas, guiando a escolha ou a avaliação de comportamentos e eventos (Gouveia, 2019). Assim, tem se verificado que autoritarismo de direita, caracterizado pelo convencionalismo, estão relacionados com valores convencionais, submissão autoritária, que estão associados a obediência e respeito à autoridade e agressão autoritária, representadas por atitudes punitivas para com aqueles que se desviam dos valores convencionais (Duckitt & Bizumic, 2013).

Entretanto, também deve-se ter em conta que o autoritarismo não é estável ao longo da vida, podendo ser influenciado por características contextuais, como por exemplo, eventos críticos da vida, como ameaças, como a da atual pandemia de COVID-19 como influências situacionais e processos de socialização ao longo da vida, exercendo influências a longo prazo (Schnelle, Baier, Hadjar, & Boehnke, 2021). Por exemplo, tem se verificado que o autoritarismo está associado a uma menor preocupação com a transmissão viral e menor adesão a comportamentos preventivos para a COVID-19, como o uso de máscara (Prichard & Christman, 2020).

Considerando o exposto, percebe-se a importância dos estudos relacionados ao autoritarismo a partir de suas pesquisas, Altemeyer (1981) desenvolveu uma escala (*Right-Wing Authoritarianism – RWA*), que busca avaliar o autoritarismo resultante das crenças oriundas das políticas de direita. Sua versão original é composta por 30 itens com escala de resposta do tipo *Likert* de 9 pontos, sendo utilizada em estudos acerca do autoritarismo, capaz de ser aplicada em diversos cenários, variando suas propriedades psicométricas de acordo com seus contextos. Ademais, o instrumento tem sido adaptado em diferentes culturas (González, Baquero, & Grohmann, 2021; Vilanova, Sousa, Koller, & Costa, 2018).

Por exemplo, Garcia-Sanchez, Valencia, Buitrago, Sanz, Ramírez e Tello (2020) elaboraram seu trabalho com base na escala RWA, onde traduziram e adaptaram para o contexto colombiano. A partir das análises foram identificados três fatores: Contestação à Autoridade, Submissão à Autoridade e Tradicionalismo, além de que foram observadas as relações positivas entre o autoritarismo e o patriotismo, homofobia, sexismo e entre outras variáveis.

A pesquisa de Vilanova et al. (2018) buscou e verificou as propriedades psicométricas no contexto brasileiro. Dessa forma, foi realizada a tradução e adaptação do instrumento para a língua portuguesa e aplicado em 518 participantes com idades entre 18 e 79 anos, sendo 59,8% do sexo masculino. Ao final da pesquisa, foram constatados quatro fatores com índices consistentes para avaliação: Autoritarismo ($\alpha = 0,936$), Contestação à Autoridade ($\alpha = 0,858$), Tradicionalismo ($\alpha = 0,871$) e Submissão à Autoridade ($\alpha = 0,897$).

Ressalta-se que tem se proposto versões reduzidas do instrumento como forma de refinamento do instrumento em diferentes culturas, que atestaram a estrutura trifatorial, a exemplo da Suécia (15 itens) e do Chile (12 itens) (Cárdenas & Parra, 2010). Entretanto, apesar de tais evidências, o instrumento apresentava limitações, por se tratar de uma medida que visa explicar apenas as diferenças individuais no comportamento social, coletivo e intergrupal (Duckitt, Bizumic, Krauss, & Heled, 2010).

Devido a isto, Duckitt et al. (2010) partindo de uma definição mais abrangente do fenômeno, que concebe o autoritarismo como expressões sociais atitudinais ou ideológicas de valores sociais básicos ou objetivos motivacionais que representam estratégias distintas, que visam a manutenção da segurança coletiva em detrimento da autonomia individual (Duckitt et al., 2010). Assim, partindo dessa conceituação, os três fatores da RWA (Altemeyer, 1981) foram renomeados para Autoritarismo (para agressão autoritária), Conservadorismo (para submissão autoritária) e Tradicionalismo (para convencionalismo) (Duckitt & Bizumic, 2013).

Diante do elucidado, o presente estudo teve como objetivo a adaptação, aplicação e análise da *Right-Wing Authoritarianism* – RWA (Duckitt et al., 2010), Escala de Autoritarismo de Direita, dentro do contexto acadêmico piauiense. Buscou-se examinar as propriedades psicométricas do contexto específico e suas vicissitudes.

MÉTODO

Participantes

Tendo o próprio campus acadêmico como local de aplicação, esta pesquisa teve o número de 229 (duzentos e vinte nove) participantes, ou seja, estudantes de diferentes cursos de uma instituição pública do

interior do Piauí. Especificamente, a média de idade variou de 18 a 49 anos ($M = 21,8$; $DP = 4,92$), sendo majoritariamente do sexo feminino (67,1%), com renda média de 2,194 R\$ ($DP = 1980,9$).

Instrumento

A Escala de Autoritarismo de Direita (EAD) (Duckitt et al., 2010) é um instrumento composto 18 itens, que são divididos equitativamente por três dimensões, que avaliam o autoritarismo, o conservadorismo; (3) tradicionalismo. Seus itens são respondidos em uma escala de 5 pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Informações sociodemográficas

Os participantes responderam a um conjunto de perguntas de cunho sociodemográficas, a exemplo de sexo, idade, tipo de instituição, curso, estado civil, religião e renda familiar, que foram realizadas com o objetivo de caracterizar a amostra.

Procedimentos

Inicialmente, a escala foi traduzida para o português brasileiro, por meio do método do *Back Translation* assim, a medida foi traduzida por dois tradutores independentes e em seguida retraduzida, para o inglês, com a colaboração de dois professores bilíngues de língua inglesa, que não conheciam o instrumento (tradução às cegas). Esse método, foi realizado para verificar se os itens das duas versões (português e inglês) eram equivalentes, os tradutores estavam atentos as diferenças culturais de cada idioma, fazendo, quando necessário, as devidas adequações e correções nos itens.

Posteriormente, a medida passou pelo processo de validação semântica, sendo realizado por estudantes universitários dos primeiros e dos últimos períodos de uma instituição pública da cidade de Parnaíba, Piauí. O processo de validação semântica, seguiu os procedimentos estabelecidos por Pasquali (2016), assim, contou-se com uma amostra de 10 participantes, distribuídos equitativamente entre homens e mulheres, de modo que a partir do acesso destes ao instrumento se verificasse aqueles itens com dificuldades de interpretação. Passada essa etapa, prosseguiu com o uso do instrumento para o estudo empírico.

As pessoas foram convidadas a participar da pesquisa de maneira individual em uma universidade pública da cidade de Parnaíba. A todos que concordaram participar do estudo foi explicado o caráter voluntário e que a pesquisa não traria danos aos participantes, também foi esclarecido a todos que não existiam respostas certas ou erradas e que ao assinalar a primeira afirmação eles estariam concordando com

a participação na pesquisa, e que somente os pesquisadores responsáveis teriam acesso às informações. Os questionários foram aplicados sempre na presença dos pesquisadores, sendo informados os objetivos da pesquisa e fornecidas as instruções para o correto preenchimento dos questionários. Os questionários foram respondidos individualmente, levando em média, 5 minutos para o seu preenchimento e conclusão na participação da pesquisa.

Análise de dados

A análise dos dados foi feita através do programa estatístico SPSS, versão 21. Por meio deste foram realizadas estatísticas descritivas das variáveis dos dados característicos da amostra estudada. Para se analisar o poder discriminativo dos itens e a estrutura fatorial da escala realizou-se uma Análise Multivariada de Variância (MANOVA) e uma Análise Fatorial Exploratória, respectivamente. Por fim, na análise de consistência interna da escala foi utilizado o coeficiente alfa de Cronbach.

Resultados

Os resultados obtidos seguem a relatar o quanto os itens conseguem retratar o comportamento obtido no SPSS que visam demonstrar o poder discriminativo dos itens, a análise fatorial a demonstrar os itens com maior poder discriminativo por fator e o quanto o fator pode ser significativo por intermédio da consistência interna, o coeficiente de *Cronbach*.

Poder discriminativo dos itens

É necessário que os itens consigam distinguir pontuações próximas ou não entre os participantes. Para isso foi feita a análise dos itens por meio da MANOVA, comparando-os em dois grupos (Superior e Inferior), sendo a somatória desses grupos seguindo o critério da mediana, onde obtêm-se valores de média (M) e desvio padrão (DP) para os dois grupos criados. Para a devida exatidão quanto aos resultados, foi necessário que se realizasse a inversão dos itens obtidos da escala reduzida trabalhada, sendo estes: 7, 14 e 17 no fator Conservadorismo, 9 e 16 no fator Tradicionalismo e 3,8 e 10 no fator Autoritarismo (agressão autoritária). A tabela 1, a seguir mostra os valores obtidos.

Tabela 1 – Poder discriminativo dos itens

GRUPOS CRITÉRIOS							
	SUPERIOR		INFERIOR		CONSTANTE		n^2p
FATORES / ITENS	M	DP	M	DP	F	F	
Conservadorismo							
2	5,22	1,43	3,28	1,44	94,686	0,000	0,311
5	4,58	1,50	2,54	1,26	113,917	0,000	0,352
7	4,46	1,61	2,61	1,23	87,865	0,000	0,295
11	4,71	1,62	2,42	1,20	136,962	0,000	0,395
14	3,18	1,66	1,70	0,81	67,717	0,000	0,244
17	3,94	1,56	2,28	1,18	75,902	0,000	0,265
Tradicionalismo							
6	4,68	2,11	5,97	1,53	27,453	0,000	0,108
9	3,91	1,80	1,89	0,99	106,612	0,000	0,320
13	4,98	1,56	2,52	1,42	154,154	0,000	0,404
15	4,06	1,46	2,39	1,53	118,291	0,000	0,343
16	5,68	2,71	2,46	1,23	78,795	0,000	0,258
18	4,60	1,45	2,22	1,45	174,689	0,000	0,435
Autoritarismo (agressão autoritária)							
1	5,07	1,51	3,09	1,47	94,566	0,000	0,306
3	5,80	1,22	3,86	1,73	89,270	0,000	0,294
4	5,63	1,20	3,27	1,60	149,812	0,000	0,412
8	4,49	1,56	2,84	1,40	71,529	0,000	0,251
10	5,30	1,44	2,70	1,58	158,444	0,000	0,425
12	4,47	1,65	3,04	1,47	44,811	0,000	0,173

Fonte: autores

A tabela 1, aponta o quanto cada fator apresenta itens discriminativos, com todos possuindo bons itens, à exceção do fator tradicionalismo com o item 6, a ser excluído, por apresentar baixa distinção entre as magnitudes de respostas ao item, não podendo diferenciar os sujeitos corretamente. Com isso podemos apreender que apenas 17 itens possuem capacidade de discriminação.

No fator conservadorismo com (Lâmbida de Wilks = 0,274, $F(6,205) = 90,366$, $p < 0,001$ e tamanho de efeito (n^2p) de 0,726) os itens 11 (o que o nosso país mais precisa é de disciplina, com todos seguindo nossos líderes em harmonia), 5 (nosso país será melhor se mostrarmos respeito à autoridade e obedecermos a nossos líderes) e 2 (obediência e respeito à autoridade são as virtudes mais importantes que as crianças podem aprender), respectivamente, com melhor poder discriminativo.

No fator tradicionalismo com (Lâmbida de Wilks = 0,310, $F(6,222) = 82,284$, $p < 0,001$ e tamanho de efeito (n^2p) de 0,690) os itens 18 (os modos e valores “tradicionais” ainda mostram a melhor forma de se viver), 13 (esse país irá florescer se os jovens pararem de consumir drogas, bebidas alcoólicas e fazer sexo, e passarem a prestar mais atenção aos valores familiares) e 15 (as leis divinas sobre aborto, pornografia e casamento devem ser seguidas rigorosamente antes que seja tarde demais), respectivamente, com melhor

poder discriminativo. Com o fator Autoritarismo ($\lambda = 0,286$, $F(6,209) = 86,939$, $p < 0,001$ e tamanho de efeito (η^2p) de 0,714) os itens de melhor poder discriminativo foram, respectivamente, 10 (do jeito que as coisas vão nesse país, será necessário “cortar o mal pela raiz” para dar jeito nos desordeiros, delinquentes e perversos), 4 (do jeito que as coisas vão nesse país, será necessário “cortar o mal pela raiz” para dar jeito nos desordeiros, delinquentes e perversos) e 1 (ser gentis com aproveitadores ou delinquentes só os encoraja a tirar proveito de sua fraqueza, sendo melhor agir de maneira firme e dura com eles).

Com os dados acima, podemos concluir que os itens são válidos para que possamos os analisar com a Análise Fatorial Exploratória e poder aferir a capacidade do fator de ser válido. Como o item 6 foi excluído, o mesmo já não fará parte da continuação da validade do instrumento.

Análise Fatorial

Para aferir a capacidade dos fatores de melhor precisão de itens discriminativos, foi realizado a Análise Fatorial Exploratória, a partir do referencial teórico apresentado de Duckitt et al. (2010) com 3 fatores (conservadorismo, tradicionalismo e agressão autoritarismo “agressão autoritária”) de agrupamento dos itens para a escala reduzida de autoritarismo de direita (RWA). Para essa análise foram usados os dados informados no índice de KMO e o Teste de Esfericidade de Bartlett, respectivamente, (0,861 e 1219,180) que comprovam a significância dos fatores.

Para a continuação da validade dos fatores foi utilizado o método de extração: fatoraçoão por eixos principais, rotação Varimax de acordo com o estudo de Cárdenas e Parra (2010), apresentando uma estrutura fatorial com quatro fatores, com valores de *eigenvalues* acima de 1,0 ($F_1 = 5,040$; $F_2 = 2,186$; $F_3 = 1,298$; $F_4 = 1,147$) explicando 45,28% da variância dos dados. Pelo critério de Cattell observou-se 5 fatores na representação gráfica (fig. 1), sendo realizada uma programação paralela para assertividade na dimensão dos fatores, sendo considerado apenas 2 fatores que apresentam carga abaixo dos fatores extraídos do critério de Kaiser ($F_1=1,50$, $F_2=1,39$, $F_3=1,31$, $F_4=1,24$). Ressalta-se que apenas 17 itens foram utilizados para a composição da sintaxe, devido a exclusão do item 6 por não apresentar poder discriminativo.

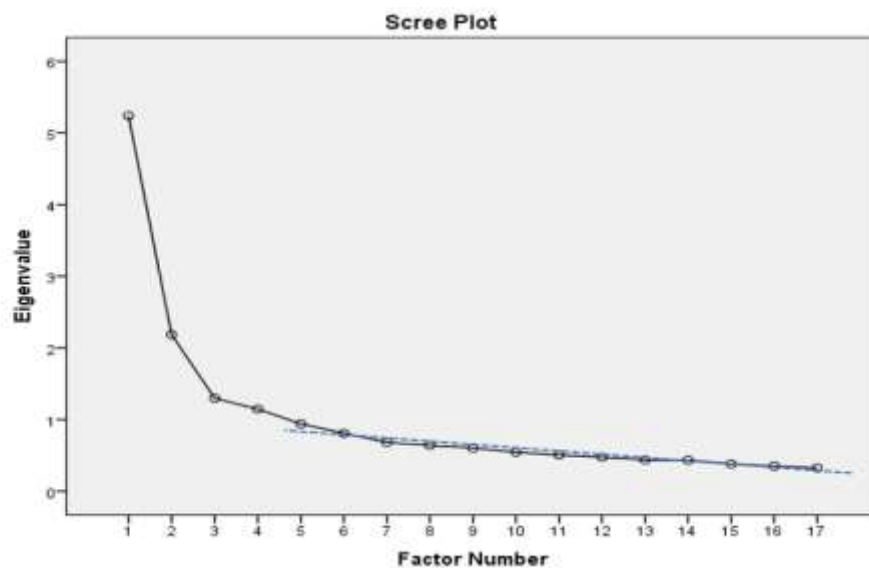


Figura 1 – Representação gráfica de fatores no critério de Cattell

Quando comparados a programação paralela, com o critério de Kaiser e Cattell (fig.1) são observáveis diferenças com o referencial teórico de 3 fatores, sendo assim, foi reduzido o critério de Kaiser para extração apenas de 3 fatores, para que permaneça coerência com o referencial teórico utilizado. Ademais, se utilizou a carga fatorial mínima de 0,40 para que permanecessem apenas os itens de melhor discriminação. A tabela 2 apresenta estes itens e suas respectivas cargas.

Tabela 2 - Itens e suas respectivas cargas analisadas

Itens	Cargas Fatoriais			
	F1	F2	F3	h ²
04. Os crimes e as desordens públicas recentes mostram que devemos agir mais duramente com os desordeiros, se quisermos preservar a lei e a ordem.	0,68*	0,23	-0,12	0,51
10. Do jeito que as coisas vão nesse país, será necessário “cortar o mal pela raiz” para dar jeito nos desordeiros, delinquentes e perversos.	0,66*	0,31	-0,04	0,53
11. O que o nosso país mais precisa é de disciplina, com todos seguindo nossos líderes em harmonia.	0,55*	0,23	0,18	0,39
02. Obediência e respeito à autoridade são as virtudes mais importantes que as crianças podem aprender.	0,54*	0,32	0,16	0,43
08. Um governo forte e duro vai prejudicar nosso país e não ajudá-lo.	0,53*	0,08	0,14	0,31
01. Ser gentis com aproveitadores ou delinquentes só os encoraja a tirar proveito de sua fraqueza, sendo melhor agir de maneira firme e dura com eles.	0,49*	0,15	-0,10	0,27
03. Nossa sociedade NÃO precisa de um governo mais duro e leis mais rigorosas.	0,46*	0,15	0,04	0,24
05. Nosso país será melhor se mostrarmos respeito à autoridade e obedecermos nossos líderes.	0,43	0,23	0,31	0,34
12. Nossas prisões são uma grande vergonha. Criminosas são pessoas desafortunadas que merecem uma atenção bem maior, ao invés de tanta punição.	0,34	-0,06	0,11	0,13
15. As leis divinas sobre aborto, pornografia e casamento devem ser seguidas rigorosamente antes que seja tarde demais.	0,26	0,71*	0,17	0,59
13. Esse país irá florescer se os jovens pararem de consumir drogas, bebidas alcoólicas e fazer sexo, e passarem a prestar mais atenção aos valores familiares.	0,25	0,66*	0,06	0,51
18. Os modos e valores “tradicionais” ainda mostram a melhor forma de se viver.	0,25	0,62*	0,29	0,53
09. Não há nada de errado com campos/praias nudistas.	0,15	0,57*	0,32	0,45
17. Estudantes em escolas e universidades devem ser encorajados a desafiar, criticar e confrontar autoridades.	-0,003	0,21	0,70*	0,54
07. É ótimo que muitos dos jovens estejam atualmente preparados para desafiar a autoridade.	0,17	0,14	0,67*	0,50
14. As pessoas deveriam estar prontas para protestar e desafiar leis com as quais não concordam.	0,005	0,05	0,57*	0,32
16. Ninguém deveria se restringir ao que é “correto e direito”. Ao invés disso, as pessoas deveriam se libertar e experimentar várias ideias e experiências diferentes.	0,08	0,39	0,50*	0,42
Número de itens	8	4	4	
Valores próprios	2,77	2,29	1,95	
Variância explicada	16,2%	13,4%	11,5%	
Alfa de Cronbach	0,79	0,80	0,73	

Fonte: autores

Os itens puderam comprovar a existência de boa confiabilidade dos itens com o construto estudado apresentando valores acima de 0,7, o que segundo Field é satisfatório para a confiabilidade do fator, e conservação dos fatores indicados no referencial teórico de Duckit et al. (2010) e também encontrados na versão reduzida encontrada em Cárdenas e Parra (2010). Havendo diferença quanto ao agrupamento semântico dos itens quando comparado a escala reduzida e visto nos resultados da Análise Fatorial Exploratória com 8 itens (04, 10, 11, 02, 08, 01, 03 e 05) retendo-se na dimensão Conservadorismo (F1) com cargas fatoriais que variaram de 0,68 (04. Os crimes e as desordens públicas recentes mostram que devemos agir mais duramente com os desordeiros, se quisermos preservar a lei e a ordem) a 0,63 (05. Não há nada de errado com sexo antes do casamento) com valor próprio de 2,77, e variância explicada de 16,2%, com bom nível de consistência interna de 0,79 no alfa de Cronbach.

Os itens 15, 18, 13 e 9 compõe a dimensão Tradicionalismo (F2) com cargas fatoriais que variam de 0,71 (15. As leis divinas sobre aborto, pornografia e casamento devem ser seguidas rigorosamente antes que seja tarde demais) a 0,57 (09. Não há nada de errado com campos/praias nudistas). É encontrado 2,29 no valor próprio, com 13,4% da variância explicada e consistência internada boa com 0,80 no alfa de Cronbach.

O fator 3 agrupa os 4 itens: 17, 7, 14 e 16, compondo a dimensão Autoritarismo (agressão autoritária) que possui cargas fatoriais variantes de 0,70 (17. Estudantes em escolas e universidades devem ser encorajados a desafiar, criticar e confrontar autoridades) a 0,50 (16. Ninguém deveria se restringir ao que é “correto e direito”. Ao invés disso, as pessoas deveriam se libertar e experimentar várias ideias e experiências diferentes) com valor próprio de 1,95 que representam 11,5% da variância explicada, e adequado nível de confiabilidade apresentando consistência interna de 0,73 no alfa de Cronbach.

É notório com isso que os itens se adequam satisfatoriamente nas dimensões, não sendo encontradas perdas de itens por bidimensionalidade, e com apenas o item 12 sendo excluído por não possuir carga fatorial satisfatória segundo o critério utilizado de 0,40 para permanência do item no fator, que soma-se ao item 6 perdido por falta de poder discriminativo

Assim, sendo composto o instrumento por 16 itens e com confiabilidade de consistência interna com obtenção no alfa de Cronbach de 0,79, já que ao se analisar a estrutura das inter-relações de um determinado número de variáveis observadas, a AFE define os fatores que melhor explicam a sua covariância (Hair, Anderson, Tatham & Black, 2019).

Discussão

Em busca de comprovação empírica entre a teoria e a realidade, é que a psicometria mostra-se relevante para a Psicologia quando por meio de procedimentos acurados por especialistas, e observável a partir das amostras estatísticas, que o comportamento entendido como a forma que o traço latente se manifesta, que pode ser mensurado por meio de instrumentos que após válidos apresentam um conjunto de itens, ao que coloca Pasquali (2016) que os itens são as representações comportamentais desses traços.

Como é de conhecimento popular, há um intenso sentimento de negativismo perante o poder político autoritário, em consideração a época de intenso autoritarismo há algumas décadas passadas no país. Em relação a tal fato averiguou-se o comportamento latente dos universitários em relação com o a conformação das normas estabelecidas pelo poder político. Pôde se identificar que em base a outras pesquisas universitárias, já realizadas, há uma indiferença entre a sociedade quando se trata de autoridade política, levando em comparação com o princípio do contexto Político vigente em diferentes locais.

Tendo em conta os principais achados da presente pesquisa, deve-se considerar que a pesquisa, reuniu evidências que atestaram a qualidade métrica da medida (validade fatorial e precisão), pois apresentou índices superiores aos indicados pela literatura (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014; Pasquali; 2016; Tabachnick & Fidell, 2013). Assim, para o contexto brasileiro, a EAD ficou composta por 16 itens, que avalia autoritarismo por uma estrutura trifatorial (Cohen et al., 2014). Os resultados considerados corroboraram a estrutura já evidenciada em pesquisas transculturais, prévias (Duckitt et al., 2010; Duckitt & Bizumic, 2013).

Entretanto, deve-se ter em conta que, apesar de resultados promissores, a pesquisa apresenta limitações, como por exemplo a amostra, que foi angariada de maneira conveniente (não probabilística), composta apenas por universitários de instituições públicas de uma cidade do interior do Piauí. Assim, evidencia-se que os resultados refletem a realidade para além da amostra considerada. Entretanto, não foi propósito do presente estudo generalizar resultados, mas apresentar um instrumento sobre a temática do autoritarismo que avaliasse o fenômeno de maneira fidedigna.

Outra potencial limitação refere-se ao fato de ter sido aplicada uma medida de autorrelato (lápis e papel), que apresenta desvantagens, como a desejabilidade social, que também está associada ao fenômeno do autoritarismo (Duckitt et al., 2010). Essa característica faz com que o respondente altere as suas respostas, em função do que acredita ser desejável. Assim, considerando a possibilidade de serem realizadas pesquisas futuras que utilizem a medida apresentada na presente pesquisa, indica-se algumas sugestões que tem por finalidade superar as potenciais limitações aqui encontradas.

Dito isto, sugere-se que estudos futuros optem por reunir amostras maiores e mais heterogêneas, que se proponham a avaliar diferentes contextos, visando reunir evidências complementares acerca da EAD se confirma. Para tanto, seria interessante considerar diferentes grupos.

Assim, tendo em consideração o Autoritarismo de direita e os valores que são considerados importantes para a sociedade, recomenda-se que para pesquisas futuras sejam utilizadas outras escalas para um estudo mais amplo relacionando-se com os construtos como os de satisfação com vida, valores sociais, diversidades sexuais, religiosidade. Aconselha-se que sejam aprofundados estudos mais exploratórios e aprimorados para robustecer e confirmar os dados encontrados na estrutura original da escala até o instante.

Para além disso, deve-se relacionar com variáveis que possivelmente podem estar associadas ao autoritarismo, como traços específicos de personalidade, valores humanos básicos e a dominância social (Lima et al., 2020; Undzenas, Dunn, & Spaiser, 2021). Ademais, seria relevante reunir evidências de validade convergente-discriminante e de critério, ou ainda estudos que proponham análises mais robustas, como a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), ou a Teoria de Resposta ao Itens, visando refinar o instrumento.

Em suma, conclui-se que os resultados observados na presente pesquisa, indicam evidências da adequação da EAD, que é uma medida relativamente curta, composta por 16 itens, com boas qualidades psicométricas, que pode ser útil e pesquisas que visem averiguar o autoritarismo de direita e seus correlatos, possibilitando avanços na temática no cenário nacional. A partir da validação da escala no contexto abordado aqui, confia-se que o objetivo tenha sido alcançado, pois a consistência interna das repostas manifestou confiabilidade no ambiente em que o questionário foi aplicado, visto que, os fatores alcançaram consistência interna no *alfa de Crobach*, adequados, que variam de 0,73 a 0,80, demonstrando assim adequabilidade satisfatória. Os resultados encontrados mostram que há conservação em três fatores (conservadorismo, tradicionalismo e autoritarismo “agressão autoritária”) considerados apropriados para a análise em nosso contexto, selecionando os itens mais eficazes da amostra inicial de acordo, como indica Anastasi (1986).

Visando um maior estudo da temática, recomenda-se a análise de um maior número de grupos a serem consultados pelos futuros novos estudos a serem realizados, visto as limitações prováveis do ambiente sujeitas que se tem para realizar acerca das investigações seria importante o uso de novas técnicas, mais desenvolvidas e precisas. Nesse sentido, trabalhar com propostas teóricas mais atualizadas como referência de novos estudos com diferentes grupos.

Referências

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. (2019). *The authoritarian personality*. Nova Iorque: Verso Books.

- Altemeyer, B. (1981). *Right-wing authoritarianism*. Winnipeg: University of Manitoba Press.
- Altemeyer, B. (1996). *The authoritarian specter*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Anastasi, A. (1986). Evolving concepts of test validation. *Annual review of Psychology*, 37(1), 1-15. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.37.020186.000245>
- Barros, T. S., Torres, A. R. R., & Pereira, C. (2009). Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *PsicoUSF*, 14(1), 47-57. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>
- Cárdenas, M., & Parra, L. (2010). Adaptación y validación de la Versión Abreviada de la Escala de Autoritarismos de Derechas (RWA) en una muestra chilena. *Revista de Psicología*, 19(1). <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2010.17098>
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). *Testagem e avaliação psicológica: Introdução a testes e medidas*. São Paulo: AMGH.
- Cohrs, J. C., & Asbrock, F. (2009). Right-wing authoritarianism, social dominance orientation and prejudice against threatening and competitive ethnic groups. *European Journal of Social Psychology*, 39(2), 270–289. <https://doi.org/10.1002/ejsp.545>
- Costello, T. H., Bowes, S. M., Stevens, S. T., Waldman, I. D., Tasimi, A., Lilienfeld, S. O. (2021). Clarifying the structure and nature of left-wing authoritarianism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1-47. <https://doi.org/10.1037/pspp0000341>
- Duckitt, J., & Bizumic, B. (2013). Multidimensionality of Right-Wing Authoritarian Attitudes: authoritarianism-conservatism-traditionalism. *Political Psychology*, 34(6), 841-862. <https://doi.org/10.1111/pops.12022>
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2010). Personality, ideology, prejudice, and politics: A dual-process motivational model. *Journal of Personality*, 78(6), 1861–1893. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00672.x>
- Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., & Heled, E. (2010). A tripartite approach to right-wing authoritarianism: The authoritarianism-conservatism-traditionalism model. *Political Psychology*, 31(5), 685-715. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00781.x>
- Duriez, B., & Hiel, A. V. (2002). The march of modern fascism: A comparison of social dominance orientation and authoritarianism. *Personality and Individual Differences*, 32(7), 1199–1213. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(01\)00086-1](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(01)00086-1)
- Faragó, L., Kende, A., & Krekó, P. (2019) Justification of intergroup violence – the role of right-wing authoritarianism and propensity for radical action. *Dynamics of Asymmetric Conflict*, 12(2), 113-128. <https://doi.org/10.1080/17467586.2019.1576916>
- Farias, M. L., Barbosa, M. L. A., Sousa Júnior, J. H., & Silva, L. A. (2021). Valores Humanos no Consumo Colaborativo: Uma Aplicação Utilizando a Abordagem Funcionalista de Gouveia (2003). *Consumer Behavior Review*, 5(2), 170-181. <https://doi.org/10.51359/2526-7884.2021.244735>
- Feather, N. T., & McKee, I. R. (2012). Values, right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and ambivalent attitudes toward women. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(10), 2479-2504. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2012.00950.x>
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Garcia-Sanchez, E., Valencia, N. M., Buitrago, E., Sanz Z, Ramírez, V., Tello, A. (2020). Propiedades psicométricas de la Escala de Autoritarismo de Derechas en población colombiana. *PsyArXiv*. <https://doi.org/10.31234/osf.io/txw7k>

- González, R. S., Baquero, M., & Grohmann, L. G. M. (2021). Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, 15(2), 9-44. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110792>
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 431-443. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300010>
- Gouveia, V. V. (2019). Human Values: Contributions from a Functional Perspective. In. S. Koller (Ed). *Psychology in Brazil* (Cap. 4, pp. 67–81). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-11336-0_5
- Gouveia, V. V., Vione, K. C., Milfont, T. L., & Santos, W. S. (2015). Guiding actions and expressing needs: On the psychological functions of values. *Psyche*, 24(2), 1-14. <https://doi.org/10.7764/psyche.24.2.884>
- Hair, J. F., Black, W. B., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cheriton House: Cengage.
- Lima, R. S. D., Jannuzzi, P. D. M., Moura, J. F., & Segundo, D. S. (2020). Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. *Opinião Pública*, 26(1), 34-65. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202026134>
- Monteiro, R. P., Medeiros, E. D., Pimentel, C. E., Gouveia, R. S. V., & Gouveia, V. V. (2020). Valores sociais atenuam sintomas depressivos em vítimas de bullying. *Psico*, 51(1), <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.29342>
- Orellana, C. I. (2018). Propriedades métricas da Escala de Autoritarismo de Direita Salvadorenha (RWA). *Revista Avaluar*, 18(1), 1-15. <https://doi.org/10.35670/1667-4545.v18.n1.19766>
- Pasquali, L. (2016). *TEP – Técnicas de Exame Psicológico: Os Fundamentos*. São Paulo: Vetor.
- Prichard, E. C., & Christman, S. D. (2020) Authoritarianism, conspiracy beliefs, gender and COVID-19: links between individual differences and Concern About COVID-19, mask wearing behaviors, and the tendency to blame China for the virus. *Frontiers in Psychology*, 11, 1-7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.597671>
- Rieger, D., Frischlich, L., & Bente, G. (2017). Propaganda in an insecure, unstructured world: How psychological uncertainty and authoritarian attitudes shape the evaluation of right-wing extremist internet propaganda. *Journal for Deradicalization*, 10, 203-229. <https://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/view/88>
- Schnelle, C., Baier, D., Hadjar, A., & Boehnke, K. (2021). Authoritarianism beyond disposition: a literature review of research on contextual antecedents. *Frontiers in Psychology*, 24(12), 1-10. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.676093>
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: Extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(5), 878–891. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.5.878>
- Silva, M. G., & Rodrigues, T. C. M. (2021). O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 26(1), 86-107. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021.1v26n1p86>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics*. New Jersey: Pearson Education.
- Undzenas, D., Dunn, K., & Spaizer, V. (2021). Re-examining the EU Referendum vote: right-wing authoritarianism and social dominance orientation as indirect trait-level motivation. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, (31), 1-22. <https://doi.org/10.1080/17457289.2021.1986052>
- Vilanova, F., Sousa, D. A. D., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>

RIGHT AUTHORITARIANISM SCALE: EVIDENCE OF VALIDITY AND ACCURACY IN THE INTERIOR OF NORTHEASTERN BRAZIL

Abstract

This study aimed to adapt and evaluate evidence of validity and accuracy of the Reduced Right Authoritarianism Scale (RWA) in a context in the interior of the Northeast. 229 people participated, with a mean age of 21.81 years, mostly female, heterosexual and single. An instrument with 18 items answered on a Likert-type scale and sociodemographic questions were used. Items were analyzed using SPSS 21 with descriptive statistics, factor analysis and reliability. Three Factors were validated, Conservatism (Factor 1) with 8 items, Traditionalism (Factor 2) with 4 items and Authoritarianism (Factor 3) with 4 items. It's believed that the instrument presents acceptable evidence of accuracy, being suitable for use in research with authoritarianism being one of the variables.

Keywords: Authoritarianism; Scale; Precision; Validity.

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Gabriel Vitor Melo Rocha⁷

Kennedy Ferreira da Silva⁸

Luziane Vitoriano da Costa⁹

Breno de Oliveira Ferreira¹⁰

Ewerton Helder Bentes de Castro¹¹

Resumo

A COVID-19 infectou milhares de pessoas no mundo, causando impactos sociais, econômicos e na saúde. Medidas protetivas com ênfase em saúde mental foram elaboradas para conter os impactos. *Objetivo:* buscou-se analisar quais estratégias interventivas estão sendo usadas na pandemia. *Metodologia:* esta revisão sistemática incluiu estudos sobre intervenções psicológicas dos bancos de dados da BVS-PSI, LILACS e PubMed. *Resultados:* Dos 26 artigos analisados, 26,92% foram de periódicos nacionais e 73,07% de periódicos internacionais. *Conclusões:* A escassez de treinamentos ou falta de experiência dos profissionais acerca das TICs não foi componente impeditivo para que os atendimentos online acontecessem. A população se beneficiou da rápida resposta de assistência à saúde mental oferecida pelos profissionais. Os treinamentos em TICs precisam ocorrer de forma contínua.

Palavras-Chave: Intervenções psicológicas online; estratégias; COVID-19.

⁷ Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasil

⁸ Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasil

⁹ Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasil

¹⁰ Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasil

¹¹ Faculdade de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasil

Endereço para correspondência: Avenida Rodrigo Otávio, 6200 – Setor Sul - Campus Universitário – Bloco X. Bairro: Coroadó. CEP: 69080-800. Manaus – AM, Brasil. E-mail: gabrielvitor.mr@gmail.com

Introdução

No final de dezembro de 2019, um novo vírus chamado SARS-CoV-2 infectou milhares de pessoas em Wuhan, China. Este novo coronavírus causa uma síndrome respiratória contagiosa chamada COVID-19. De Wuhan, o vírus rapidamente espalhou-se por toda a China e, algumas semanas depois, muitos países foram afetados pela epidemia da COVID-19. A rápida disseminação levou muitos governos a declararem estado de emergência, em que os cidadãos estavam submetidos à quarentena. Em 11 de março de 2020, a Organização das Nações Unidas classificou o coronavírus como uma pandemia (Accoto et al., 2021).

Eventos inesperados como uma pandemia global têm impactos significativos no bem-estar psicológico das pessoas, possibilitando o surgimento de impactos negativos para a comunidade e fragilizando a economia, a política e a cultura. Destarte, o tédio, o medo de se infectar, a experiência de isolamento, a incerteza geral têm um impacto significativo na saúde mental dos indivíduos, gerando sintomas de ansiedade, depressão e angústia psicológica geral percebida (Parolin et al., 2021).

Tullio, Perrone, Bilotta, Lanzarone e Argo (2020) argumentam que a população tem experimentado níveis crescentes de ansiedade, mesmo aqueles que não foram diretamente afetados pelo coronavírus. Esses sentimentos estão ligados ao contágio: medo, incerteza, sentimentos de perda de controle em suas vidas, desesperança, luto após a perda de parentes e amigos. Além disso, os mesmos autores discutem que, com o início da quarentena e das medidas de *lockdown* impostas pelos governos para inibir e reduzir o contágio, o sofrimento psicológico tem aumentado, provocando medo, pânico, desconfiança e agressão.

As pessoas e comunidades foram obrigadas a lidar com a angústia provocada pelo confinamento do novo coronavírus, além de isolamento e distanciamento social, e outros fatores estressores. É necessário compreender a experiência fenomenológica desta crise, incluindo os fatores de risco constantes e mutáveis, bem como a evolução das estratégias de enfrentamento (Segal-Engelman et al., 2021).

A exemplo disso, uma pesquisa ao estilo survey online de 3.919 participantes foi realizada em Santiago, Chile, nas primeiras duas semanas de *lockdown*. O estudo visava analisar o impacto psicológico do isolamento, preocupações futuras e perguntas relacionadas sobre apoio psicológico também foram feitas. Os principais impactos psicológicos percebidos foram a preocupação e a ansiedade. Os participantes mais jovens tiveram um maior impacto psicológico percebido e preocupações sobre emprego, finanças, saúde mental, estigma e saúde em geral. As preocupações sobre o futuro foram: saúde geral, emprego, e finanças. As mulheres relataram um impacto psicológico mais percebido do que os homens. Do total da amostra, quase metade dos participantes sentiram que precisam de apoio emocional após esta pandemia e estes são os que também mostraram maior impacto psicológico percebido. Este estudo confirma a presença do impacto emocional negativo percebido e das preocupações com o futuro. Além disso, há grupos vulneráveis, tais

como mulheres, pessoas mais jovens, trabalhadores autônomos e pessoas que estavam em processo psicológico que foram interrompidos (Dagnino, Anguita, Escobar & Cifuentes, 2020).

Com a chegada da doença do coronavírus, muitos terapeutas fecharam seus escritórios e começaram a oferecer atendimento no modelo de psicoterapia online. O uso da tecnologia tornou-se a única maneira, em muitos países, de promover intervenções psicoterápicas, e ocorreu uma mudança da prática presencial para o teleatendimento, considerando que a videoconferência constitui uma forma similar de oferecer a terapia (Fernández-Álvarez & Fernández-Álvarez, 2021).

Parolin et al. (2021) destacam que, na última década, pesquisadores implementaram intervenções psicológicas para ajudar a superar essas dificuldades, integrando novas tecnologias com intervenções individuais e de grupo através de videoconferência.

Como forma de se adequar ao novo cenário global, as intervenções em psicologia tiveram de ser atualizadas e adaptadas de acordo com as medidas de prevenção da COVID-19, uma vez que o trabalho do psicólogo requer a presença do paciente/cliente ou do grupo que necessita do apoio psicológico. Assim, a presente revisão sistemática tem por objetivo responder a seguinte pergunta: Quais estratégias de cuidado em intervenções psicológicas online estão sendo desenvolvidas durante a pandemia da COVID-19?

Metodologia

O presente artigo seguiu os procedimentos técnicos de uma revisão sistemática. É um método de pesquisa com o objetivo de obter informações presentes num grande número de publicações, sob a ótica de uma temática anteriormente determinada. Ademais, também é possível mapear, encontrar, avaliar criticamente e agrupar os resultados de estudos primários relevantes ao tema proposto, sintetizando-os numa concepção coerente (Brizola & Fantin, 2016).

Os bancos de dados utilizados nesta pesquisa foram: BVS-PSI, Lilacs e PubMed, com os seguintes descritores: “psicoterapia” OR “psicoterapia online” OR “saúde mental” OR “telepsicologia” OR “telessaúde” AND “COVID-19” OR “coronavírus” OR “pandemia” AND “psychotherapy” OR “online psychotherapy” OR “mental health” OR “telepsychology” AND “coronavirus” OR “pandemic”. A busca pelos artigos deu-se entre 01 de maio e 15 de junho de 2021, sendo o período de publicação desses entre as datas de 01 de março de 2020 e 30 de abril de 2021.

Como processo metodológico, a revisão foi baseada no modelo do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman & PRISMA Group, 2009). Foi construído um fluxograma para compreensão da abrangência da temática na literatura científica e para definição dos passos seguintes das revisões. Conforme é possível visualizar no fluxograma na pesquisa

realizada foram encontrados centenas de artigos nas bases Pubmed, BVS-PSI e LILACS, sendo que a maioria reportava sobre estratégias de intervenção acerca da saúde mental, referentes a temas distintos do objetivo desta pesquisa, ou de acesso restrito. Por isso, de maneira cuidadosa, foram analisados os artigos que condizem com a revisão proposta. A seleção dos artigos foi realizada em 3 passos: 1) busca nas bases de dados; 2) seleção pelo título, resumo e exclusão; 3) leitura dos artigos selecionados pelos critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão foram: a cobertura cronológica entre os anos 2020 e 2021; ter versão completa do texto disponível nas bases de dados consultadas; estar disponível na língua portuguesa, inglesa ou espanhola; abordar algum aspecto relacionado aos impactos da COVID-19 na saúde mental da população; abordar as estratégias de intervenção psicoterápicas online que foram utilizadas na população no enfrentamento da pandemia da COVID-19; abordar os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde mental diante da mudança do uso de TICs na pandemia. A psicoterapia online foi adotada como critério de inclusão porque esse tem sido o principal modelo de acesso que os profissionais da saúde mental, em especial destaque os psicólogos, têm conseguido oferecer à população para mitigar os impactos da saúde mental diante da pandemia da COVID-19 (Crepaldi, Schmidt, Noal, Bolze & Gabarra, 2020). Considerou-se psicoterapia online as variadas abordagens psicoterapêuticas utilizadas através de teleatendimento e salas virtuais. Não foram considerados critérios de exclusão.

A fim de organizar os artigos, foi construída uma tabela no Excel. Posteriormente, os artigos duplicados e que não foram publicados em revistas científicas foram excluídos. Em seguida, foram lidos os títulos, resumos e *abstracts* e foram retirados artigos não relacionados à temática do estudo. Assim, foi realizada a etapa de leitura integral e atenta a fim de interpretar os artigos selecionados. Todos os artigos foram lidos por mais de um pesquisador.

Buscou-se analisar os dados obtidos de forma qualitativa. Para a investigação das análises, foram retirados, em função do conteúdo obtido, os dados que descreviam as estratégias de intervenção psicoterápicas online. A partir disso, elencaram-se duas categorias que foram criticamente exploradas nos resultados.

Resultados

O total de artigos localizados nas três fontes consultadas foi 882, dos quais 26 foram selecionados cautelosamente, conforme os critérios de inclusão. Dos artigos selecionados, 26,92% foram publicados em periódicos nacionais e 73,07% foram publicados em periódicos internacionais, entre os países: China, Estados Unidos, Áustria, Espanha, Portugal, Chile, Israel, México, Argentina, Reino Unido, Itália e Austrália; os

trabalhos foram acessados nos idiomas Português (6) e Inglês (19). A data de publicação dos artigos variou entre 2020 e 2021. Os 26 artigos selecionados foram lidos integralmente em seu idioma original e tiveram trechos traduzidos para o fichamento em português.

A figura 1 representa o fluxograma com os resultados da pesquisa nas plataformas de dados, como o total de artigos encontrados em cada plataforma, os artigos selecionados e excluídos para este estudo.

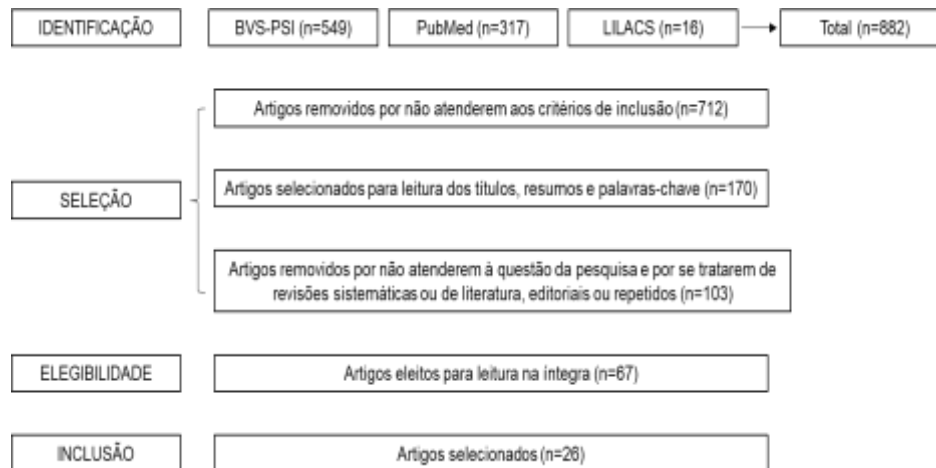


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão sistemática. Elaborada pelos Autores (2021).
Fonte: autores

Após a leitura do material selecionado, foram elaboradas duas categorias como sendo a síntese de todos os artigos relevantes para responder a pergunta da pesquisa: 1. Intervenções psicológicas realizadas no contexto da pandemia, e 2. Desafios dos profissionais de saúde na pandemia.

No Quadro 1, são apresentadas informações acerca dos estudos encontrados na literatura: título, ano de publicação, periódico de onde os artigos foram extraídos e as palavras-chave.

Quadro 1. Síntese dos principais resultados relatados na revisão sistemática

Nº	Título do artigo	Ano	Autor(es)	Nome do periódico	Palavras-chave
01	Luto e não-violência em tempos de pandemia: precariedade, saúde mental e outros modos de viver.	2020	RENTE, Maria Angelica de Melo & MERHY, Emerson Elias	Psicologia & Sociedade	Psicologia Social; Saúde Mental; Luto; Não-Violência; COVID-19.
02	Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas.	2020	CREPALDI, Maria Aparecida et al.	Estudos de Psicologia	Cuidados paliativos na terminalidade da vida; Infecções por coronavírus; Pandemias; Saúde mental.
03	Psicanálise ampliada: possibilidades na pandemia	2020	COLAO, Magda Maria et al.	Estudos de Psicanálise	Psicanálise ampliada; Saúde mental; Pandemia; Ciclos de estudos.
04	Reorganização da atenção à saúde mental na pandemia de Covid-19	2020	FIGEL, Flávia Caroline et al.	Revista de Saúde Pública do Paraná	Saúde Mental; Saúde; Infecções por Coronavírus; Atenção à Saúde.
05	Telessaúde e Covid-19: experiências da enfermagem e psicologia em Foz do Iguaçu.	2020	PEREIRA, Mirian Caroline et al.	Revista de Saúde Pública do Paraná	Telessaúde; Covid-19; Telenfermagem; Telepsicologia.
06	Recursos da terapia narrativa de sessão única em tempos de pandemia e isolamento social	2020	SOUZA, Laura Vilela et al.	Nova Perspectiva Sistêmica	Terapia de Sessão Única; Terapia Narrativa; Aconselhamento psicológico; Plantão psicológico; Emergências.
07	Psicodrama e as especificidades da psicoterapia online	2020	FLEURY, Heloisa Junqueira	Revista Brasileira de Psicodrama	Não apresentava palavras-chave
08	Efficacy of internet-based integrated intervention on depression and anxiety symptoms in patients with COVID-19	2020	WEI, N. et. al..	Journal of Zhejiang University-SCIENCE B	Coronavirus disease 2019 (COVID-19); Internet-based integrated intervention; Depression; Anxiety.
09	Helping Couples Connect during the COVID-19 Pandemic: A Pilot Randomised Controlled Trial of an Awareness, Courage, and Love Intervention	2020	TSAI, M. et al.	Applied Psychology: Health and Well-Being	Awareness, Courage & Love Model; COVID-19 pandemic; Functional Analytic Psychotherapy; connection; couples.
10	Videotherapy and therapeutic alliance in the age of COVID-19	2020	SIMPSON, S. et al.	Clinical Psychology & Psychotherapy	COVID-19; telemental health; telepsychology; therapeutic alliance; videotherapy.
11	The development of the 'COVID-19 Psychological Resilience Model' and its efficacy during the COVID-19 pandemic in China	2020	HE, Z. et al.	International Journal of Biological Sciences	Hotline consultation; live media; novel coronavirus disease; on-site crisis intervention; video intervention.
12	Digital cognitive behavioral therapy for insomnia promotes later health resilience during the coronavirus disease 19 (COVID-19) pandemic	2020	CHENG, P. et al.	Sleep Research Society	CBT-I; COVID-19; Depression; Digital health; Engagement; Insomnia; Prevention; Primary care; Stress.
13	Comparing Chinese and US practitioners' attitudes towards teletherapy during the COVID-19 pandemic	2020	WANG, X. et al.	Asia-Pacific Psychiatry	Covid-19; Telepsychotherapy; Distance psychotherapy; Remote psychotherapy.
14	Experiences of Psychotherapists With Remote Psychotherapy During the COVID-19 Pandemic: Cross-sectional Web-Based Survey Study	2020	HUMER, E. et al.	Journal of Medical Internet Research	COVID-19; Expectations; Experiences; Internet; Psychology; Psychotherapists; Remote psychotherapy; Telehealth; Telephone; Therapy.

15	Psychological support and psychotherapy via digital devices in Covid-19 emergency time: Some critical issues	2020	TULLIO, V. et al.	Medico-Legal Journal	Covid-19; criticism; e-psychological care; informed consent; privacy; professional responsibility.
16	The Use of New Digital Information and Communication Technologies in Psychological Counseling during the COVID-19 Pandemic	2020	DORES, A. et al.	International Journal of Environmental Research and Public Health	COVID-19; coronavirus SARS-CoV-2; digital information and communication technologies; digital literacy; psychological counseling; therapy.
17	Psychotherapy by Telephone or Internet in Austria and Germany Which CBT Psychotherapists Rate It more Comparable to Face-to-Face Psychotherapy in Personal Contact and Have more Positive Actual Experiences Compared to Previous Expectations?	2020	KORECKA, N. et al.	Environmental Research and Public Health	COVID-19; comparability; expectations; experiences; internet; psychotherapists; remote psychotherapy; telephone.
18	Feasibility of a Brief Online Mindfulness and Compassion-Based Intervention to Promote Mental Health Among University Students During the COVID-19 Pandemic	2021	GONZALEZ-GARCIA, M. et al.	Mindfulness New York	Mindfulness . Compassion . Online . COVID-19 . University students . Mental health
19	Psychological support during COVID-19 death notifications: Clinical experiences from a hospital in Mexico	2020	LANDA-RAMIREZ, E. et al.	Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy	COVID-19, death notification, psychological support, Mexico
20	Psychological Effects of Social Isolation Due to Quarantine in Chile: An Exploratory Study	2020	DAGNINO, P. et al.	Frontiers in Psychiatry	Psychological impact, COVID-19, psychological support, tele-psychotherapy, vulnerability factors
21	Rapid, Full-Scale Change to Virtual PCIT During the COVID-19 Pandemic: Implementation and Clinical Implications	2021	GARCIA, D. et al.	Prevention Science	COVID-19; Implementation; Parent child interaction therapy; Virtual services.
22	Cognitive reappraisal and self-compassion as emotion regulation strategies for parents during COVID-19: An online randomized controlled trial	2021	PREUSS, H. et al.	Internet Interventions	Emotion regulation; Lockdown; Pandemic; Parenting; Stress reduction.
23	The Use of Online CB-ART interventions in the Context of COVID-19: Enhancing Salutogenic Coping	2021	SEGAL-ENGELCHIN, D.; HUSS, E. & SARID, O.	International Journal of Environmental Research and Public Health	COVID-19-relate stress; Coping resources; Mental health professionals; Online CB-ART intervention; Salutogenic continuum.
24	Italia Ti Ascolto [Italy, I am listening]: an app-based group psychological intervention during the COVID-19 pandemic	2021	PAROLIN, L. et al.	Research in Psychotherapy: Psychopathology, Process and Outcome	COVID-19; E-mental health; Groups; Online psychological interventions.
25	Beneficial Effects of Mindfulness-Based Stress Reduction Training on the Well-Being of a Female Sample during the First Total Lockdown Due to COVID-19 Pandemic in Italy	2021	ACCOTO, A. et al.	International Journal of Environmental Research and Public Health	COVID-19; MBSR; Internet-based intervention; Mediation analysis; Mindfulness meditation; Psychological flexibility; Self-reports; Well-being; Women's mental health.

26	Videoconferencing Psychotherapy During the Pandemic: Exceptional Times With Enduring Effects?	2020	FERNANDEZ-ALVAREZ, J. & FERNANDEZ-ALVAREZ, H.	Frontiers in Psychology	COVID-19; E-mental health; Psychotherapists; Psychotherapy; Telehealth; Telemental health; Videoconferencing psychotherapy.
----	---	------	---	-------------------------	---

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Discussão

Intervenções Psicoterápicas Realizadas no Contexto da Pandemia

Os artigos encontrados no decorrer da revisão salientam a importância da psicoterapia breve como instrumento para as intervenções psicológicas no contexto da pandemia da COVID-19. Carvalho e Carneiro (2016) afirmam que a psicoterapia breve é um processo terapêutico em que o psicólogo e o cliente/paciente definem de antemão o percurso da intervenção, através do estabelecimento de metas psicoterapêuticas, numa perspectiva focal e abrangendo, inclusive, o término do procedimento. A principal vantagem desse tipo de técnica é a possibilidade da psicoterapia não demandar uma grande quantidade de tempo, sendo especialmente utilizada na resolução de problemas pontuais.

Souza, Lion, Vidotto e Moscheta (2020) argumentam que a oferta de psicoterapia breve, online e voluntária, no cenário pandêmico, possui diferentes nomeações. Algumas ditas como escuta, acolhimento, conversa e apoio. Todavia, independentemente da nomeação, objetivos e duração, é uma intervenção do profissional da psicologia, portanto, deve seguir todos os preceitos éticos e regulamentações dos Conselhos de Psicologia.

Além disso, como outra forma de atendimento pontual, os autores destacam a terapia de sessão única. A definição não é oferecer somente um dia de psicoterapia convencional, mas sim um acompanhamento completo e compatível com uma intervenção única. A terapia de sessão única pode ser realizada por psicólogos de diferentes abordagens (Souza et al., 2020).

Rente e Merhy (2020) realizaram um relato de experiência em que explanaram acerca dos atendimentos psicológicos online no período crítico da pandemia. Os pacientes dos autores citados relatam sobre o aumento de redes de solidariedade e sentimento de comunidade devido à ausência de estratégias de cuidado que deveriam ser oferecidas pelos órgãos governamentais. As ações comunitárias eram focadas em orientação em saúde à população, cuidado específico com as pessoas doentes e mais vulneráveis, doação e oferta de alimentos, iniciativas de criação de rendas emergenciais e apoio psicológico. Ademais, houve o uso da escuta empática como uma nova forma de comunicação baseada na expressão legítima de

sentimentos, valores e necessidades como forma de lidar com situações desafiadoras e traumáticas, abrangendo a linguagem não verbal.

Colao, Pokorski, Fochesatto e Rabuske (2020) alegaram que a escuta psicológica online é uma forma de reconstrução de ponte entre o presente e a possibilidade de futuro, uma maneira de lidar com as fantasias e o mundo interno dos pacientes, entrar na intimidade de seus lares e conhecer sua família e rotinas habituais. Eles realizam atendimentos psicológicos online de base psicanalítica desde o início da pandemia, como forma de seguir as recomendações das instituições de saúde.

A equipe multiprofissional da Divisão de Atenção à Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná realizou serviços de telessaúde para a população em municípios do entorno da capital Curitiba. As pessoas podiam ser atendidas através de ligação telefônica ou por meio do aplicativo “Covid-19 Paraná”. Primeiramente, o atendente avaliava as principais demandas de quem procurava intervenção, sendo encaminhado para o profissional especializado, caso fosse necessário. O serviço também disponibilizou acompanhamento psicológico requisitado pelo próprio paciente ou como sugestão de outro profissional da saúde. Esta intervenção remota possibilitou o sentimento de presença social, que significa perceber que as pessoas no ambiente virtual são reais e estão presentes, pertencentes a um grupo, fortalecendo a sensação de união (Pereira, Silva, Silva, Carrijo & Arcoverde, 2020).

Figel et al. (2020) também destacaram outro serviço de telefonia como forma de fornecer apoio psicológico à população de municípios do estado do Paraná, além de informações sobre prevenção ao novo coronavírus, estratégias de enfrentamento e manejo da ansiedade e do estresse, com o uso de técnicas como rastreio de problemas em saúde mental, suporte psicossocial e psicoeducação. Os psicólogos desta ação deram atenção especial às pessoas em sofrimento psíquico, a pacientes de doenças crônicas e a indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas, pois podem apresentar respostas emocionais mais intensas no contexto da pandemia.

Crepaldi et al. (2020) relataram experiências em atendimentos psicológicos online em pacientes e familiares que estiveram em internação hospitalar pela COVID-19. Os autores enfatizam o uso de recursos como smartphones e computadores para manter o contato com a rede socioafetiva dos pacientes, por meio de telefonemas, mensagens de texto, de áudio e de vídeo. Ademais, sugeriu-se o envio de cartas ou de objetos aos pacientes internados como forma de representar a ligação emocional entre seus entes queridos. A espiritualidade foi utilizada como um modo de contribuir para o enfrentamento aos desafios da vida, na adaptação e na resiliência diante das inúmeras perdas. Além disso, no ambiente hospitalar, o psicólogo pode explorar a compreensão sobre a doença, os desejos e condições emocionais dos pacientes que estão com maior risco de morte, além dos familiares destes, propiciando os rituais de despedida.

Um estudo randomizado realizado com 26 pacientes da COVID-19 na cidade de Hangzhou, China, demonstrou que as intervenções online baseadas na Terapia Comportamental Cognitivo pela Internet apresentaram níveis significativos de redução de sintomas de depressão e ansiedade em nível leve e moderado, bem como uma melhora rápida nas perturbações de humor (Wei et al., 2020).

Em Chengdu, China, um modelo integrado de intervenção psicológica intitulado "COVID-19 Modelo de Resiliência Psicológica", incluiu *lives* nas mídias sociais, consultas 24 horas por dia através da linha direta, intervenção em vídeo online e sessões de intervenção de crise presenciais. Um total de 45 episódios de programas de comunicação em direto sobre problemas psicológicos relacionados com o surto de COVID-19 foram transmitidos com mais de 10 milhões de visualizações. Um total de 4.236 consultas da linha direta foram concluídas. Mais de 50% dos clientes tiveram um feedback positivo sobre as consultas da linha direta. Um total de 223 casos recebeu intervenção vídeo em linha, dos quais 84,97% foram redirecionados da consulta da linha direta e 15,03% receberam atendimentos em hospitais de referência da COVID-19 e comunidades. Setenta intervenções psicológicas individuais foram realizadas com 39 pacientes da COVID-19, e um terço foi tratado com medicação. Os autores consideram que este modelo pode oferecer orientação para uma intervenção psicológica sistemática e eficaz quando houver qualquer surto repentino de público em situações de saúde em um futuro próximo (He et al., 2020).

Já nos EUA, um grupo de 62 casais participou de um estudo randomizado por base na intervenção psicológica online que usou o modelo Consciência, Coragem e Amor (ACL), modelo este da Psicoterapia Analítica Funcional, cujos objetivos eram avaliar a eficácia desta terapia e promover uma melhor interação entre os casais durante a pandemia da COVID-19 (Tsai et al., 2020). Segundo os autores, os resultados das intervenções mostraram que os níveis de qualidade conjugal e intimidade aumentaram após as intervenções online, evidenciando que os participantes expressaram mais gratidão, interação e amor.

Outro estudo randomizado nos EUA examinou a resiliência nos sistemas de sono e estresse durante a pandemia da COVID-19 a partir do grupo de 102 participantes que receberam intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental Digital Prévia para Insônia (dCBT-I). A análise correlacional evidenciou que os participantes que estavam no grupo DCBT-I relataram menos sintomas de insônia, menos estresse geral e pensamentos intrusivos relacionados à COVID, menos depressão, e melhor saúde global. Além disso, a probabilidade do reaparecimento da insônia era 51% menor nas intervenções de DCBT-I. Da mesma forma, a probabilidade de depressão moderada a grave durante a COVID-19 era 57% menor no grupo que recebeu a intervenção de DCBT-I (Cheng, Casement, Kalmbach, Castelan & Drake, 2020).

Na Espanha, 66 estudantes do primeiro ano de psicologia participaram de uma *survey* cujo objetivo era avaliar a viabilidade de uma intervenção online MBI (E-Mindfulness) baseada no cuidado e na compaixão para promover a saúde mental desses participantes durante o confinamento domiciliar da COVID-19. As

descobertas sugerem que uma breve intervenção online de cuidado e compaixão pode ser viável para promover a saúde mental, porém são necessários mais estudos acerca da temática devido às limitações da pesquisa (González-García, Álvarez, Pérez, Fernandez & López, 2021).

Nos EUA, foi usado o modelo virtual do PCIT (Parent–Child Interaction Therapy) durante o período de 2 meses de *lockdown*, entre 16 de março de 2020 e 16 de maio de 2020, em 86 famílias. Dentro dos resultados, o I-PCIT reduziu os problemas de externalização e internalização do estresse das crianças e de seus cuidadores e aumentou as habilidades dos pais em interagir com as crianças, mesmo em meio à pandemia da COVID-19 (Garcia et al., 2021).

Em um ensaio randomizado aplicado em 217 participantes com idade entre 18 e 56, na Áustria e Alemanha, foram analisadas as intervenções de CR (reavaliação cognitiva) e AC (autocompaixão), componentes centrais da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). O estudo tinha por objetivo investigar se as intervenções de CR e AC diminuiriam o estresse individual e parental dos participantes ao longo de oito dias de *lockdown*. Percebeu-se que os pais com níveis de estresse mais severos pareciam ter se beneficiado da intervenção de autocompaixão, enquanto que pais menos estressados se beneficiaram mais das intervenções de reavaliação cognitiva. Aliás, as análises de mediação revelaram que a redução do estresse individual diminuiu a probabilidade de convívios disfuncionais entre pais e filhos e, por fim, diminuiu o estresse dos pais (Preuss et al., 2021).

Desafios dos Profissionais de Saúde na Pandemia

Uma das preocupações destacadas acerca das terapias online é que elas podem melhorar a equidade no acesso aos serviços psicológicos. Em contrapartida, a formação acadêmica desses profissionais não foi suficiente, o que contribui para as preocupações e expectativas negativas em relação ao serviço oferecido (Simpson, Richardson, Pietrabissa, Castelnuevo & Reid, 2020).

Alguns estudos demonstraram a preocupação acerca do quão preparados os profissionais da saúde estavam. A exemplo disso, a Aliança Psicanalítica Americana da China (CAPA) realizou uma pesquisa entre os profissionais da CAPA e os profissionais dos EUA, a fim de comparar quais profissionais estariam mais preparados para os serviços de teleterapia psicanalítica durante a pandemia. A pesquisa envolveu 165 psicanalistas dos Estados Unidos e 164 profissionais da CAPA. O resultado evidenciou que os psicanalistas da CAPA estavam mais preparados para atender do que os profissionais dos EUA, resultados esses que demonstraram a efetividade dos treinamentos recebidos e as vivências da prática clínica em atendimentos online que os psicanalistas da CAPA receberam anos antes da pandemia (Wang, Gordon & Snyder, 2020).

Enquanto isso na Áustria, 1116 psicoterapeutas de variadas escolas teóricas foram convidados a participar do estudo que visava investigar suas experiências com psicoterapia à distância nas primeiras semanas do *lockdown* da COVID-19. Alguns de seus resultados relatados demonstraram que a psicoterapia online foi classificada como sendo mais comparável à psicoterapia presencial do que a psicoterapia telefônica, e isto não diferiu entre as orientações terapêuticas (Humer, Stippl, Pieh, Pryss & Probst, 2020).

No que se refere à Associação Portuguesa de Psicólogos, 108 psicólogos responderam a uma pesquisa online durante o *lockdown*. No que tange à falta de conhecimento e formação na utilização correta das TICs (Tecnologias da informação e comunicação), o resultado demonstrou que a formação disponível era escassa, talvez também porque os próprios profissionais consideravam a utilização das TICs como desnecessária (Dores, Geraldo, Carvalho & Barbosa, 2020). Todavia, os mesmos autores ressaltam que a percentagem de psicólogos que adotaram as TICs na sua prática durante o período de bloqueio foi muito elevada neste estudo, e a grande maioria dos participantes conseguiu manter a sua atividade profissional devido à inclusão desses meios na sua prática. Isto demonstra uma enorme capacidade de adaptação e flexibilidade, tanto pelos psicólogos quanto pelos clientes.

Uma pesquisa realizada na Áustria e Alemanha avaliou psicoterapeutas da Terapia Cognitivo-Comportamental que utilizaram psicoterapia à distância (telefone, Internet) e eles puderam mostrar uma correlação positiva entre o número total de pacientes (usando o telefone) e a percepção da comparabilidade da psicoterapia via telefone com a psicoterapia em contato pessoal. Observou-se que psicoterapeutas que têm mais experiência com psicoterapia via internet a percebem como mais comparável à psicoterapia realizada presencialmente do que aqueles que têm menos pacientes tratados via internet. Isto destaca a relevância em propiciar boas diretrizes para o uso de mídia digital no contexto da psicoterapia e no desenvolvimento de conceitos de treinamento e educação neste contexto, pois o conhecimento e a compreensão do tratamento remoto também são fatores que influenciam na adesão dos pacientes em relação ao tratamento online (Korecka et al., 2020).

No México, um curso online foi criado com o objetivo de treinar os profissionais para notificações de morte no contexto da COVID-19. Este curso garantiu que os profissionais de saúde fossem capazes de utilizar os princípios de primeiros socorros psicológicos. Oito psicólogos do departamento de psicologia de emergência foram treinados para realizar uma intervenção de crise remota: (a) conectar-se com a pessoa; (b) focalizar a chamada; (c) aliviar qualquer estresse emocional; (d) promover estratégias de enfrentamento; e (e) decidir sobre os próximos passos. Da mesma forma, foram seguidos os princípios de conhecimento, competência, padrões éticos, padrões profissionais, segurança, confidencialidade e regulamentos legais locais – recomendações para a prática da telepsicologia (Landa-Ramírez, Dominguez, Hernandez, Diaz & Santana, 2020).

Pereira et al. (2020) afirmam que a aplicação da telessaúde pode ser desafiadora para certos profissionais não familiarizados com as novas tecnologias. Há também o receio constante da intervenção virtual vir a substituir a presencial num futuro próximo. A formação continuada dos profissionais de saúde deveria ser uma ferramenta essencial daqui em diante.

Fleury (2020) relatou que, nesta nova forma de atendimento, a adequação do paciente/cliente é essencial, recomendando a atenção dele com o novo instrumento, o constante envolvimento e participação do paciente/cliente no processo psicoterapêutico, compreendendo as barreiras como condição emocional comprometida, por exemplo: interrupções de terceiros, ajustes técnicos e ruídos sonoros frequentes. A autora também concorda com Pereira et al. (2020) sobre a dificuldade dos caminhos metodológicos do terapeuta no que se refere às competências tecnológicas. Todavia, González-García et al. (2021) apontam que as intervenções online podem constituir um caminho promissor para amortecer a carga de saúde mental derivada da pandemia da COVID-19.

Conclusões

A pandemia da COVID-19 lança um cenário de incertezas, impotência, desesperança e desespero, porém, e concomitantemente, profissionais da saúde se posicionaram na linha de frente a fim de promover intervenções que pudessem ajudar as pessoas a fazerem os atravessamentos dessa crise sem precedentes.

Apesar da escassez de treinamentos ou falta de experiência dos profissionais acerca das Tecnologias da informação e comunicação (TICs), observou-se que esse não foi componente impeditivo para que vários grupos, organizações nacionais e internacionais pudessem fazer seus planos de contingência em saúde mental.

Os dados obtidos relatam os desafios e enfrentamentos que os profissionais da saúde mental experienciaram durante a pandemia o que permitiu que eles elaborassem estratégias, planos de contingência, protocolos para estabelecer e/ou continuar a manter o vínculo com seus pacientes/clientes e ajudar a população em tempos de coronavírus.

Ao se expor os estudos realizados em diferentes países, observou-se que a psicoterapia em formato virtual apresenta potencial para suprir as demandas de saúde mental e que, também, por sua vez, consegue abranger contextos variados, apesar de suas limitações, ao considerar populações mais vulneráveis. Ademais, o atendimento online promove benefícios à comunidade, visto que o isolamento social impacta negativamente as pessoas, causando sentimentos de insegurança, medo, impotência e podendo ser um espaço de acolhimento, escuta e apoio para os atravessamentos da pandemia.

Em termos de limitações no presente estudo, é importante ressaltar a escassa literatura nacional sobre a temática, visto que foi necessário recorrer, prevalentemente, à literatura estrangeira, uma vez que já existem um número significativo de estudos sobre essa temática.

Percebe-se que o campo virtual é algo novo para o profissional de psicologia, e que se faz necessário mais formação desse profissional, oferecendo desenvolvimento de suas competências e habilidades em TICs, que poderão gerar resultados profícuos.

Referências

- Accoto, A. et al. (2021). Beneficial Effects of Mindfulness-Based Stress Reduction Training on the Well-Being of a Female Sample during the First Total Lockdown Due to COVID-19 Pandemic in Italy. *Int J Environ Res Public Health*, 18(11), 5512. <https://doi.org/10.3390/ijerph18115512>
- Brizola, J., & Fantin, N. (2016). Revisão da Literatura e Revisão Sistemática da Literatura. *RELVA, Juara/MT/Brasil*, 3(2), 23-39. Recuperado de: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>
- Carvalho, E., & Carneiro, M. (2016). Psicoterapia Breve: os critérios de indicação e contraindicação para a sua utilização. *Revista Farol*, 2(2), 127-137. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v13n1/v13n1a08.pdf>
- Cheng, P., Casement, M., Kalmbach, D., Castelan, A., & Drake, C. (2021). Digital cognitive behavioral therapy for insomnia promotes later health resilience during the coronavirus disease 19 (COVID-19) pandemic. *Sleep*, 44(4), zsa258. <https://doi.org/10.1093/sleep/zsaa258>
- Crepaldi, M., Schmidt, B., Noal, D., Bolze, S., & Gabarra, L. (2020). Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estudos de Psicologia*, 37, e 200090. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>
- Colao, M., Pokorski, M., Fochesatto, W., & Rabuske, A. (2020). Psicanálise ampliada: possibilidades na pandemia. *Estudos de Psicanálise*, (54), 37-46. Recuperado de: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n54/n54a05.pdf>
- Dagnino, P., Anguita, V., Escobar, K., & Cifuentes, S. (2020). Psychological Effects of Social Isolation Due to Quarantine in Chile: An Exploratory Study. *Front Psychiatry*, 11, 591142. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.591142>
- Dores, A., Geraldo, A., Carvalho, I., & Barbosa, F. (2020). The Use of New Digital Information and Communication Technologies in Psychological Counseling during the COVID-19 Pandemic. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 17(20), 7663. <https://doi.org/10.3390/ijerph17207663>
- Fernández-Álvarez, J. & Fernández-Álvarez, H. (2021). Videoconferencing Psychotherapy During the Pandemic: Exceptional Times With Enduring Effects? *Front Psychol*, 12, 589536. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.589536>
- Figel, F., Sousa, M., Yamaguchi, L., Gonçalo, S., Murta, J., & Alves, A. (2020). Reorganização da atenção à saúde mental na pandemia de Covid-19. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 3(Supl.). <https://doi.org/10.32811/25954482-2020v3sup1p118>
- Fleury, H. (2020). Psicodrama e as especificidades da psicoterapia online. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 28(1), 1-4. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20203>

- Garcia, D. et al. (2020). Rapid, Full-Scale Change to Virtual PCIT During the COVID-19 Pandemic: Implementation and Clinical Implications. *Prev Sci*, 22(3), 269-283. <https://doi.10.1007/s11121-021-01211-0>
- González-García, M., Álvarez, J., Pérez, E., Fernandez, S., & López, J. (2021). Feasibility of a Brief Online Mindfulness and Compassion-Based Intervention to Promote Mental Health Among University Students During the COVID-19 Pandemic. *Mindfulness*, 12, 1-11. <https://doi.10.1007/s12671-021-01632-6>
- He, Z. et al. (2020). The development of the 'COVID-19 Psychologic. *Int J Biol Sci*, 16(15), 2828–2834. <https://doi.10.7150/ijbs.50127>
- Humer, E., Stippl, P., Pieh, C., Pryss, R., & Probst, T. (2020). Experiences of Psychotherapists With Remote Psychotherapy During the COVID-19 Pandemic: Cross-sectional Web-Based Survey Study. *J Med Internet Res*, 22(11), e20246. <https://doi.10.2196/20246>
- Korecka, N. et al. (2020). Psychotherapy by Telephone or Internet in Austria and Germany Which CBT Psychotherapists Rate It more Comparable to Face-to-Face Psychotherapy in Personal Contact and Have more Positive Actual Experiences Compared to Previous Expectations? *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 17(21), 7756. <https://doi.org/10.3390/ijerph17217756>
- Landa-Ramírez, E., Dominguez, N., Hernandez, M., Diaz, L., & Santana, I. (2020). Psychological support during COVID-19 death notifications: Clinical experiences from a hospital in Mexico. *Psychol Trauma*, 12(5), 518-520. <https://doi.10.1037/tra0000679>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & PRISMA Group (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Parolin, L., Benzi, I., Fanti, E., Milesi, A., Cipresso, P., & Preti, E. (2021). Italia Ti Ascolto [Italy, I am listening]: an app-based group psychological intervention during the COVID-19 pandemic. *Res Psychother*, 24(1), 517. <https://doi.10.4081/ripppo.2021.517>
- Pereira, M., Silva, J., Silva, T., Carrijo, A., & Arcoverde, M. (2020). Telessaúde e Covid-19: experiências da enfermagem e psicologia em Foz do Iguaçu. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 3(Supl.). <http://doi.10.32811/25954482-2020v3sup1p198>
- Preuss, H., Capito, K., Leavan, R., Eickel, R., Zemp, M., & Kolar, D. (2021). Cognitive reappraisal and self-compassion as emotion regulation strategies for parents during COVID-19: An online randomized controlled trial. *Internet Interventions*, 24, 100388. <https://doi.org/10.1016/j.invent.2021.100388>
- Rente, M., & Merhy, E. (2020). Luto e não-violência em tempos de pandemia: precariedade, saúde mental e outros modos de viver. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020007. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240329>
- Segal-Engelchin, D., Huss, E., & Sarid, O. (2021). The Use of Online CB-ART interventions in the Context of COVID-19: Enhancing Salutogenic Coping. *Int J Environ Res Public Health*, 18(4), 2057. <https://doi.10.3390/ijerph18042057>
- Simpson, S., Richardson, L., Pietrabissa, G., Castelnuovo, G., & Reid, C. (2020). Videotherapy and therapeutic alliance in the age of COVID-19. *Clin Psychol Psychother*, 28(2), 409-421. <http://doi.10.1002/cpp.2521>
- Souza, L., Lion, C., Vidotto, L., & Moscheta, M. (2020). Recursos da terapia narrativa de sessão única em tempos de pandemia e isolamento social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(67), 7-22. <http://doi.org/10.38034/nps.v29i67.571>

- Tsai, M. et al. (2020). Helping Couples Connect during the COVID-19 Pandemic: A Pilot Randomised Controlled Trial of an Awareness, Courage, and Love Intervention. *Appl Psychol Health Well Being*, 12(4), 1140-1156. <http://doi.10.1111/aphw.12241>
- Tullio, V., Perrone, G., Bilotta, C., Lanzarone, A., & Argo, A. (2020). Psychological support and psychotherapy via digital devices in Covid-19 emergency time: Some critical issues. *Medico-Legal Journal*, 88(2). <https://doi.org/10.1177/0025817220926942>
- Wang, X., Gordon, R., & Snyder, E. (2020). Comparing Chinese and US practitioners' attitudes towards teletherapy during the COVID-19 pandemic. *Asia-Pacific Psychiatry*, 13(1). <https://doi.org/10.1111/appy.12440>
- Wei, N. et al. (2020). Efficacy of internet-based integrated intervention on depression and anxiety symptoms in patients with COVID-19. *J Zhejiang Univ Sci B*, 21(5), 400–404. <http://doi.10.1631/jzus.B2010013>

ONLINE PSYCHOLOGICAL INTERVENTIONS DURING THE COVID-19 PANDEMIC: A SYSTEMATIC REVIEW

Abstract

COVID-19 has infected thousands of people worldwide, causing social, economic and health impacts. Protective measures with emphasis on mental health were designed to contain the impacts. Objective: we sought to analyze which interventional strategies are being used in the pandemic. Methodology: This systematic review included studies on psychological interventions from the BVS-PSI, LILACS and PubMed databases. Results: Of the 26 articles analyzed, 26.92% were from national journals and 73.07% from international journals. Conclusions: The scarcity of training or lack of experience of professionals regarding ICTs was not an impeditive component for the online services to take place. The population benefited from the rapid response to mental health care offered by the professionals. Training in ICTs needs to occur continuously.

Keywords: Online psychological interventions; strategies; COVID-19.

SAÚDE DO ESTUDANTE ADOLESCENTE BRASILEIRO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Francisca Pereira dos Santos¹²

Fauston Negreiros¹³

Resumo

O escopo estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a saúde do estudante adolescente no Brasil, considerando o período de Julho de 1990 a Julho de 2020. Foram selecionados 23 artigos em 6 bases de dados. Os resultados revelaram maior frequência de estudos qualitativos e transversais. Com as análises foram verificadas as seguintes tendências temático-analíticas nos estudos: 1) autopercepção dos adolescentes sobre saúde; 2) comportamentos e conhecimentos relacionados à saúde do estudante adolescente; 3) políticas públicas e ações de cuidados à saúde do estudante adolescente. Em suma, compreendeu-se como este fenômeno vem sendo abordado no contexto brasileiro, principalmente após a implementação de políticas públicas voltadas para a atenção e o cuidado com a saúde do estudante adolescente.

Palavras-chave: Saúde do Estudante; Adolescente; Brasil.

¹² Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) psifranpereira@gmail.com Fone: 086- 988861997

¹³ Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) faustonnegreiros@ufpi.edu.br Fone: 086- 999874825

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Endereço para correspondência: Avenida São Sebastião, nº 2819 – Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba – PI, Brasil, 64202-202.

Introdução

A adolescência é um fenómeno que perpassa diversas esperas sociais que envolvem o Estado, a vida privada, as políticas públicas, o âmbito familiar e a sociedade como um todo. Existem diversas áreas do conhecimento que se dedicaram ao estudo da adolescência, como a antropologia, biologia, psicologia, sociologia, dentre outras. No entanto, no âmbito da psicologia, busca-se levar em consideração os fatores histórico-culturais para a compreensão desse fenómeno (Souza & Paiva, 2012; Souza & Silva, 2019).

No Brasil, o marco jurídico-normativo define como adolescente, o sujeito que compreende o período entre os 12 e os 18 anos de idade (ECA, 1990). No entanto, a complexidade na constituição do ser humano, necessita de uma compreensão muito mais aprofundada sobre esse período específico da vida, levando em consideração as várias experiências e relações sociais que o constituem, sem negar a necessidade de uma faixa etária fixada, principalmente para fins de planeamento e execução de políticas públicas voltadas para esse público (Souza & Silva, 2019).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 foi sancionado em 13 de Julho de 1990, é considerado hoje o principal instrumento normativo do Brasil dedicado à garantia dos direitos da criança e do adolescente. O ECA ganhou destaque não só nacionalmente mas também internacionalmente por apresentar uma nova forma de tratar a infância e a adolescência pautado na proteção integral, na qual são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Outro marco importante foi a reafirmação da responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições necessárias para o bom desenvolvimento dessa população, além de resguardá-los de toda forma de discriminação, exploração e violência (Andrade, 2019).

A intersecção saúde e escola surgiu a partir da produção e aplicação de conhecimentos destinados ao desenvolvimento humano, considerando a relevância dessas áreas para o surgimento de ações de promoção de saúde nas escolas, com o intuito de garantir o cuidado integral à saúde e formação dos alunos. Desta forma, a escola tornou-se um lugar primordial para se debater os cuidados em saúde, visto o seu papel potencializador de disseminar informações que possam corroborar para a construção de realidades mais justas, conscientes e saudáveis (Paes & Paixão, 2016).

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada, em 2019, a partir de convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério da Educação, sobre a saúde dos adolescentes de 13 a 17 anos de idade que frequentavam do 7º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio das redes pública e privada, revelou que 22,6% dos estudantes de 13 a 17 anos disseram já ter experimentado cigarro pelo menos uma vez na vida; 26,9% já

experimentaram o narguilé; e 16,8% já experimentaram o cigarro eletrônico; 63,3% dos escolares entrevistados já experimentaram bebida alcoólica alguma vez na vida; destes, 34,6% tomaram a primeira dose com menos de 14 anos; 28,1% dos estudantes ingeriram bebida alcoólica nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa; 13% dos estudantes haviam experimentado algum tipo de droga ilícita, como maconha, cocaína, crack e ecstasy (IBGE, 2019).

Diante das informações e dados estatísticos sobre a saúde do adolescente, surgiu o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca das ações e políticas públicas que têm sido desenvolvidas para atender às necessidades dos estudantes adolescentes. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a saúde do estudante adolescente, considerando o período de Julho de 1990 à Julho de 2020, a fim de analisar as publicações e os principais resultados de pesquisas desenvolvidas a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal recorte temporal se dá em função da criação da lei nº 8. 069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, viabilizando mecanismos onde a criança e o adolescente possam gozar de todos os direitos inerentes à condição humana. Com esse intuito, espera-se ao final conhecer sobre as condições e o panorama de estudos que versam sobre a saúde do adolescente na escola, bem como identificar possíveis lacunas e novas perspectivas de investigações acerca da orientação de políticas públicas de saúde voltadas aos estudantes adolescentes.

Método

Delineamento: Trata-se de uma revisão sistemática da literatura de natureza descritiva com foco nas sínteses e análises do material levantado por meio dos procedimentos metodológicos do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses) com foco em uma pergunta norteadora definida, cujo objetivo é identificar, selecionar, avaliar, sintetizar as evidências relevantes disponíveis e orientar para novas perspectivas às pesquisas da área (Galvão & Pereira, 2014).

Os procedimentos realizados neste estudo foram: a) considerações sobre a relevância da temática investigada nos últimos 30 anos com o intuito de analisar as publicações e os principais resultados de pesquisas sobre a saúde do estudante adolescente desenvolvidas a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento referência no Brasil frente ao cuidado e proteção desse público; b) elaboração da pergunta de pesquisa; c) busca na literatura; d) definição dos critérios de inclusão e exclusão; e) seleção dos artigos; f) avaliação da qualidade metodológica e características dos estudos elegidos; e g) apresentação dos resultados, discussão e conclusões.

Procedimentos de busca: A pesquisa foi realizada em seis bases de dados: Lilacs, PePSIC, SciELO, PubMed (via Portal da Biblioteca Virtual em Saúde –BVS), Redalyc e Scopus. Os termos de busca foram definidos de acordo com os descritores em Ciências da Saúde (Decs/BVS) e foi utilizado o operador booleano AND entre os termos. Saúde AND adolescente AND escola.

Os procedimentos de busca, seleção e análise dos artigos foram realizadas entre os meses de setembro e outubro do ano de 2020 e contou-se com a análise de dois juízes independentes. Posteriormente, seguiu-se cumprindo com os critérios utilizados na escala para avaliação da qualidade metodológica das revisões sistemáticas em cinco etapas descritas a seguir (Costa et al., 2015).

Etapas: Etapa 1: busca, nas bases de dados selecionadas, de artigos científicos das ciências humanas e da saúde, no idioma português, disponíveis em texto completo, publicados entre 1990 e 2020; Etapa 2: exclusão dos estudos duplicados entre as bases de dados; Etapa 3: análise dos resumos levando em consideração o objetivo do estudo e alguma das temáticas da etapa 1. Após leitura minuciosa dos resumos, foram excluídas dissertações, teses, capítulos de livros, artigos duplicados, artigos indisponíveis/incompletos nas plataformas digitais de busca e estudos cujo foco era a saúde sexual e reprodutiva, saúde nutricional, prevenção da obesidade, violência entre adolescentes na escola, prevenção de Aids e ISTs e doenças crônicas e comorbidades regenerativas; Etapa 4: verificação da concordância entre juízes quanto à exclusão ou inclusão de estudos e realização de consenso; Etapa 5: elegibilidade, descrição, análise e discussão dos estudos pelos juízes.

Análise dos dados: os estudos foram analisados a partir dos seguintes critérios de inclusão e exclusão: i) artigos cujo objeto de estudo fosse a saúde do adolescente no contexto escolar; ii) artigos publicados nos últimos trinta anos (Julho de 1990 – Julho de 2020); iii) artigos no idioma português. Inicialmente, foi realizada uma leitura horizontal dos estudos, verificando a presença de estudos duplicados, teses, monografias, livros e variáveis fora do contexto abordado, os quais foram excluídos. Posteriormente, realizou-se uma leitura vertical analisando a consistência e as variáveis de investigação pertinentes para compor esse estudo e que respondesse a pergunta norteadora como base da pesquisa: Quais são as publicações que abordam sobre a saúde do estudante adolescente nos últimos trinta anos no Brasil, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Resultados

A busca nas bases de dados resultou em 2.650 artigos, conforme Figura: Scielo (n= 573), PubMed (n= 113), PePSIC (n= 77), LILACS (n= 1.882), Redalyc (n= 05) e Scopus (n= 0). Destes, 2.591 foram excluídos por não constar no título nenhum dos descritores definidos, por não se encaixar no objetivo da pesquisa e não

corresponder aos critérios de elegibilidade. Na etapa seguinte, foram eliminados os estudos duplicados (07), exclusão de estudos após a leitura dos resumos (59) e leitura completa dos artigos (33). Desta forma, foram selecionados 23 estudos, publicados entre os anos de 1990 e 2020, analisados segundo as bases de dados pesquisados, artigos no idioma português, envolvendo a temática da saúde do adolescente na escola considerados pertinentes à proposta deste estudo (Quadro 1). Foram excluídos os estudos que correspondiam a outras categorias e que não contemplavam os objetivos da pesquisa.

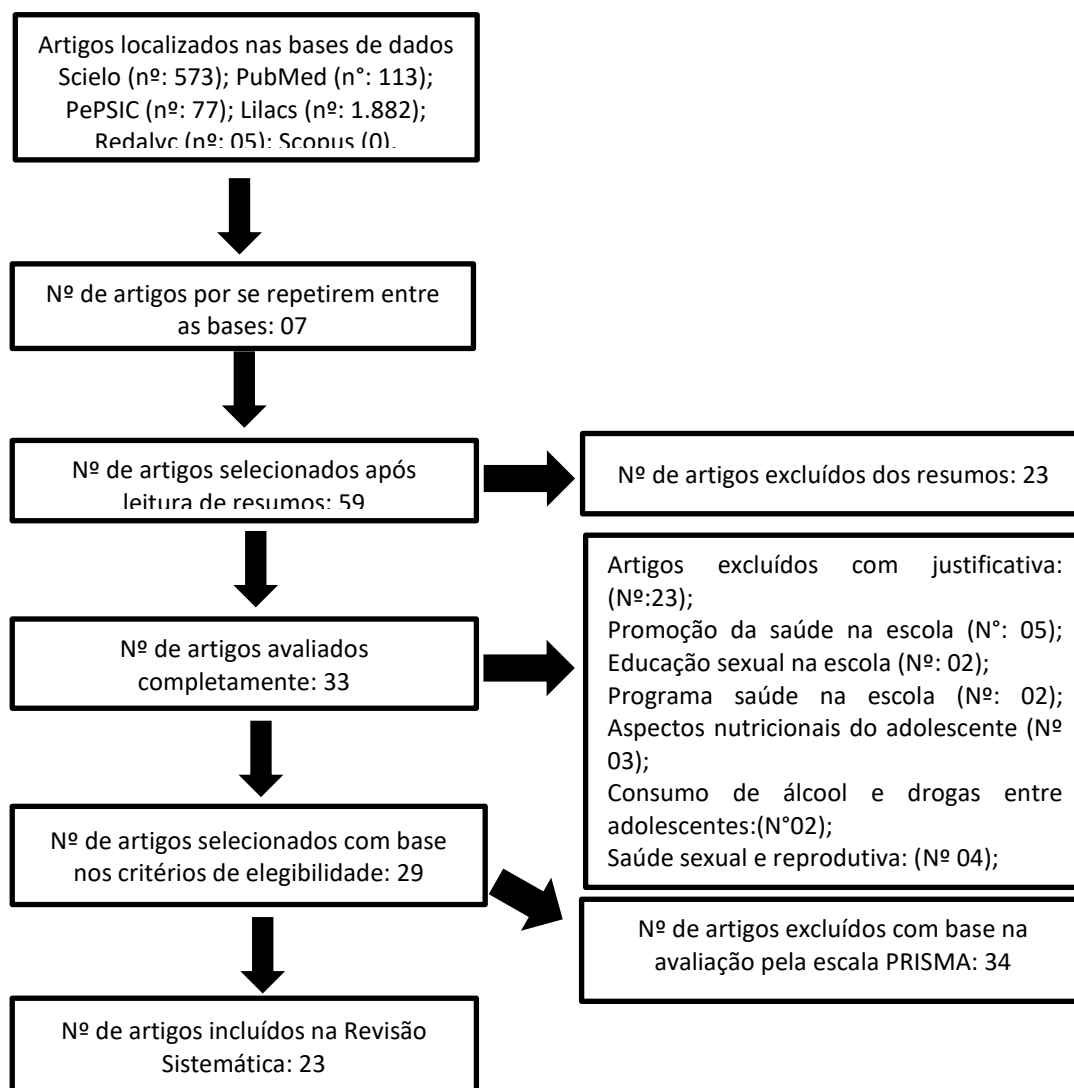


Figura 2. Estados brasileiros de origem dos estudos.

Fonte: os pesquisadores.

Tabela 1- Caracterização dos estudos

ID	TÍTULO	AUTORES/ ANO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	DELINIAMENTO
1	Reflexões acerca do adolecer e da saúde no ambiente escolar.	Bezerra, M ^a A. R.; Queiroz, M ^a V. O.; Oliveira, K. N. S./ 2014.	Identificar a abordagem dos temas saúde e adolescência junto a adolescentes de escola técnica federal e discutir temáticas indicadas pelos sujeitos por meio do programa educativo.	09 adolescentes	Pesquisa-ação.
2	Adolescência no SUS: uma revisão bibliográfica.	Amarante, A. G. de M.; Soares, C. B./ 2007.	Compreender a trajetória das políticas públicas de saúde voltadas para o adolescente no período de 1990 a 2004.	Literatura sobre adolescência na base de dados ADOLEC.	Revisão Bibliográfica
3	Prioridades em saúde de escolares do ensino médio.	Azambuja, C. R.; Brum, L. M.; Carpilovsky, C. K.; Cureau, F. V.; Duarte, P. M.; Santos, D. L. dos; Schetinger, M. R. C./ 2013.	Identificar qual dos condicionantes de saúde é considerado como mais importante para estudantes do ensino médio das redes pública e privada da cidade de Santa Maris (RS), Brasil.	1.142 alunos do ensino médio.	Estudo Transversal
4	Percepções de adolescentes escolares do sexo masculino quanto ao cuidado a sua saúde.	Carvalho, A. C. T. de; Silva, D. M. R. da; Neto, W. D.; Pereira, B. F. e; Menezes, M. L. N. de; Aquino, J. M. de/ 2019.	Compreender as percepções dos adolescentes escolares do sexo masculino quanto ao cuidado com a sua saúde.	32 estudantes de uma escola pública estadual do município de Recife-PE.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa.
5	Percepção de jovens e adolescentes sobre saúde e da qualidade de vida.	Brito, U. da S.; Rocha, E. M. B./ 2019.	Conhecer a percepção que jovens e adolescentes tem sobre saúde e qualidade de vida.	10 adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade.	Pesquisa qualitativa
6	Análise da situação de saúde no ensino médio: metodologia	Gomes, K. R. O.; Miranda, C. E. S.; Frota, K. M. G.; Rodrigues, M. T. P.; Mascarenhas, M. D. M.; Araujo, R. S. R.	Analisar o delineamento de estudos sobre a situação de saúde de estudantes do ensino médio e analisar o currículo escolar quanto a abordagem de	674 estudantes e 281 professores.	Estudo transversal.

		M.; Araujo, T. M. E./2018.	promoção da saúde.		
7	Prevalência e fatores associados à auto percepção negativa em saúde de adolescentes: um estudo piloto.	Silva, B. R. V. S.; Santos, D. C. G. dos; Valença, P. A. M.; Morães, L. X.; Silva, A. O. da; Menezes, V. A. de; Colares, V. A.; Santos, C. da F. B. F./ 2018.	Identificar a prevalência de auto percepção em saúde negativa dos adolescentes de uma escola da cidade de Olinda-PE, assim como apresentar os fatores associados ao nível socioeconômico e aos hábitos comportamentais.	Adolescentes devidamente matriculados entre idade de 12 e 19 anos.	Estudo piloto, do tipo transversal, analítico e de base escolar.
8	Prevalência e fatores associados à simultaneidade de comportamento de risco à saúde em adolescentes.	Brito, A. L. da S.; Hardman, C. M.; Barros, M. V./2015.	Analisar à prevalência e os fatores associados à simultaneidade de comportamentos de risco à saúde em adolescentes.	4.207 adolescentes de 14 à 19 anos.	Estudo transversal.
9	Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes escolares da zona rural.	Lopes, S. V.; Mielke, G. I.; Silva, M. C. da. / 2015.	Analisar a prevalência de comportamentos de risco à saúde em adolescentes estudantes de escolas de ensino médio da zona rural da região sul do Rio Grande do Sul (RS).	Todos adolescentes que estavam cursando o ensino médio em escolas públicas da zona rural de Pelotas, cobertas pela 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).	Estudo do tipo observacional de corte transversal do tipo censo.
10	Produção de sentidos sobre saúde em um grupo de discussão com adolescentes de Fortaleza.	Barros, J. P. P.; Colaço, V. de F. R. / 2013.	Abordar o processo de construção de sentidos sobre saúde/doença por participantes de um grupo de discussão sobre saúde, desenvolvido em uma escola pública de Fortaleza.	Participantes de um grupo de discussão em uma instituição escolar da capital cearense.	Pesquisa-intervenção.
11	Concepções de saúde mental a partir da análise do desenho de adolescentes.	Fukuda, C. C.; Garcia, K. A.; Amparo, D. M. do. / 2012.	Conhecer a percepção de saúde mental de adolescentes advindos de contextos socioeconômicos diferentes.	Participaram da pesquisa 252 jovens do Distrito Federal, do Ensino Médio, sendo 129 de escola particular e 123	Estudo exploratório das concepções e significados de saúde/doença de adolescentes, advindos de contextos

				de escola pública.	socioeconômicos diferentes, analisados a partir de seus desenhos.
12	Excesso de peso e qualidade de vida relacionada à saúde em adolescentes de Florianópolis, SC.	Kunkel, N.; Oliveira, W. F. do; Peres, M. A. / 2009.	Avaliar a qualidade de vida relacionada à saúde de adolescentes e sua associação com o excesso de peso.	467 adolescentes de 15 a 18 anos de idade de uma escola pública de Florianópolis, SC, e de seus respectivos pais.	Estudo transversal.
13	Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes.	Avanci, J. Q.; Assis, S. G.; Oliveira, R. V. C.; Ferreira, R. M.; Pesce, R. P. / 2007.	Investigar os problemas de saúde mental de adolescentes escolares e identificar alguns aspectos individuais, sociais e familiares associados ao seu desenvolvimento.	1.923 alunos de 7ª/8ª séries e de 1ª/2ª anos de escolas públicas e privadas do município de São Gonçalo, RJ.	Inquérito epidemiológico.
14	Comportamentos negativos relacionados à saúde em estudantes do ensino médio de Florianópolis, SC.	Loch, M. R.; Nahas, M. V. /2012.	Verificar a prevalência de determinados comportamentos negativos relacionados à saúde em alunos da maior escola pública do Estado de Santa Catarina.	516 adolescentes, com idades entre 14 e 19 anos.	Estudo analítico com corte transversal.
15	Heteronomia no âmbito da saúde do adolescente: uma revisão integrativa da literatura.	Araújo, F. P. de; Ferreira, A. P.; Vianna, A. B.; Oliveira, M. H. B. / 2018	Identificar e analisar as produções científicas acerca da heteronomia dos adolescentes no âmbito da saúde.	Bases de dados: Scopus, Publisher Medline (PubMed) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).	Revisão integrativa da literatura.
16	Características associadas à autoavaliação ruim do estado de saúde em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015.	Malta, D. C.; Oliveira, M. M. de; Machado, I. E.; Prado, R. R.; Stopa, S. R.; Crespo, C. D.; Assunção, A. A. / 2018.	Estimar a prevalência e os fatores associados à autoavaliação ruim do estado de saúde em escolares brasileiros.	Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada em 2015.	Estudo transversal utilizando dados da PeNSE de 2015.
17	A saúde na escola:	Faial, L.C. M.; Silva, R. M. C. R.	Compreender as percepções do ser	90 alunos adolescentes de	Pesquisa qualitativa e

	percepções do ser adolescente.	A.; Pereira, E. R.; Faial, C. S. G. / 2019.	adolescente acerca da saúde na escola.	uma escola federal do estado do Rio de Janeiro.	descritiva apoiada na fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty.
18	Opinião de escolares e educadores sobre saúde: o ponto de vista da escola pública de uma região periférica do Município de São Paulo.	Soares, C. B.; Salvetti, M. de G.; Ávila, L. K. de. / 2003.	Apreender a opinião da escola pública sobre esses temas.	Coordenadores pedagógicos e grupos focais com adolescentes escolares (de 12 a 18 anos incompletos)	Pesquisa de campo.
19	Redes de apoio ao adolescente no contexto do cuidado à saúde: interface entre saúde, família e educação.	Costa, R. F. da C.; Zeitoune, C. G.; Queiroz, M. V. O.; García, C. I. G. / 2015.	Analisar as percepções dos adolescentes sobre as redes de apoio a suas necessidades de saúde.	36 adolescentes de ambos os sexos que atenderam aos critérios de inclusão: estudantes do ensino fundamental II das escolas pesquisadas, de ambos os sexos e na faixa etária entre 10 e 19 anos.	Estudo analítico-interpretativo, em que a análise e a interpretação pautaram-se na Teoria da Complexidade de Edgar Morin.
20	Adolescentes e suas relações com serviços de saúde: estudo transversal em escolares de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.	Claro, L. B. L.; March, C.; Mascarenhas, M. T. M.; Castro, I. A. B.; Rosa, M. L. G. / 2006.	Descrever a relação dos adolescentes com os serviços de saúde através dos indicadores – morbidade referida, auto-avaliação do estado de saúde, necessidade de saúde sentida, demanda, utilização, fidelidade aos serviços de saúde.	Adolescentes entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, a partir de uma amostra proporcional ao número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas do bairro estudado, por idade.	Estudo transversal
21	Autoestima e comportamentos de saúde e de risco no adolescente: efeitos diferenciais em alunos do 7º ao 10º ano.	Antunes, C.; Sousa, M. C.; Carvalho, A.; Costa, M.; Raimundo, F.; Lemos, E.; Cardoso, F.; Gomes, F.; Alhais, D.; Rocha, A. & Andrade, A. / 2006.	Os objetivos deste estudo foram: (a) observar as diferenças de género na autoestima dos 12 aos 16 anos; (b) observar os efeitos de comportamentos menos saudáveis, e (c) observar o efeito	Os participantes foram 645 estudantes frequentando do 7º ao 10º ano numa escola secundária de uma cidade do Nordeste de Portugal.	Pesquisa de campo.

			das percepções de saúde em geral e das dificuldades de aprendizagem na autoestima.		
22	Qualidade de vida relacionada à saúde de adolescentes escolares.	Agathão, B. T.; Reinchenheim, M. E.; Moraes, C. L. de. / 2018.	Avaliar a percepção de qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) de adolescentes escolares.	807 adolescentes entre 10 e 17 anos de duas escolas públicas de Niterói e quatro privadas do Rio de Janeiro e São Gonçalo.	Estudo transversal.
23	Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das rede pública e privada da área metropolitana do Estado de São paulo.	Carlini-Cotrim, B.; Gazal-Carvalho, C.; Gouveia, N. / 2000.	Estudar a frequência de vários comportamentos de saúde entre estudantes secundários de escolas estaduais e particulares da cidade de São Paulo, SP.	Dez escolas estaduais e a seleção de sete particulares e estudantes entre 12 e 18 anos de idade.	Estudo epidemiológico de corte transversal.

A Tabela 1 apresenta as principais características e resultados dos estudos selecionados para esta revisão. A partir da análise dos artigos descritos na tabela, a prevalência de estudos sobre a temática no âmbito Brasileiro, indica maior preocupação e investimento em pesquisas científicas que tragam uma contribuição para as políticas públicas de saúde do adolescente, podendo inclusive, servir como critério de comparação com outros países. O ano de publicação dos estudos encontrados não estão distribuídos igualmente entre 1990–2020, período delimitado na busca. Os anos de 2015, 2018 e 2019 se destacaram por contar com maior número de publicações, o que denota o aumento de pesquisas sobre essa temática nos últimos anos.

A Figura 2 mostra os estados onde os estudos foram realizados. Os estudos encontrados são de base nacional, prevalecendo maior parte nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país.



Figura 2. *Estados brasileiros de origem dos estudos.*

Fonte: os pesquisadores

Discussão

De acordo com os principais resultados dos artigos analisados, foram criadas três categorias de análise: categoria 1) Percepções de estudantes adolescentes acerca da saúde e qualidade de vida; categoria 2) Comportamentos e conhecimentos relacionados à saúde do estudante adolescente; categoria 3) Políticas públicas e ações de cuidados à saúde do estudante adolescente.

Percepções de estudantes adolescentes acerca da saúde e qualidade de vida

Nesta categoria, foram reunidos 12 (doze) artigos que versam sobre as percepções dos estudantes adolescentes quanto à sua saúde e qualidade de vida. A saúde do adolescente é uma temática ainda pouco pesquisada, porém é um tema que deve fazer parte da atenção intersetorial dos profissionais de saúde e educação para que possam oferecer um cuidado integral a este grupo. Para tanto, é importante conhecer a percepção dos próprios adolescentes acerca da saúde na escola e debates relativos a questão do adolescer neste espaço.

Em uma pesquisa realizada com 378 alunos, considerados adolescentes, que cursavam o 2º ano do Ensino Médio em escolas do Piauí, sobre como percebiam a si mesmo e o processo de adolescer, definiram a adolescência como sendo: “[...] uma fase em que surgem muitas dúvidas ao adolescente, é a fase que você descobre muitas coisas boas e outras ruins; [...] uma fase de descobertas, onde os adolescentes costumam ser chamados de aborrecentes; [...] uma fase em que estamos mudando o nosso pensamento, a maneira como agimos; Uma fase de mudanças físicas e psicológicas [...]” (Bezerra, Queiroz & Oliveira, 2014, p. 3).

Nesta perspectiva, os adolescentes apresentaram uma aceção sobre a forma que percebiam a si mesmos e o processo de adolecer de acordo com as suas vivências, sentimentos, relações interpessoais e sociais, preocupações e significados atribuídos por eles a esse processo. Isso tem sido refletido nos resultados dos estudos analisados, uma vez que é percebido que grande parte dos estudantes adolescentes entrevistados têm associado o conceito de saúde e/ou qualidade de vida a fatores como saúde física, mental e bem-estar nos relacionamentos sociais.

Adolescentes escolares têm dado significado à saúde como o estado caracterizado pela presença de hábitos saudáveis que agregam saúde física. Em um estudo realizado por Azambuja et al. (2013) com estudantes de ensino médio das redes públicas e privadas na cidade de Santa Maria (RS), 36,5% deles indicaram como prioridade em saúde o perfeito bem-estar físico seguido pelo estilo de vida saudável (27,5%), ausência de doenças e enfermidades (22,9%) e boas condições de vida e de trabalho (13,1%). Outro estudo mostra que os alunos entrevistados apresentavam dificuldade em dar um conceito para saúde e qualidade de vida. No entanto, entendiam que saúde estava voltada para alimentação, aspectos físicos e bem-estar (Brito & Rocha, 2019). Especificamente, alguns autores relatam que atividade física e práticas de higiene são citados com exemplos palpáveis no entendimento dos escolares, dando ênfase a associação da saúde com a biologia do corpo (Barros & Colaço, 2013; Faial et al., 2020).

É importante destacar que a saúde mental é também um pilar dentro do conceito de saúde como um todo visto que os adolescentes têm sido cada vez mais expostos a situações de violência, maus tratos, gravidez e patologias mentais como mostrado em um estudo de Rossi et al. (2019), cujo objetivo foi identificar a percepção sobre a crise em saúde mental por adolescentes de 16 e 17 anos. Ainda, Fukuda, Garcia e Amparo (2012) revelam que a saúde mental tem sido representada no pensar dos adolescentes por figuras humanas com informações que se relacionam ao bem estar pessoal, relacionamentos com a família e contextos sociais.

Em paralelo, a literatura aponta para o fato de que a percepção desses adolescentes escolares sobre saúde pode ser influenciada também por determinantes sociais. Soares, Salvetti e Ávila (2003) mostram que os participantes de seu estudo reconheceram problemas sociais como base para os problemas de saúde dos adolescentes como o uso de drogas e a violência. Os autores apontam para a escassez de políticas sociais públicas intersectoriais que reflitam nas necessidades de saúde desse grupo etário.

Outro dado muito interessante a respeito disso é mostrado em um estudo de Agathão, Reichenheim e Moraes (2018), em que expõem o quão diferentes são as percepções das dimensões de qualidade de vida relacionada a saúde (QVRS) como saúde e atividade física; bem-estar psicológico; autonomia e relação com os pais; amigos e apoio social e ambiente escolar entre adolescentes de escolas privadas e públicas do Estado do Rio de Janeiro a partir de uma ferramenta chamada Kidscreen, proposto por Engelhard (2013), que pode

ser usada para avaliar e monitor da QVRS de crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos, tanto aqueles considerados saudáveis como portadores de doenças crônicas. Segundo os autores, aqueles de escolas privadas apresentaram melhor QVRS quando comparados aos de escolas públicas. Além disso, valores mais baixos de QVRS foram identificados em adolescentes mais velhos, aqueles provenientes de escola pública e com menor posse de bens, particularmente no que se refere a autonomia e relação com os pais.

No que se refere a como os adolescentes caracterizam sua saúde, um estudo com adolescentes de uma escola da cidade de Olinda – PE mostra que 27,6% deles tiveram uma autopercepção negativa em saúde sendo que essa percepção foi maior pelo sexo feminino (Silva et al., 2018). Apesar de ser um estudo isolado, é necessário frisar a importância de conhecer a percepção da própria saúde do adolescente, visto que a primeira impressão ou indícios de não-saúde precisa partir de si próprio. Isso auxilia no processo de recuperação da saúde e revela se comportamentos de violência podem estar associados ao estado de saúde desse adolescente.

Comportamentos e conhecimentos relacionados à saúde do estudante adolescente

Nesta categoria, foram encontrados sete artigos os quais apontam vários comportamentos que podem interferir ou influenciar na saúde do adolescente. De acordo com Feijó e Oliveira (2001), o termo ‘comportamento de risco’ é usado quando o indivíduo, especialmente, o adolescente participa de atividades que podem prejudicar sua saúde física e mental. No entanto, afirma que para realizar uma avaliação de comportamentos que podem colocar em risco a saúde do adolescente, é importante, antes de tudo, possuir um entendimento da dimensão psicossocial na qual o adolescente está inserido.

A literatura estudada reforça essa ideia de modo que levantam condutas bem frequentes entre os adolescentes. Por exemplo, em um estudo transversal feito com 4.207 estudantes de ensino médio da rede pública estadual do Estado de Pernambuco, nível de atividade física, comportamento sedentário, consumo ocasional de frutas/hortaliças, consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo foram avaliados em relação a presença simultânea nestes alunos, sendo que 58,5% apresentaram dois ou mais comportamentos (Brito, Hardman & Barros, 2015).

Grande parte dos estudos mostram uma maior prevalência de estudantes que fazem uso de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas (Loch & Nahas, 2006; Lopes, Mielke, Silva, 2015; Malta et al., 2018; Carlini-Cotrim, Gazal-Carvalho & Gouveia, 2000). Este dado é nitidamente verdadeiro, dado que esta é uma das condutas mais vistas socialmente em adultos. A influência da família, da escola e de laços interpessoais são fundamentais para essa prática. Nesse sentido, a escola como um ambiente de aprendizado robusto

pode ser um instrumento restaurador sempre visando a saúde e a consciência de seus adolescentes, uma vez que estes são o principal grupo alvo nesta instituição.

Uma boa alimentação é tida como parte da saúde do ser humano. Dessa forma, o excesso de peso é um reflexo de uma alimentação descontrolada. A realidade de sobrepeso e obesidade em entre adolescentes escolares foi 12,2% em um estudo feito no sul do Brasil (Kunkel, Oliveira & Peres, 2009). Quando analisados os escores de qualidade de vida, o grupo com excesso de peso apresentou menores escores quando comparado ao grupo sem excesso de peso. Foi concluído que adolescentes com excesso de peso possuem 3,54 vezes mais chances de ter uma baixa qualidade de vida.

Políticas públicas e ações de cuidados à saúde do estudante adolescente

Nesta terceira categoria de análise, foram encontrados cinco artigos que tratam especificamente sobre as políticas e serviços de apoio e cuidados à saúde do estudante adolescente. Antes de mais nada, é relevante entender a real situação de apoio a saúde de adolescentes. Por exemplo, um estudo de Claro et al. (2006), realizado no Estado do Rio de Janeiro, revela que a probabilidade de acesso aos serviços de saúde por alunos de escolas públicas é menor do que por alunos das escolas privadas. Além disso, os adolescentes veem a família como o principal apoio e orientação às suas necessidades básicas de saúde, revelando uma insuficiência da rede de apoio aos cuidados de saúde dos adolescentes (Costa et al., 2015).

Uma vez que o adolescente é considerado um indivíduo em desenvolvimento, este já é considerado vulnerável, apresentando a necessidade de ser protegido física, psíquica e moralmente (Pessalacia, Menezes & Massuia, 2010). Dessa maneira, é fundamental a garantia do direito em saúde para esse grupo etário. O ECA (*Lei n. 8.069, 1990*) afirma que a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público devem assegurar a saúde das crianças e adolescentes no Brasil. Tal efetivação desse direito se dá pela promoção de políticas sociais públicas.

Uma revisão bibliográfica, cujo intervalo de tempo proposto foi de 1990 – 2004, mostrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das leis mais tratadas sobre esse assunto. Além disso, mostra que o tema ‘Propostas de ação para melhoria de saúde dos jovens’ foi o mais publicado nesse período e que estudos de avaliação dessas propostas ficaram a desejar, visto que pode haver uma negligência por parte dos governos e universidades no que se refere a implantação e avaliação destas políticas (Amarantes & Soares, 2007). De fato, os serviços de apoio à saúde do adolescente são escassos ou negligenciados, mostrando dados ao longo do presente estudo que refletem negativamente em áreas específicas atreladas ao adolescente como na sua saúde sexual, física, mental e nutricional.

Considerações finais

A presente revisão da literatura buscou sistematizar as produções sobre a saúde do estudante adolescente considerando o período de Julho de 1990 a Julho de 2020, a fim de analisar as publicações e os principais resultados de pesquisas desenvolvidas a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil. Os estudos analisados permitiram compreender como este fenômeno vem sendo abordado, principalmente após a implementação de políticas públicas de saúde voltadas para a atenção e o cuidado com a saúde do estudante adolescente, alcançando os objetivos deste estudo.

Desta forma, os resultados revelaram uma maior tendência de estudos do tipo transversal e qualitativos. Quanto aos procedimentos de investigação mais frequentes foram as entrevistas semiestruturadas e os questionários. Além disso, foi evidenciado também que a maioria dos estudos sobre essa temática foi desenvolvido no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com os eixos de análises deste estudo, a maioria das pesquisas sobre versam sobre *autopercepção dos adolescentes sobre saúde*, eixo de análise com maior número de estudos, e apontam para uma autopercepção negativa em saúde, relacionada principalmente ao sexo feminino. Essa associação pode estar relacionada ao maior nível de sensibilidade para identificar alterações fisiológicas no corpo e à procura por serviços de saúde serem mais frequentes pelo sexo feminino.

No eixo de análises *comportamentos e conhecimentos relacionados à saúde do estudante adolescente*, os estudos evidenciaram uma maior prevalência de estudantes que fazem uso de bebidas alcoólicas, substâncias psicoativas e apresentam sobrepeso e obesidade. Esses fatores podem contribuir para que os estudantes tenham mais chances de ter uma baixa qualidade de vida.

Já no eixo relacionado as *políticas públicas e ações de cuidados à saúde do estudante adolescente*, os estudos revelaram que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das leis mais tratadas sobre assegurar o direito das crianças e adolescentes no Brasil e que mesmo que tenham ocorrido muitos avanços após sua implementação, as políticas sociais e os serviços de apoio à saúde do adolescente, ainda são escassos e que pode haver uma negligência por parte dos governos e sociedade em relação ao desenvolvimento de políticas e redes de apoio relacionada aos cuidados de saúde dos estudantes adolescentes.

Diante dos achados apresentados, pode-se assinalar que a saúde do estudante adolescente necessita ser tratada por meio de uma abordagem psicossocial, levando em consideração as particularidades e individualidades do indivíduo, e o contexto de vida no qual está inserido, corrobora em situações de vulnerabilidades que podem interferir nos determinantes sociais de saúde.

Em relação às limitações do presente estudo, sinaliza a necessidade de serem desenvolvidos novos estudos envolvendo a temática através de outros instrumentos e procedimentos de investigação, pois por se

tratar de uma revisão sistemática da literatura sobre um recorte temporal e a combinação de descritores pesquisados em algumas bases de dados, não podendo, assim, ser observadas maiores referências sobre este assunto, além das informações apresentadas no presente estudo. Também carecem verificar outros aspectos que englobam a saúde, como os aspectos psicossocial, emocional e os próprios determinantes sociais em saúde, visto que os adolescentes na maioria dos estudos indicaram como saúde o bem-estar físico, seguido pelo estilo de vida saudável, dando ênfase a associação da saúde com a biologia do corpo.

Quanto às lacunas identificadas no conjunto de artigos inquiridos na presente revisão, constatou-se a ausência de pesquisas que abordam o cuidado com a saúde emocional dos estudantes, levando em consideração a dimensão sociocultural e histórica desse período do desenvolvimento; e ainda de estudos que apresentem fatores relacionados às diferenças de gêneros, questões étnico-racial e classe social.

Por fim, sugere-se que sejam realizados estudos que apresentem uma visão crítica e que enfatize a constituição histórico-cultural da adolescência, estudos empíricos e longitudinais acerca desse fenômeno no espaço escolar, bem como pesquisas de cunho documental que apresentem caracterizem o perfil de saúde do estudante adolescente, a fim de colaborar com o fomento de políticas públicas intersetoriais voltadas para ações de cuidados que relacionem saúde e educação. E, partir disso, levantar e analisar o perfil de saúde dos estudantes em estados de maior vulnerabilidade e exclusão social nas escolas do Brasil, como nas regiões Norte e Nordeste do país.

Referências

- Agathão, B. T., Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. D. (2018). Qualidade de vida relacionada à saúde de adolescentes escolares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 659-668.
- Amarante, A. G. de M., & Soares, C. B. (2007). Adolescência no SUS: uma revisão bibliográfica. *Journal of Human Growth and Development*, 17(3), 154-159.
- Azambuja, C. R., Brum, L. M., Carpilovsky, C. K., Cureau, F. V., Duarte, P. M., dos Santos, D. L., & Schetinger, M. R. C. (2013). Prioridades em saúde de escolares do ensino médio. *ConScientiae Saúde*, 12(2), 185-194.
- Barros, J. P. P., & Colaço, V. D. F. R. (2013). Produção de sentidos sobre saúde em um grupo de discussão com adolescentes de Fortaleza. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 674-684.
- Brito, U. D. S., & Rocha, E. M. B. (2019). Percepção de jovens e adolescentes sobre saúde e qualidade de vida. *Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)*, 1-11.
- Carlini-Cotrim, B., Gazal-Carvalho, C., & Gouveia, N. (2000). Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 34(6), 636-645.
- Costa, A. B., Zoltowski, A. P. C., Koller, S. H., & Teixeira, M. A. P. (2015). Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 2441-2452.

- Costa, R. F. D., Zeitoune, R. C. G., Queiroz, M. V. O., Gómez García, C. I., & Ruiz García, M. J. (2015). Redes de apoio ao adolescente no contexto do cuidado à saúde: interface entre saúde, família e educação. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49(5), 741-747.
- Engelhard Jr, G. (2013). *Invariant measurement: Using Rasch models in the social, behavioral, and health sciences*. Routledge.
- Faial, L. C. M., Silva, R. M. C. R. A., Pereira, E. R., & Faial, C. S. G. (2020). A saúde na escola: percepções do ser adolescente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(3).
- Feijó, R. B., & Oliveira, É. A. D. (2001). Comportamento de risco na adolescência. *Jornal de pediatria. Porto Alegre. Vol. 77, supl. 2 (nov. 2001), p. S125-S134*.
- Fukuda, C. C., Garcia, K. A., & Amparo, D. M. D. (2012). Concepções de saúde mental a partir da análise do desenho de adolescentes. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(2), 207-214.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23, 183-184.
- IBGE. (2019). Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21457-a-saude-dos-adolescentes.html> Acesso em: 10 de out de 2021.
- Kunkel, N., Oliveira, W. F. D., & Peres, M. A. (2009). Excesso de peso e qualidade de vida relacionada à saúde em adolescentes de Florianópolis, SC. *Revista de Saúde Pública*, 43, 226-235.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Loch, M. R., & Nahas, M. V. (2006). Comportamentos negativos relacionados à saúde em estudantes do ensino médio de Florianópolis, SC. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 11(2), 13-24.
- Lopes, S. V., Mielke, G. I., & Silva, M. C. D. (2015). Comportamentos de risco relacionados à saúde em adolescentes escolares da zona rural. *Mundo saúde (Impr.)*, 39(3), 269-278.
- Malta, D. C., Oliveira, M. M. D., Machado, I. E., Prado, R. R., Stopa, S. R., Crespo, C. D., & Assunção, A. Á. (2018). Características associadas à autoavaliação ruim do estado de saúde em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 21, e180018.
- Paes, C. C. D. C., & Paixão, A. N. D. P. (2017). A importância da abordagem da educação em saúde: revisão de literatura. *Revista de Educação do Vale do São Francisco-REVASF*, 6(11).
- Pessalacia, J. D. R., Menezes, E. S. D., & Massuia, D. (2010). A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. *Bioethikos*, 4(4), 423-30.
- Rocha Bezerra, M. A., Oliveira Queiroz, M. V., & de Souza Oliveira, K. N. (2014). REFLEXÕES ACERCA DO ADOLESCER E DA SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 24(2).
- Rossi, L. M., Marcolino, T. Q., Speranza, M., & Cid, M. F. B. (2019). Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00125018.
- Silva, B. R. V. S., Dos Santos, D. C. G., de Melo Valença, P. A., Moraes, L. X., Silva, A. O., Menezes, V. A., ... & Da Franca, C. B. F. S. (2018). Prevalência e fatores associados à autopercepção negativa em saúde de adolescentes: um estudo piloto. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, 22(3).

- Soares, C. B., Salvetti, M. D. G., & Ávila, L. K. D. (2003). Opinião de escolares e educadores sobre saúde: o ponto de vista da escola pública de uma região periférica do Município de São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 1153-1161.
- Souza, C. D., & Silva, D. N. H. (2019). Adolescência em Debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, 23.
- Souza, C., & Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estud. Psicol.*, 17(3), 353-360
- Vitale, R., Degoy, E., & Berra, S. D. V. (2015). Salud percibida y rendimiento académico en adolescentes de escuelas públicas de la ciudad de Córdoba.

ONLINE PSYCHOLOGICAL INTERVENTIONS DURING THE COVID-19 PANDEMIC: A SYSTEMATIC REVIEW

Abstract

COVID-19 has infected thousands of people worldwide, causing social, economic and health impacts. Protective measures with emphasis on mental health were designed to contain the impacts. Objective: we sought to analyze which interventional strategies are being used in the pandemic. Methodology: This systematic review included studies on psychological interventions from the BVS-PSI, LILACS and PubMed databases. Results: Of the 26 articles analyzed, 26.92% were from national journals and 73.07% from international journals. Conclusions: The scarcity of training or lack of experience of professionals regarding ICTs was not an impeditive component for the online services to take place. The population benefited from the rapid response to mental health care offered by the professionals. Training in ICTs needs to occur continuously.

Keywords: Online psychological interventions; strategies; COVID-19.

ACESSO AOS RECURSOS TECNOLÓGICOS POR PROFESSORES NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Calila Mireia Pereira Caldas¹⁴

Joilson Pereira da Silva¹⁵

Resumo

A partir de uma revisão integrativa da literatura, esta pesquisa propõe analisar produções científicas que evidenciem a utilização dos recursos tecnológicos pelos professores, durante a pandemia da COVID-19. A busca em base de dados compreendeu o período de janeiro a dezembro de 2020. Os termos inseridos foram: “Professor AND redes sociais AND COVID-19”. Os principais resultados mostraram que o uso dos recursos tecnológicos melhoram a compreensão conceitual do aluno, aprimora a interação entre aluno/professor, apresenta soluções colaborativas rápidas, facilita o processo de ensino-aprendizagem; por outro lado, requer do professor habilidades técnicas para utilização dos recursos digitais, mas não houve tempo hábil para capacitação; assim, os professores apresentaram adoecimento psíquico, sendo o apoio social um recurso de enfrentamento possível ao professor.

Palavras-chave: Recursos Tecnológicos; COVID-19; Professores; Apoio Social.

¹⁴ Mestranda do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGPS-UFS), Aracaju, SE, Brasil. Universidade Federal de Sergipe

¹⁵ Professor Doutor do Departamento de Letras Libras (DELI) e do Programa de pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE. Universidade Federal de Sergipe

Endereço para correspondência: Calila Mireia Pereira Caldas, Rua Dom Pedro II, 939 – Centro – Euclides da Cunha, BA. E-mail: calilacaldas@gmail.com

Introdução

Durante a situação de pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a fim de certificar a continuação das aulas, o Ministério da Educação [MEC] publicou a portaria nº. 343, autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, como sendo a única opção para alunos e professores se comunicarem em continuação à promoção da educação, o que implicou uma pressão exercida pelas novas tecnologias sobre os docentes, exigindo deles constantes adaptações e atualizações, sem possibilidade de um preparo prévio e, até mesmo, sem a disponibilização de recursos pela instituição onde trabalham (Zheng, Khan, & Hussain, 2020; Zorn, Feffer, Bauer, & Dillenseger, 2020).

A educação foi reiniciada como uma atividade remota baseada em casa, habilitada para a tecnologia e sem contato físico (Harris, 2020). Predominaram frenéticas inovações tecnológicas destinadas a atender com agilidade às permanentes mudanças da demanda; maximizou-se o uso de ferramentas digitais, resultando em ensino remoto de emergência (Doukakis & Alexopoulos, 2020), o que requer maior carga de trabalho do professor (Danjou, 2020; Неборский, Богуславский, Ладыжец, Наумова, & Анисимов, 2020), que é desafiado a pensar o rumo de uma educação equitativa sustentável (Ebersohn, 2020).

As incertezas quanto à formação e provimento da educação acompanham os professores, durante a pandemia, diante da limitação dos serviços da Internet e tecnologias relacionadas à infraestrutura (Shapiro et al., 2017; Неборский et al., 2020), da aceitação de smartphones na educação (Jurkovič, 2019) e do ambiente digital de sala de aula (Cao et al., 2019); há falta de habilidade ou experiência no uso das TICs, dificuldade em organizar aulas de vídeo, capacidades metodológicas ou técnicas insuficientes do sistema de e-learning moodle (Неборский et al., 2020). Por outro lado, os aplicativos de computador e smartphone tornam-se ferramentas importantes para atender às diversas necessidades e interesses da educação, além de promover uma interação online (Jacobs, 1965); seu uso adequado favorece a aprendizagem interativa e aumenta a motivação dos alunos (Montealegre-Ortiz, Carvajal, Coral, Barrios, & Henao, 2010).

Os professores tiveram que desenvolver capacidade imaginativa e adaptativa para continuar a fornecer oportunidades educacionais (Danjou, 2020; Doukakis & Alexopoulos, 2020), a utilizar fórmulas de ensino online, visando encontrar soluções instrucionais com a maior rapidez possível, parâmetros a serem estabelecidos em curto prazo, recursos tecnológicos e humanos frequentemente limitados (Doukakis & Alexopoulos, 2020). Alguns tiveram dificuldades com o planejamento de aulas e os métodos de ensino adequados para a aula online, pois seu repertório existente de habilidades e

conhecimentos se revelou insuficiente ou inadequado, causando níveis elevados de estresse nos professores (Doukakis & Alexopoulos, 2020).

Por vezes, quando não conseguem atingir os objetivos propostos pela instituição e, diante das pressões impostas relacionadas ao manuseio das tecnologias nas gravações de aulas, os professores acabam adoecendo. Assim, torna-se relevante a pesquisa em que o ensino remoto se torna rotina diária de trabalho docente, que faz uso exacerbado da tecnologia, e pode oferecer riscos para a saúde mental; são desafiados a produzir sociabilidade e laços coletivos no trabalho, antes embasados na proximidade física. O suporte social pode contribuir para que os professores se percebam valorizados e respeitados diante de suas necessidades de afeto, estima, pertença, identidade e segurança, permitindo-lhes a mobilização de recursos para lidarem com questões emocionais (Andrade, 2019).

Dado o exposto, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura, visando a responder à seguinte pergunta norteadora: quais os achados de pesquisa existentes sobre o acesso dos recursos tecnológicos por professores na pandemia da COVID-19, no período de janeiro a dezembro de 2020?

Método

A busca documental foi feita no mês de dezembro de 2020, nas bases de dados SCIELO, LILACS, SCOPUS, Medline/PubMED, Eric, PsycINFO. As palavras-chave foram buscadas pelo Tesouro de Termos em Psicologia (Thesaurus of Psychological Terms), pela APA, sob o uso do operador booleano “AND” escritos em português, espanhol e inglês, com os descritores “Professor AND redes sociais AND COVID-19”.

Foram delimitados, como critérios de inclusão, apenas artigos completos, publicados no ano de 2020, amostra contendo professores pesquisados. Salienta-se que o acesso às bases de dados foi por meio da plataforma Periódicos CAPES, que disponibiliza o ‘Acesso CAFE’, serviço provido pela Universidade Federal de Sergipe, instituição participante, que permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos duplicados, artigos que não investigavam os construtos estudados, artigos com população não correspondente ao delineamento em evidência.

A busca inicial apresentou 30 artigos, dos quais um era proveniente da SCIELO; 24 da SCOPUS; dois da ERIC; três da Medline/PubMED. Não foram encontrados artigos com os descritores acima

mencionados nas bases LILACS, Eric e PsycInfo. Após leitura dos títulos e dos resumos, foram excluídos: artigos duplicados ($n = 01$), não condizente com a temática e público-alvo ($n = 14$), e artigos nos quais não se obteve acesso ao texto completo ($n = 02$). A plataforma Rayyan (Ouzzani, Hammady, Fedorowicz, & Elmagarmid, 2016) foi usada durante esse processo para a seleção de artigos. Ao final, treze artigos foram selecionados para compor a amostra deste estudo, conforme consta na Figura 1.



Fig. 1. Fluxograma de processo de busca e seleção dos artigos científicos localizados para a revisão integrativa de acordo com a recomendação PRISMA

Fonte: autores

Resultados

Tópicos Bibliométricos e Metodológicos

Os estudos analisados nesta pesquisa se subdividiram em três dos seis continentes existentes, a saber: América, em especial a América do Sul; Europa; Ásia, escritos em língua portuguesa (E1; E5),

rusa (E13), francesa (E2), e outros em língua inglesa, mesmo sendo as pesquisas realizadas em países onde era o principal idioma.

As publicações datam de 2020, tendo em vista os critérios de inclusão abrangentes à temática estudada. Oito publicações foram feitas em periódicos ligados à Educação; três relacionados à saúde; duas em caráter multidisciplinar. Em relação às características das pesquisas analisadas, notou-se que a maioria (n = 6) possuíam abordagem qualitativa. Apenas um artigo apresentou estudo de revisão de literatura (E4); dois com revisão narrativa e um empírico (E11; E10); três de revisão narrativa (E9; E8; E12) e um artigo de caso (E6).

Todos foram lidos na íntegra, sendo excluídos aqueles que não respondiam ao problema da pesquisa. A coleta de dados se deu por meio de instrumentos psicométricos (escalas e questionários) que foram utilizados para mensurar a eficácia das redes sociais e plataformas digitais no ensino remoto. Todos os instrumentos foram aplicados de forma online, devido à necessidade do distanciamento social provocado pela COVID-19; dentre os recursos utilizados: ferramenta online google docs e as respostas medidas pela escala likert de cinco pontos variando de 1 'discordo totalmente' até 5 'concordo plenamente' (E2; E3), rede da Laureate International University (E10), Artigos, livros (E8; E9; E12), entrevistados via e-mail, Skype e redes sociais sob condição de anonimato (E11).

Análise da Categoria

A partir da análise das informações sobre os tipos de recursos tecnológicos, redes sociais e plataformas de mídias sociais utilizadas por professores, o estudo se baseou na categorização por incidência, apresentando as práticas de ensino desenvolvidas por professores na pandemia. Assim, visando extrair resultados significativos passíveis de comparações, duas categorias foram realizadas, a saber: Recursos tecnológicos e plataformas de mídias sociais; falta de acesso aos recursos tecnológicos.

Categoria 1: Recursos Tecnológicos e Plataformas de Mídias Sociais

A referida categoria tem por objetivo sintetizar informações acerca dos recursos tecnológicos, redes sociais e plataformas de mídias sociais utilizadas por professores. Referente às redes sociais, as pesquisas apontaram o uso do Instagram, Facebook, Snapchat e o WhatsApp (E1; E2; E3; E6; E7; E13), Asperones Avanza, uma rede educacional e social utilizada para os marginalizados (E9), Skype (E2,

E11); apenas um estudo não descreve os tipos de ferramentas digitais e/ou redes sociais utilizadas (E8).

Alguns estudos descrevem que os recursos tecnológicos permitiram desenvolver relacionamentos por meio de ferramentas digitais e da Internet, incluindo mídia social (E2; E3; E4). Os professores possuíam a liberdade de escolher a forma de interação, disponibilizando, juntamente com as redes sociais (Facebook,

WhatsApp), outras plataformas de comunicação como o Zoom Cloud Meetings, para formar grupos online para atividades educacionais (E1, E3); Youtube (E10); e-mail; videoconferência; SMS (E2, E11); software de visualização de rede e nuvens de palavras (E4); Moodle ou Classroom (E5); NAIRA, uma plataforma Multimodal Learning Analytics (E6).

Um modelo de aprendizagem combinado com tecnologia utilizado por professores, na pandemia da COVID-19, foi a Internet das Coisas (IoT), uma rede diversa de objetos do cotidiano que podem gerar, trocar e usar informações com o mínimo de participação humana (E12). Na Tailândia, baseados na IoT, os professores utilizaram os recursos de F2F, face a face, concentrados na aprendizagem remota, mediada pelo professor, que permite interações, colaboração e comunicação que aconteçam em sala; o Tele-D, um recurso utilizado pelos professores para os alunos acessarem por streaming, ao vivo, no mundo cibernético, com dispositivos como e-books, cliques de aulas, atribuições de tarefas ou gravações de vídeo, LMS-Google Classroom.

Na Rússia, os professores utilizaram, além da plataforma Zoom, outros recursos como o Moodle, Coursera, Stepik, Discord, Jisti Meet, NetAcad, Oracle Web Academy, WebEx, Webinar.ru, TrueConf, wiki.elewise.com, github.com, bitbucket.org, britishcouncil.org, com os dispositivos e-mail, aplicativos de mensagens como o Viber (E13).

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), foram desenvolvidas quatro abordagens: 1. atividades de ensino-aprendizagem por meio de webinários; 2. ações de extensão por meio de redes sociais; 3. utilização de um aplicativo para o monitoramento de informações, no pré-natal; 4. desenvolvimento de pesquisa utilizando ferramentas digitais (E1).

Em Estrasburgo, França, os professores universitários utilizaram slides simples e com som nas aulas virtuais; elaboraram uma lista de links para sites ou vídeos a consultar (dos quais o professor não é o autor); propuseram a troca de documento (s) por e-mail (Ccol, Cind, Vcol), por videoconferências (Vcol, Vind), por trocas individuais de informações por mensagem (SMS) ou telefone (E2).

Os resultados dos estudos elencados, nessa seção de análise, indicaram que os recursos tecnológicos, as redes sociais e plataformas de mídias sociais permitiram desenvolver a continuação do ensino na atualidade pandêmica, configurando-se como mediação na motivação e aprendizagem do aluno, além de possibilitar reforçar habilidades que estimularam o desenvolvimento cognitivo do aluno e do professor.

Categoria 2: Falta de Acesso aos Recursos Tecnológicos

Algumas das pesquisas apontaram que nem todos os professores possuíam, previamente, conta nas redes sociais; não participaram de treinamento; nunca realizaram aulas, palestras ou apresentações a distância, daí, o nível baixo de proficiência em habilidades de aprendizagem online (E7; E8; E11) porque, não estavam preparados para a migração do ensino presencial ao remoto (E2; E7; E13), o que demonstrou ser um fator limitante nos estudos, retomando a necessidade de se levar em consideração a familiaridade dos usuários com o ambiente virtual. A familiaridade facilita a navegação do usuário e torna a comunicação tão natural que os alunos se sentem menos intimidados em perguntar algo ao professor, via rede social, comparado ao envio de um e-mail, demonstrando a presença de interação horizontalizada, o que tornaria o ensino remoto mais colaborativo na construção do conhecimento (E11).

Esses fatores destacam que os professores estão em risco de desenvolver emoções negativas, ansiedade, estresse, quando são afastados uns dos outros, e o apoio social torna-se adequado (E3; E13). No estudo E3, foi encontrado que professores com fortes relações sociais estão em melhor posição para lidar com o estresse e os desafios, assim como desenvolver proatividade na interação online e na autoeficácia na Internet. Buscar ajuda ou apoio é considerado uma reação natural do indivíduo que está vivenciando situações que conduzem ao estresse. Isto é, há uma busca por rede de apoio de membros da família, colegas e outras pessoas importantes, visando ao enfrentamento da crise pandêmica da COVID-19 (E3).

As pesquisas apresentadas, nesta categoria, evidenciaram a necessidade de o professor se adaptar às novas configurações de ensino, na perspectiva de criar um diferencial didático-pedagógico, por meio de um direcionamento metodológico inovador; porém, tais ferramentas pedagógicas identificaram possíveis dificuldades dos professores ao usarem as ferramentas de aprendizagem colaborativa; em alguns professores pode ser considerado como algo benéfico, favorável ao seu trabalho, ou se sentirão ameaçados e acuados por essas mudanças, que podem ocasionar o adoecimento de ordem psíquica, sendo o apoio social um contributo, para o cuidado à saúde mental.

A Tabela 1 apresenta o agrupamento dos principais achados dos estudos que compuseram a revisão integrativa de literatura.

Tabela 1. Artigos que avaliaram a utilização das redes sociais por professores (2020)

Autoria, ano	Título	País, base de dados, idioma	Amostra, delineamento do estudo e instrumentos	Resultados
E1: Felisberto, Giovannini, Diógenes, Carlos & Lins (2020)	O Caminho se Faz ao Caminhar: Novas Perspectivas da Educação Médica no Contexto da Pandemia	Brasil, Scielo, brasileiro	03 professoras, 31 estudantes, 12 residentes, 02 técnicos e 150 pacientes Webinários; redes sociais; aplicativo; ferramentas digitais.	O uso das tecnologias digitais na educação e na atenção à saúde implica enorme responsabilidade ética, social e política.
E2: Zorn, Feffer, Bauer & Dillenseger (2020)	Évaluation d'un dispositif de continuité pédagogique à distance mis en place auprès d'étudiants MERM pendant le confinement sanitaire lié au COVID-19	França, Medline, francês	91 alunos Questionário online anônimo com 4 seções principais (pedagogia, comunicação, aprendizagem e preocupações)	os professores devem continuar refletindo sobre sua prática, testando/integrando e avaliando os sistemas de educação a distância, enquanto continuam as atividades presenciais.
E3: Zheng, Khan & Hussain (2020)	The COVID 19 pandemic and digital higher education: Exploring the impact of proactive personality on social capital through internet self-efficacy and online interaction quality	Paquistão, Scopus, inglês	332 entrevistados, incluindo alunos e professores, Questionário online, Escala de personalidade proativa, Escala de autoeficácia, Escala de Presença Cognitiva, Escala de apoio percebido, Escala do capital social	O suporte social percebido fortaleceu o efeito mediador da qualidade da interação online na associação entre personalidade proativa e capital social, durante a pandemia de COVID-19.
E4: Herrada, Baños & Alcayde (2020)	Student Response Systems: A Multidisciplinary Analysis Using Visual Analytics	Espanha, Scopus, inglês	-	O papel dos sistemas de resposta dos alunos no ensino online é usado a partir de dados visuais obtidos, usando software de visualização de rede e nuvens de palavras e percebidos por professores
E5: Pletsch & Mendes (2020)	Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com	Brasil, Scopus, brasileiro	05 professoras Questionário de entrevistas semiestruturadas	O empenho docente desenvolveu ações online, promoveu a interação e a

	Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19		pela plataforma digital zoom e transcritas na íntegra com apoio do <i>Research at Google</i>	participação das crianças nas atividades propostas, em parceria com as mães;
E6: Cornide-Reyes et al. (2020)	A Multimodal Real-Time Feedback Platform Based on Spoken Interactions for Remote Active Learning Support	Chile, Scopus, inglês	24 alunos de graduação	O NAIRA permitiu ao professor monitorar e facilitar a execução supervisionada da atividade de aprendizagem, mesmo em um contexto de aprendizagem a distância
E7: Danjou (2020)	Distance Teaching of Organic Chemistry Tutorials During the COVID-19 Pandemic: Focus on the Use of Videos and Social Media	França, Scopus, inglês	22 alunos Questionário com perguntas fechadas por grupo no Facebook	O ensino assíncrono é preferível ao ensino em tempo real para explicações de soluções de exercícios
E8: Doukakis & Alexopoulos (2020)	Knowledge Transformation and Distance Learning for Secondary Education Students. The Role of Educational Neuroscience	Grécia, Scopus, inglês	-	É importante que os alunos tenham a oportunidade de vivenciar um processo educacional com professores que entendem e sabem como o cérebro aprende, utilizando ferramentas digitais
E9: Azorín (2020, Espanha)	Beyond COVID-19 supernova. Is another education coming?	Espanha, Scopus, inglês	-	Elevadas taxas de segregação socioeconômica, de evasão escolar e de insucesso escolar; má cultura de networking e colaboração; salas de aula superlotadas que prejudicam a educação de qualidade
E10: Singhal, Kumar, Singh, Fuller, & Gill (2020)	Digital device-based active learning approach using virtual community classroom during the COVID-19 pandemic	Índia, Scopus, inglês	20 professores Dispositivos móveis para conteúdo digital e participação em bootcamp	O método bootcamp promove a aprendizagem dos alunos e impulsiona seu desempenho
E11: Melezhik, Petrenko & Khrabskova (2020)	Reflective Hyperconnectivity of Social Networks Virtual Space as a Factor in the Design of Distant Learning Environment	Rússia, Scopus, inglês	Administradores, professores, especialistas em TI e estudantes Questionários de entrevistas semiestruturadas	A transição de uma universidade russa para EAD não pode ser alcançada sem o aumento da distância transacional fornecida pela Internet no diálogo entre o professor e os

				alunos, mediado pela tecnologia e pela abordagem reflexiva.
E12: Siripongdee, Pimdee, & Tuntiwongwanich (2020)	A blended learning model with IoT-based technology: effectively used when the COVID-19 pandemic?	Tailândia, Scopus, inglês	-	Os recursos da IoT que se relacionaram foram capazes de cumprir e implementar com BL.
E13: Неборский, Богуславски, Ядыжец, Наумова & Анисимов (2020)	Переход на истанционное обучение в условиях COVID-19 в оценках профессорско-реподавательского состава	Rússia, Scopus, Russo	169 professores Questionário de entrevista aplicado pelo portal universitário do Sistema Integrado de Informação e Análise da Universidade Estadual de Udmurt.	A maioria dos professores fez a transição para o ensino a distância muito rapidamente. Um terço dos professores constatou a existência de queixas contra o empregador por violações da transição legal para um formato de trabalho remoto.

Fonte: autores

Discussão

Os recursos tecnológicos oportunizam a inovação no processo de ensino-aprendizagem; direcionam a reflexão sobre as escolhas dos métodos de avaliação a serem utilizados com as ferramentas e são reconhecidos como parte importante no enfrentamento da pandemia, no contexto educacional (Felisberto, Giovannini, Diógenes, Carlos, & Lins, 2020), ao possibilitar a interação e a aprendizagem, podendo aumentar a cooperação e a colaboração entre alunos e professores, na construção ativa do conhecimento, bem como no significado e reenquadramento das teorias pessoais envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (Ribas & Perine, 2018).

A utilização de variadas ferramentas pode aumentar a consolidação da memória, como a criação de tarefas online, questionários, gamificação de atividades etc. (Hwang & Chang, 2011), e uma destas utilizadas são as redes sociais, consideradas como aceleradores do comportamento individual, motivação, emoção, processos de tomada de decisão (Min, 2019; Reb et al., 2017), e adequadas ao permitir o apoio mútuo entre os alunos (Rau et al., 2017, Zorn et al., 2020).

Os dispositivos de hardware/software SRS possibilitam também aos professores a criação de ambientes de aprendizagem interativos de maneira simples (Herrada, Baños, & Alcayde, 2020). Tais dispositivos digitais, como telefones celulares e tecnologias (simulação, modelagem e ferramentas de gerenciamento de aprendizagem) proporcionam um processo interativo de aprendizagem ativa

(Singhal, Kumar, Singh, Fuller, & Gill, 2020), assim como outras ferramentas de softwares que implementam SRS como o Kahoot (Göksün & Gürsoy, 2019), NetClick (Abramson, Pietroszek, Chinaei, Lank, & Terry, 2013), Socrative (Guarascio, Nemecek, & Zimmerman, 2017), VotApedia (Habel & Stubbs, 2014), Poll Everywhere (Shon & Smith, 2011), i2Vote (Van Ooijen, Broekema, & Oudkerk, 2011), iClickers (Mohr, 2013), i-SIDRA (Fernández-Alemán et al., 2016), Mentímetro (Mayhew, 2018) e Quizizz (Zhao, 2019), Twitter e outras redes sociais Liu et al., 2020). Os aplicativos móveis estão oferecendo soluções colaborativas rápidas (Singhal et al., 2020).

Preparar professores para introduzir a tecnologia no processo de aprendizagem exige uma complexidade, pois não se trata apenas de ensiná-los a usar hardware e software em um contexto de sala de aula, mas ensiná-los a ajudar os alunos a atuarem de forma online, em fóruns de discussão, no curso a distância (Melezhik, Petrenko, & Khrabskova, 2020). Pesquisas anteriores apontaram que há também a necessidade de suporte técnico regular e atualização dos recursos educacionais, os quais dependem, em grande parte, da infraestrutura da universidade (Garrison & Kanuka, 2004). Criação de programas como o Programa CapaciTEC, desenvolvido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2020), por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP/UERN), promove ações que contemplaram o desenvolvimento digital docente, levando em consideração que os professores ficam mais propensos a enfrentar barreiras psicológicas (Ocak, 2011), e o ensinar para “telas pretas”, quando alunos não ligam suas câmeras durante uma aula, torna-se um desafio ao professor, quando se trata da interação social e avaliação da aprendizagem do aluno, podendo ser considerado insuficiência de apoio social ao professor.

Apesar da quantidade diminuta de artigos encontrados sobre o apoio social em docentes, foi possível observar que existe uma grande importância do apoio social na vida dos professores, assim como uma necessidade deles quanto a esse apoio e suporte.

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos apontou a importância da rede de apoio social na resposta ao COVID-19 e descobriu que a taxa de crescimento de novos casos COVID-19 está correlacionada à baixa quantidade de rede de apoio (Wong & Kohler, 2020). Um dos motivos que levaram a essa diferença de taxa de contaminação foi o fato de que os professores relataram emoções negativas diante da necessidade do isolamento social, podendo acarretar, a partir disso, apoio insuficiente, estresse, uma decaída na sua saúde física e mental. Por esse mesmo viés, estudos anteriores mostraram que a afetividade negativa foi um mediador do estresse e modulou a suscetibilidade à infecção respiratória (Cohen, Tyrrell e Smith, 1991; Pressman et al., 2005; Mohammed et al., 2015). Esses impactos, motivados pela afetividade negativa, vulnerabilizam os

indivíduos ao adoecimento (Faro & Pereira, 2012). Os professores tendem a ter menos rede de apoio social e formas de lidar com situações de ordem psicológica e social estressora, por isso, obtêm uma percepção de apoio social mais baixo.

Heller (2020) argumenta que existem razões pelas quais as redes de apoio são particularmente essenciais para promover mudanças significativas ao fornecer pontes sobre lacunas sistêmicas que não são preenchidas por outras instituições. As redes podem mudar a realidade das pessoas. Em circunstâncias desafiadoras, a história mostra que tais impactos podem aumentar muito rapidamente e ir tão longe a ponto de transformar o mundo.

A exposição a experiências negativas, durante as interações online, afeta a qualidade da relação no ensino e reduz a motivação e o comprometimento das pessoas em participar da comunidade de aprendizagem online (Wellman, Haase, Witte, & Hampton, 2001), que também trazem impacto biopsicossocial em professores, exigindo destes, apoio e suporte social familiar e profissional, para enfrentar as situações experienciadas, que podem gerar mudanças em diversos aspectos da vida desses professores. Quando se analisa a divulgação dos impactos da utilização dos recursos tecnológicos de ensino, durante a pandemia, na saúde mental dos professores, muitos preferem conviver em silêncio, seja por motivo de se sentirem culpados por não possuírem habilidades técnicas para manuseio dos recursos; pela falta de uma rede de apoio ou rede insuficiente; pelo medo do estigma; pelo abuso, a partir de visões estereotipadas sobre o “saber/poder” do professor; pela necessidade de não sobrecarregar os membros da família com preocupações acerca de sua saúde.

O apoio social é a troca de recursos ou a oferta de assistência entre indivíduos, pelos laços interpessoais (Cohen & Hoberman, 1983), o que ajuda a melhorar a saúde física e mental (Zheng, Khan, & Hussain, 2020). Os professores precisam de apoio social durante o período difícil da pandemia do coronavírus (Yang et al., 2020), visto que o apoio social de amigos e familiares reduz a ansiedade, o estresse e melhora a autoestima; reduz as emoções negativas; pode melhorar o humor (Xiao, Zhang, Kong, Li, & Yang, 2020); tem um impacto significativo no estado psicológico e na qualidade de vida (Liu et al., 2020); reduz o nível de estresse de pessoas com graves problemas de saúde (Widows et al., 2005). É provável que melhorar o enfrentamento, o suporte e o afeto, influenciarão positivamente na adesão dos professores no manejo das situações advindas pela pandemia.

Os resultados dessa revisão integrativa de literatura apresentaram algumas limitações, dentre elas, é possível destacar lacunas relacionadas a informações acerca do aprofundamento teórico e explicações de conceitos fundamentais como apoio social e suporte social, na maioria dos estudos, além de observar que o apoio social foi trabalhado, na maioria dos estudos, de forma secundária. Os

trabalhos incluídos nesta revisão foram realizados em contextos socioculturais diversos, o que pode ocasionar resultados distintos, além de poucos estudos longitudinais encontrados. Salienta-se a importância da realização de mais pesquisas para compreender melhor a utilização dos recursos tecnológicos pelos professores, assim como o uso seguro das ferramentas de ensino e redes sociais, levando em consideração a necessidade em se aprofundar nas avaliações de sua eficácia para o alcance de ensino-aprendizagem significativo.

Conclusão

O estudo de revisão de literatura integrativa permitiu demonstrar a importância do uso dos recursos tecnológicos para apoiar as atividades acadêmicas, na atualidade, diante das orientações de medidas protetivas de isolamento social impostas pelos órgãos de saúde, devido à pandemia da COVID-19, que migrou do ensino presencial para o remoto. Os professores foram obrigados a modificar sua forma de ensino quase da noite para o dia, sem tempo prévio para preparação ao uso de tecnologias; foram desafiados a se adaptar e apresentar soluções para se envolver e se conectar com uma classe ausente fisicamente, e com “telas pretas”, quando alunos não ligam suas câmeras durante a aula. O desenho das aulas foi ajustado à nova realidade da classe remota e para usar meios menos familiares ou totalmente novos.

Os estudos apontaram que os meios digitais e os conhecimentos pelas TICs tornam-se necessários para a formação, se configurando em propostas para um novo paradigma na educação. Revelaram ainda que as limitações materiais e tecnológicas dos professores os tornaram vulneráveis, podendo ter constituído em uma barreira ao alcance de uma educação de qualidade e ao desenvolvimento de competências, tendo em vista as implicações de ordem psíquica, que podem advir. Evidenciou-se pelos estudos a necessidade do professor em obter uma postura de aprendiz permanente, dispostos a descobrir novos caminhos e ressignificar as formas de ensino, visto que os recursos tecnológicos, mesmo após a pandemia, se tornarão um contínuo no contexto educacional.

Na pesquisa realizada pelas bases de dados, ficou evidenciada uma lacuna em publicações de cunho nacional, que se direcione para a pesquisa dos impactos da tecnologia na saúde psíquica do professor; logo, é indubitável a necessidade de produções com essa temática, objetivando compreender e dar visibilidade ao cuidado da saúde mental do professor.

A revisão integrativa dos estudos científicos sobre o acesso dos recursos tecnológicos pelo professor, durante a pandemia da COVID-19, possibilitou desenvolver levantamento de dados que

atestem a relevância de intervenções de ordem preventiva à saúde mental, haja vista que as publicações não apresentam, de modo prático, intervenções na organização e processos de trabalho. Espera-se que novas discussões e pesquisas sejam realizadas acerca do impacto na saúde mental dos professores, diante da utilização dos recursos tecnológicos, por professores, na pandemia.

Referências Bibliográficas

- Abramson, D., Pietroszek, K., Chinaei, L., Lank, E., & Terry, M. (2013). Classroom response systems in higher education: Meeting user needs with NetClick. In *Proceedings of the 2013 IEEE Global Engineering Education Conference (EDUCON)* (pp. 840-846). Berlin: Germany.
- Andrade I. C. S., Gomes, N. P., Correia, C. M., Lírio, J. G., Virgens, I. R., Gomes, N. P., & Monteiro, D. S. (2019). O suporte social da família e amigos no discurso de pessoas com comportamento suicida. *Cogitare enfermagem*, 24(1), 4-10. doi: 10.5380/ce.v24i0.64230 .
- Azorín, C. (2020). Beyond COVID-19 supernova. Is another education coming? *Journal of Professional Capital and Community*, 5(3/4), 381-390. doi: 10.1108/JPC-05-2020-0019
- Cao, X., Khan, A. N., Ali, A., & Khan, N. A. (2019). Consequences of cyberbullying and social overload while using SNSs: A study of users' discontinuous usage behavior in SNSs. *Information Systems Frontiers*, 22(6), 1343-1356. doi: 10.1007/s10796-019-09936-8
- Cohen, S., & Hoberman, H. M. (1983). Positive events and social supports as buffers of life change stress 1. *Journal of applied social psychology*, 13(2), 99-125. doi: 10.1111/j.1559-1816.1983.tb02325.x
- Cohen, S., Tyrrell, D. A., & Smith, A. P. (1991). Psychological stress and susceptibility to the common cold. *New England journal of medicine*, 325(9), 606-612. doi: 10.1056/NEJM199108293250903
- Danjou, P. E. (2020). Distance teaching of organic chemistry tutorials during the COVID-19 pandemic: Focus on the use of videos and social media. *Journal of Chemical Education*, 97(9), 3168-3171. doi: 10.1021/acs.jchemed.0c00485
- Doukakis, S., & Alexopoulos, E. C. (2020, September). Knowledge Transformation and Distance Learning for Secondary Education Students. The Role of Educational Neuroscience. In *2020 5th South-East Europe Design Automation, Computer Engineering, Computer Networks and Social Media Conference (SEEDA-CECNSM)* (pp. 1-5). IEEE. doi: 10.1109/SEEDA-CECNSM49515.2020.9221821
- Faro, A., & Pereira, M. E. (2012). Estresse, atribuição de causalidade e valência emocional: revisão da literatura. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 64(2), 76-92.
- Felisberto, L. C. D. C., Giovannini, P. E., Diógenes, I. C. F., Carlos, L. P. N., & Lins, L. F. T. D. S. (2020). O Caminho se Faz ao Caminhar: Novas Perspectivas da Educação Médica no Contexto da Pandemia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44. doi: 10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200422
- Fernández-Alemán, J. L., Lopez-Gonzalez, L., Gonzalez-Sequeros, O., Jayne, C., López-Jiménez, J. J., & Toval, A. (2016). The evaluation of i-SIDRA—a tool for intelligent feedback—in a course on the anatomy of the locomotor system. *International journal of medical informatics*, 94, 172-181. doi: 10.1016/j.ijmedinf.2016.07.008

- Garrison, D. R., & Kanuka, H. (2004). Blended learning: Uncovering its transformative potential in higher education. *The internet and higher education*, 7(2), 95-105. doi: 10.1016/j.iheduc.2004.02.000
- Göksün, D. O., & Gürsoy, G. (2019). Comparing success and engagement in gamified learning experiences via Kahoot and Quizizz. *Computers & Education*, 135, 15-29. doi: 10.1016/j.compedu.2019.02.015
- Guarascio, A. J., Nemecek, B. D., & Zimmerman, D. E. (2017). Evaluation of students' perceptions of the Socrative application versus a traditional student response system and its impact on classroom engagement. *Currents in Pharmacy Teaching and Learning*, 9(5), 808-812. doi: 10.1016/j.cptl.2017.05.011
- Habel, C., & Stubbs, M. (2014). Mobile phone voting for participation and engagement in a large compulsory law course. *Research in Learning Technology*, 22. doi: 10.3402/rlt.v22.19537
- Harris, A. (2020). *Leading a school during lockdown*. Recuperado de <https://my.chartered.college/2020/04/leading-a-school-during-lockdown>
- Heller, M. (2020). *Why informal networks will be key to the COVID-19 recovery*, world Education fórum. Recuperado de <https://www.weforum.org/agenda/2020/04/covid-19-why-informal-networkswill-be-key/>. Accessed 30 dez 2020.
- Herrada, R. I., Baños, R., & Alcayde, A. (2020). Student Response Systems: A Multidisciplinary Analysis Using Visual Analytics. *Education Sciences*, 10(12), 348. doi: 10.3390/educsci10120348
- Hwang, G. J., & Chang, H. F. (2011). A formative assessment-based mobile learning approach to improving the learning attitudes and achievements of students. *Computers & Education*, 56(4), 1023-1031. doi: 10.1016/j.compedu.2010.12.002
- Jacobs, A. H. (1965). *The traditional political organization of the pastoral Masai*. University of Oxford. Recuperado de <https://www.worldcat.org/title/traditional-political-organization-of-the-pastoral-masai/oclc/2884050>. Acesso em 10 ago 2021.
- Jurkovič, V. (2019). Online informal learning of English through smartphones in Slovenia. *System*, 80, 27-37. doi: 10.1016/j.system.2018.10.007.
- Liu, X., Shao, L., Zhang, R., Wei, Y., Li, J., Wang, C., ... & Zhou, F. (2020). Perceived social support and its impact on psychological status and quality of life of medical staffs after outbreak of SARS-CoV-2 pneumonia: a cross-sectional study. *Available at SSRN*. doi: 10.2139/ssrn.3541127
- Mayhew, E. (2019). No longer a silent partner: How Mentimeter can enhance teaching and learning within political science. *Journal of Political Science Education*, 15(4), 546-551. doi: 10.1080/15512169.2018.1538882
- Melezhik, K. A., Petrenko, A. D., & Khrabskova, D. M. (2020). Reflective Hyperconnectivity of Social Networks Virtual Space as a Factor in the Design of Distant Learning Environment. *Vyshee Obrazovanie v Rossii= Higher Education in Russia*, 29(10), 46-55. doi: 10.31992/0869-3617-2020-29-10-46-55.
- Min, M. (2019). School culture, self-efficacy, outcome expectation, and teacher agency toward reform with curricular autonomy in South Korea: a social cognitive approach. *Asia Pacific Journal of Education*, 1-17. doi: 10.1080/02188791.2019.1626218
- Mohammed, A., Sheikh, T. L., Gidado, S., Poggensee, G., Nguku, P., Olayinka, A., ... & Obiako, R. O. (2015). An evaluation of psychological distress and social support of survivors and contacts of

- Ebola virus disease infection and their relatives in Lagos, Nigeria: a cross sectional study–2014. *BMC Public Health*, 15(1), 1-8. doi: 10.1186/s12889-015-2167-6
- Mohr, T. M. (2013). Clickers and student performance. *International Review of Economics Education*, 14, 16-23. doi: 10.1016/j.iree.2013.10.006
- Montealegre-Ortiz, M. C., Carvajal, D., Coral, A. H., Barrios, R. P., & Henao, C. A. J. (2010). Implementation of podcast and clickers in two biology courses at Los Andes University and impact evaluation in the teaching-learning process. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 1767-1770. doi: 10.1016/j.sbspro.2010.03.981
- Ocak, M. A. (2011). Why are faculty members not teaching blended courses? Insights from faculty members. *Computers & Education*, 56(3), 689-699. doi: 10.1016/j.compedu.2010.10.010
- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic reviews*, 5(1), 1-10. doi: 10.1186/s13643-016-0384-4.
- Pressman, S. D., Cohen, S., Miller, G. E., Barkin, A., Rabin, B. S., & Treanor, J. J. (2005). Loneliness, social network size, and immune response to influenza vaccination in college freshmen. *Health Psychology*, 24(3), 297. doi: 10.1037/0278-6133.24.3.297
- Rau, M. A.; Kennedy, K.; Oxtoby, L.; Bollom, M.; & Moore, J. W. (2017). Unpacking “Active Learning”: A Combination of Flipped Classroom and Collaboration Support Is More Effective but Collaboration Support Alone Is Not. *Journal of Chemical Education*, 94(10), 1406–1414. doi: 10.1021/acs.jchemed.7b00240
- Reb, J., Narayanan, J., Chaturvedi, S., & Ekkirala, S. (2017). The mediating role of emotional exhaustion in the relationship of mindfulness with turnover intentions and job performance. *Mindfulness*, 8(3), 707–716
- Ribas, F. C., & Perine, C. M. (2018). What does it mean to be an English teacher in Brazil? Student teachers’ beliefs through narratives in a distance education programme. *Applied Linguistics Review*, 9(2-3), 273-305. doi: 10.1515/applirev-2017-0002
- Shapiro, H. B., Lee, C. H., Roth, N. E. W., Li, K., Çetinkaya-Rundel, M., & Canelas, D. A. (2017). Understanding the massive open online course (MOOC) student experience: An examination of attitudes, motivations, and barriers. *Computers & Education*, 110, 35-50. doi: 10.1016/j.compedu.2017.03.003
- Shon, H., & Smith, L. (2011). A review of Poll Everywhere audience response system. *Journal of Technology in Human Services*, 29(3), 236-245. doi: 10.1080/15228835.2011.616475
- Singhal, R., Kumar, A., Singh, H., Fuller, S., & Gill, S. S. (2020). Digital device-based active learning approach using virtual community classroom during the COVID-19 pandemic. *Computer Applications in Engineering Education*, 1–27. doi: 10.1002/cae.22355.
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. *Capacitação e treinamento*. Recuperado de <https://progep.uern.br/default.asp?item=capacitacao%20e%20treinamento>. Acesso em 10 ago 2021.
- Van Ooijen, P. M., Broekema, A., & Oudkerk, M. (2011). Design and implementation of I2Vote—An interactive image-based voting system using windows mobile devices. *International journal of medical informatics*, 80(8), 562-569. doi: 10.1016/j.ijmedinf.2011.05.002

- Wellman, B., Haase, A. Q., Witte, J., & Hampton, K. (2001). Does the Internet increase, decrease, or supplement social capital? Social networks, participation, and community commitment. *American behavioral scientist*, 45(3), 436-455. doi: 10.1177/00027640121957286
- Widows, M. R., Jacobsen, P. B., Booth-Jones, M., & Fields, K. K. (2005). Predictors of Posttraumatic Growth Following Bone Marrow Transplantation for Cancer. *Health Psychology*, 24(3), 266 –273. doi: 0.1037/0278-6133.24.3.266.
- Wong, A. S., & Kohler, J. C. (2020). Social capital and public health: responding to the COVID-19 pandemic. *Globalization and Health*, 16(1), 1-4. doi: 10.1186/s12992-020-00615-x
- Xiao, H., Zhang, Y., Kong, D., Li, S., & Yang, N. (2020). The effects of social support on sleep quality of medical staff treating patients with coronavirus disease 2019 (COVID-19) in January and February 2020 in China. *Medical science monitor: international medical journal of experimental and clinical research*, 26, e923549-1. doi: 10.12659/MSM.923549
- Zhao, F. (2019). Using Quizizz to Integrate Fun Multiplayer Activity in the Accounting Classroom. *International Journal of Higher Education*, 8(1), 37-43. doi: 10.5430/ijhe.v8n1p37
- Zheng, F., Khan, N. A., & Hussain, S. (2020). The COVID 19 pandemic and digital higher education: Exploring the impact of proactive personality on social capital through internet self-efficacy and online interaction quality. *Children and Youth Services Review*, 119, 105694. doi: 10.1016/j.chilyouth.2020.105694
- Zorn, C., Feffer, M. L., Bauer, É., & Dillenseger, J. P. (2020). Évaluation d'un dispositif de continuité pédagogique à distance mis en place auprès d'étudiants MERM pendant le confinement sanitaire lié au COVID-19. *Journal of Medical Imaging and Radiation Sciences*, 51(4), 645-653. doi: 10.1016/j.jmir.2020.08.020
- Неборский, Е. В., Богуславский, М. В., Ладыжец, Н. С., Наумова, Т. А., & Анисимов, А. Е. (2020). Переход на дистанционное обучение в условиях COVID-19 в оценках профессорско-преподавательского состава. *Перспективы*

ACCESS TO TECHNOLOGICAL RESOURCES BY TEACHERS IN THE COVID-19 PANDEMIC: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Abstract

From an integrative literature review, this research proposes to analyze scientific productions that evidence the use of technological resources by teachers during the COVID-19 pandemic. The search in the database covered the period from January to December 2020. The terms entered were: "Teacher AND social networks AND COVID-19". The main results showed that the use of technological resources improves the student's conceptual understanding, improves the interaction between student/teacher, presents quick collaborative solutions, facilitates the teaching-learning process; on the other hand, it requires technical skills from the teacher to use digital resources, but there was not enough time for training; thus, the teachers presented mental illness, with social support being a possible coping resource for the teacher.

Keywords: Technological Resources; COVID-19; Teachers; Social Support.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS: UMA PROPOSTA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Marcos Antônio Andrade da Costa ¹⁶

Timóteo Madaleno Vieira ¹⁷

Resumo

Em perspectiva cognitivo-comportamental, a forma como uma pessoa significa o dinheiro e pensa sobre seu uso impacta seu comportamento financeiro. De que forma tal abordagem pode contribuir para a construção de projetos de educação financeira? O objetivo deste artigo é propor a educação financeira em perspectiva cognitivo-comportamental. Objetiva-se também: a) apresentar brevemente a teoria cognitivo comportamental e relacioná-la à educação financeira; b) apresentar uma breve revisão de literatura sobre a educação financeira e os riscos do não desenvolvimento de competências financeiras; c) destacar a necessidade de propostas visando reduzir o risco de endividamento de pessoas e famílias em uma sociedade consumista. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma revisão de literatura sobre educação financeira, finanças comportamentais e a abordagem cognitivo-comportamental.

Palavras-chave: consumo; competência financeira; educação financeira; teoria cognitivo-comportamental; comportamento financeiro.

¹⁶ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás (IFG), professor do Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail de contato: marcos.costa@ifb.edu.br.

¹⁷ Doutor em Psicologia pela UnB e professor do Instituto Federal de Goiás (IFG – Campus Goiânia). E-mail de contato: timoteo.psi@gmail.com e timoteo.vieira@ifg.edu.br.

Introdução

A manutenção da existência humana envolve a necessidade de consumo. O consumo decorre do processo de utilização dos recursos existentes na natureza para manutenção e desenvolvimento humano. Desde o homem primitivo, o consumo de recursos para a alimentação, proteção e, posteriormente, para a produção de utensílios e ferramentas, tornou-se um fator preponderante para a sobrevivência (Bittencourt, 2016). Apesar disso, falar sobre dinheiro parece não ser algo comum para a maioria da população. Ignorar a importância do dinheiro e não sistematizar estes conteúdos de forma que possam ser trabalhados no ambiente escolar pode favorecer a tomada de decisões sem o entendimento dos possíveis impactos. Esse problema se torna mais complexo num ambiente cultural marcado pelo consumismo, onde as lógicas de interação entre as pessoas e com o mundo se organizam em função do ato de consumir (Bauman, 2008).

Bauman (2010) afirma que indivíduos com consumo exagerado, eventualmente sujeitam-se a perda da capacidade de consumir até os itens indispensáveis à manutenção da vida. Nesse sentido, pesquisadores apresentam a importância de que os indivíduos compreendam e reflitam sobre os seus hábitos e os riscos envolvidos no consumo incompatível com seus rendimentos.

Buaes e Comerlato (2016) acrescentam que a satisfação dos desejos na contemporaneidade é materializada pelo consumo. Isso significa que a busca pelo prazer se tornou uma máxima que define a maioria das escolhas no cotidiano. As experiências máximas, de natureza orgástica se tornaram um fim maior (Bauman, 1999). Isso define um novo tipo de subjetividade e interações, com desdobramentos também para o modo como se atribui sentido ao dinheiro e ao seu uso.

Shim et al. (2009) aponta que os valores pessoais influenciam as atitudes que se refletem no comportamento dos indivíduos. A combinação da valorização do consumo como via de busca por satisfação hedônica (prazerosa) e a ausência de competências financeiras, portanto, torna-se um problema ainda maior. Por isso é relevante alertar e preparar os indivíduos para essa realidade. É necessário conhecimento, habilidades e atitudes que auxiliem no processo de decisão consciente do uso do dinheiro.

É importante que os indivíduos estejam preparados para lidar com essa realidade e que a escola possa auxiliar nesse processo. De acordo com Borges (2017, p. 111), a escola surgiu para “sistematizar o conhecimento científico, artístico e filosófico e pensar nas formas de transmissão desses saberes para as novas gerações”. Dessa forma, os conteúdos são recortados, organizados e, após um processo complexo, materializam-se, dentre outras alternativas, como saberes

escolares. O currículo precisa acompanhar a dinâmica da sociedade e seus conteúdos devem refletir as necessidades de formação existentes, possibilitando que os indivíduos compreendam o complexo social e possam atuar de forma autônoma. As ações de educação financeira podem influenciar fatores comportamentais importantes, como a compulsão por compras, o uso inadequado dos cartões de crédito e a propensão ao endividamento (Vieira, Moreira Junior & Potrich, 2019).

Conforme Messy e Monticone (2016), a educação financeira é uma ferramenta importante para todos os indivíduos. Tais conhecimentos podem fortalecer o desenvolvimento de uma gestão ativa das rendas, impactando nas decisões de consumo ou poupança. Desse modo, é preciso ampliar os espaços de discussão e reflexão sobre o processo de pedagogização¹⁸ e disseminação desses conhecimentos.

Entende-se a educação financeira como o processo de ensino de conteúdos sobre finanças pessoais que possibilita ao indivíduo ter clareza sobre os impactos decorrentes de suas escolhas na gestão dos recursos financeiros. Conforme Losano (2013), a educação financeira deve se preocupar com a formação crítica e autônoma de indivíduos, que conscientes das condições financeiras existentes e dos seus direitos e deveres, façam a gestão dos recursos financeiros de acordo com seus objetivos.

O indivíduo financeiramente educado se comporta de forma ativa em relação à gestão eficiente dos recursos financeiros (Beal & Delpachitra, 2003). Torna-se evidente, portanto, a intersecção entre as temáticas financeira e a psicológica. Ferreira (2015), ao realizar pesquisa sobre programas de educação financeira, não encontrou iniciativas que abarcassem tais questões. A falta dessa abordagem dificulta a identificação da causa do problema e eventuais mudanças no comportamento financeiro.

A teoria que fundamenta o modelo Cognitivo-Comportamental afirma que as crenças estão na base dos comportamentos e dão direção a eles. Dentre a infinidade de crenças que a pessoa tem sobre si mesma, o mundo, os outros, e as expectativas para o futuro, esse artigo chama a atenção para as crenças relacionadas ao significado do dinheiro e do seu uso.

Considerando o modelo cognitivo de Aaron T. Beck (Knap & Beck, 2008), pode-se considerar que das crenças financeiras que nascem ao longo do desenvolvimento do indivíduo em sua relação com o mundo se desenvolvem percepções específicas da realidade. Essas percepções

¹⁸ Processo de desenvolvimento de estratégia metodológica e didática com objetivo de propiciar o ensino de determinado conhecimento.

se transformam em afirmações que definem o que são as coisas no mundo e o que significam. Essas afirmações são as crenças. Algumas delas servem de fundamento para o comportamento financeiro. Dessa forma, para que o sujeito consiga aplicar os conhecimentos financeiros em consonância com seus objetivos, faz-se necessário compreender suas crenças relacionadas ao dinheiro.

Nesse contexto, o este artigo propõe como possibilidade a utilização da teoria cognitivo-comportamental como fundamento para a construção de propostas pedagógicas de desenvolvimento da educação financeira em contexto escolares. Essa proposta de educação visa ao questionamento de crenças disfuncionais sobre o uso de dinheiro, bem como a promoção de crenças funcionais relacionadas à competência financeira. Isso significa promover um conhecimento do uso do dinheiro para tornar a relação com o consumo mais sóbria e responsável.

Educação financeira

O dinheiro participa de diversos momentos do cotidiano, sendo um importante componente da vida social (Moreira, 2002). Em um sistema econômico fundamentado na moeda e no crédito, finanças pessoais dizem respeito às decisões relacionadas à movimentação de dinheiro com o objetivo de consumir produtos e serviços e alocar recursos em ativos de forma eficiente (Pires, 2007). Medeiros e Lopes (2014) afirmam que em finanças pessoais se estuda como os conceitos de finanças podem ser aplicados nas decisões do cotidiano, considerando a realidade de cada indivíduo ou família.

Desde os anos 2000, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se tornou referência no mundo na sistematização e produção de conteúdo sobre educação financeira (Cunha, 2020). De acordo com a OCDE (2005, p. 13), a educação financeira é “o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e riscos envolvidos nos produtos e serviços financeiros, possibilitando a tomada de decisões fundamentadas e seguras.” Hogarth e Hilgert (2002), ao revisar a literatura sobre educação financeira, afirmam que a maioria das definições sobre o tema incluem aspectos relacionados ao conhecimento de conteúdos financeiros, a compreensão sobre finanças básicas e a capacidade de usá-los para planejar e realizar decisões financeiras.

Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) afirmam que o ambiente financeiro se tornou complexo e perigoso, de tal forma que a educação financeira pode funcionar como um antídoto capaz de fazer com que os indivíduos compreendam as informações relevantes dentro de um

problema financeiro, enxergando as opções mais adequadas para a sua realidade.

O contato com a educação financeira, portanto, permite ao indivíduo ampliar o conhecimento sobre as alternativas disponíveis no sistema financeiro. O entendimento relativo às operações com dinheiro, às taxas de juros e a sua relação intertemporal, a consciência sobre a concessão de descontos e a relação existente entre risco e retorno de uma operação, seja de crédito ou de investimento, são fundamentais para otimização do controle financeiro (Diniz et al., 2016). De acordo com Araújo e Souza (2012), a educação financeira é capaz de melhorar a simetria de informações entre os participantes do mercado financeiro. Neste sentido, a redução da assimetria de informação aumenta a transparência e impulsiona a competitividade, trazendo mais eficiência para todo o mercado. Ao compreender os aspectos envolvidos em uma operação financeira, espera-se que os indivíduos consigam escolher a opção que lhe seja mais favorável. Por outro lado, as entidades que oferecem produtos e serviços financeiros podem aumentar a previsibilidade quanto às operações diante da efetivação dos contratos por parte dos consumidores.

Braunstein e Welch (2002) corroboram com essa mesma perspectiva ao afirmarem que os agentes de um mercado (consumidores e ofertantes), quando estão cientes sobre as características do produto ou serviço em negociação, contribuem com o desenvolvimento desse segmento, tornando-o mais competitivo e eficiente.

Shim et al. (2009), ao apresentar um modelo de construção do bem-estar financeiro, consideram que a educação financeira em casa e a educação financeira formal podem representar importantes caminhos para que jovens adquiram conhecimentos sobre finanças, desenvolvam atitudes desejáveis e intenções de comportamento com fundamento nesses conhecimentos. Esses mesmos autores afirmam ainda que o ensino de finanças pessoais no âmbito escolar é necessário porque a maioria dos jovens adultos passam por uma transição para a independência financeira após o ensino médio. Desenvolver habilidades relacionadas à gestão financeira ainda no período escolar poderia contribuir para atitudes mais assertivas. Afinal, é nessa fase que o indivíduo começa a tomar decisões financeiras que se transformarão em hábitos durante toda a vida (Shim et al., 2009).

Finanças comportamentais

A teoria econômica tradicional se fundamenta na hipótese de que os mercados eficientes decorrem da atuação racional dos agentes. Nesse sentido, cada participante do mercado organiza

de forma lógica suas preferências, buscando maximizar a utilidade de suas escolhas e, quando submetidos as incertezas, calculam probabilidades dos eventos futuros (Souza et al., 2011).

Rafa, Morgan e Carvalho (2019), ao apresentar suas percepções sobre a teoria econômica tradicional, afirmam que tal abordagem preconiza um mundo composto por agentes com racionalidade ilimitada, capazes de tomar decisões e formar expectativas sem vieses sobre eventos futuros, não considerando os aspectos psicológicos inerentes ao ser humano.

Nesse contexto, psicólogos começaram a articular conhecimentos da economia para compreender o processo de tomada de decisão e o comportamento econômico dos indivíduos (Souza et al., 2011). Esse campo denominado Economia Comportamental combina conceitos econômicos, sociológicos e psicológicos para entender as maneiras pelas quais o comportamento dos indivíduos difere do modelo padrão e como esse comportamento é importante em contextos econômicos (Mullainathan & Thaler, 2015).

A Economia Comportamental admite a importância e relaciona os aspectos psicológicos como, por exemplo, a aversão ao risco, compulsividade e altruísmo com as decisões econômicas (Hilgert & Hogart, 2003). Rafa, Morgan e Carvalho (2019) destacam que a economia comportamental explica a economia real, pois os agentes econômicos apresentam limitações à racionalidade plena. Diversos estudos empíricos apontam que a racionalidade ilimitada proposta em modelos puramente econômicos não se aplica em diversas situações. Há fatores importantes que também influenciam o comportamento financeiro, tal como o autocontrole.

Os estudos sobre finanças comportamentais têm considerado a importância das crenças, valores, experiências e vieses comportamentais no processo decisório (Vieira & Pereira, 2009). Dessa forma, as finanças comportamentais se propõem a investigar o comportamento dos indivíduos diante de decisões financeiras. É uma área que busca compreender como as ilusões cognitivas possibilitam o cometimento de erros sistemáticos provocados pelo que se denomina de “achar”. A psicologia cognitiva tem se debruçado para explicar o comportamento humano e como a realidade é processada (Pereira & Lucena, 2014).

Birău (2013) afirma que não há necessidade de fazer pesquisas psicológicas extensas para entender que as decisões financeiras são sujeitas à influência de fatores emocionais, desejos, sentimentos, pressões e etc. A forma como se interpreta a realidade e como disso nascem preconceitos, excesso de confiança, emoção e forças sociais impactam o comportamento financeiro. O ser humano possui um complexo emocional que inclui diversos sentimentos como a ansiedade, medo, pânico, ganância, satisfação ou vaidade que interferirão nas decisões financeiras.

O pressuposto adotado pelos modelos econômicos tradicionais de que os indivíduos possuem todas as informações necessárias para escolher sem interferências de suas emoções e outras forças, não se aplica na prática (Delavande, Rohwedder & Willis, 2008). Os processos cognitivos envolvidos na construção de um conhecimento da realidade não são dissociados de todo o funcionamento humano, incluindo seus sentimentos, emoções, expectativas, medos e outros (Beck, 2013; Pires, 2013).

Na perspectiva cognitiva, os processos pelos quais processamos as informações resultam na forma nos sentimos, construímos um conhecimento da realidade e definimos nossas decisões e comportamento. Por isso, apesar da falta de mais literatura, abordagens da educação financeira que consideram fatores psicológicos são importantes (Ferreira, 2015).

O modelo de Aaron T. Beck e seus desdobramentos para educação financeira

Os modelos cognitivos, incluindo a Terapia Cognitiva de Aaron Beck, também conhecida como Terapia Cognitivo-Comportamental, consideram os processos cognitivos como mediadores dos comportamentos. Em dada situação, a pessoa usa as informações disponíveis reunidas na sua história e no ambiente presente para definir o seu comportamento (Knapp & Beck, 2008). Busca-se por meio da terapia cognitivo-comportamental que o indivíduo possa desenvolver estratégias capazes de mudar o seu comportamento a partir de modificações nas suas crenças. Conforme Beck (2007), a terapia cognitiva considera que as emoções e comportamentos das pessoas são influenciados por sua percepção dos eventos. Essa percepção é diretamente influenciada pelas crenças.

O modelo cognitivo pressupõe que a percepção dos eventos pode desencadear pensamentos espontâneos que influenciam os comportamentos e a fisiologia do indivíduo (Silva, 2014). A interpretação de determinado contexto/situação ou qualquer parte da realidade, portanto, é o principal fator definidor do comportamento. A interpretação do evento é uma construção consciente realizada pelos indivíduos. No processo de atribuir sentido às experiências, dentro de contextos sociais, as pessoas estruturam crenças que definirão o modo como se sentem e se comportam (Pires, 2013). Interpretações distorcidas ou erros no processamento das informações resultam em um comportamento que deixa o indivíduo vulnerável, podendo lhe causar danos. As crenças que estão na base das interpretações distorcidas e que promovem comportamentos mal adaptativos são chamadas de disfuncionais (Beck, 2007).

Silva (2014) aponta que os indivíduos atribuem significado a acontecimentos, pessoas, sentimentos e demais aspectos de sua vida. Com base nisso, comportam-se de determinada maneira e constroem diferentes hipóteses sobre o futuro e sobre sua própria identidade. Esse

modelo teórico oferece, portanto, um importante aparato conceitual e técnico para que se possa analisar como as pessoas pensam sobre o consumo e o uso do dinheiro. A partir dos argumentos dessa teoria é possível afirmar que as crenças sobre o sentido, o valor e sobre a relação com o dinheiro podem impactar de modo direto as ações (comportamentos) das pessoas quanto aos hábitos de consumo.

A teoria cognitivo-comportamental, em consonância com outros modelos que têm nas crenças seu elemento central de análise, entende que os indivíduos pensam de forma diferente sobre uma mesma situação por conta de suas crenças. As crenças podem ser entendidas como a compreensão mais elementar que as pessoas possuem sobre si mesmas, a respeito dos outros, com relação ao mundo e ao futuro. Elas são as lentes através das quais cada pessoa enxerga os acontecimentos. Essas crenças interferem na percepção da situação, influenciando o processamento das informações, resultando em alterações nas emoções e no comportamento (Beck, 2013).

A teoria cognitivo-comportamental considera três níveis de cognição, sendo eles: os pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais. Os pensamentos automáticos são do nível mais superficial e decorrem de uma situação específica. As crenças intermediárias correspondem a regras, atitudes ou suposições que são aprendidas ao longo da vida com o propósito de dar significado ao mundo e são construídas com base nas crenças centrais. As crenças centrais são as compreensões mais fundamentais e profundas e possuem como características serem globais, rígidas e generalizadas (Neufeld & Cavenage, 2010).

As crenças centrais começam a ser construídas nos primeiros estágios de desenvolvimento humano, influenciando o processamento de novas informações de forma a confirmar a sua manutenção e menosprezar informações contrárias (Beck, 2013). Isso não significa que novas crenças centrais não possam se desenvolver e que essas crenças estruturadas não possam ser modificadas. Esse é um processo dinâmico, ainda que as crenças centrais sejam mais difíceis de articular e mudar. Uma teoria mais recente (Pires, 2013), assumindo o conceito de crença em sentido semelhante ao de Aaron Beck e fundamentada em teoria social e psicologia, propôs uma compreensão de que a dinâmica de formação e mudança das crenças devem ser entendidas através de processos de estruturação, desestruturação e reestruturação.

Pela ótica da teoria cognitiva-comportamental, ao se deparar com uma situação específica, as crenças intermediárias influenciam a percepção do indivíduo por meio de pensamentos automáticos que levarão à reação emocional, fisiológica e comportamental, conforme Figura 1 (Beck, 2013). Reações indesejadas diante de determinadas situações acontecem por conta de uma

distorção cognitiva, mas também por uma excessiva rigidez no sistema de crenças. Essa inflexão decorre de julgamentos absolutos e generalizados e torna as crenças mais rígidas, o que é denominado como “concretização”. É possível, no entanto, identificar, examinar e modificar pensamentos disfuncionais, caso o indivíduo consiga refletir sobre a situação (Santos & Medeiros, 2017). Os pensamentos, incluindo os que são disfuncionais, podem ser avaliados de forma objetiva pelo indivíduo. Nessa avaliação é possível mudar as crenças e consequentemente alterar a reação fisiológica, emocional ou comportamental indesejadas. Esse processo favorece o surgimento de novas crenças mais adequadas à realidade (Beck, 2013).

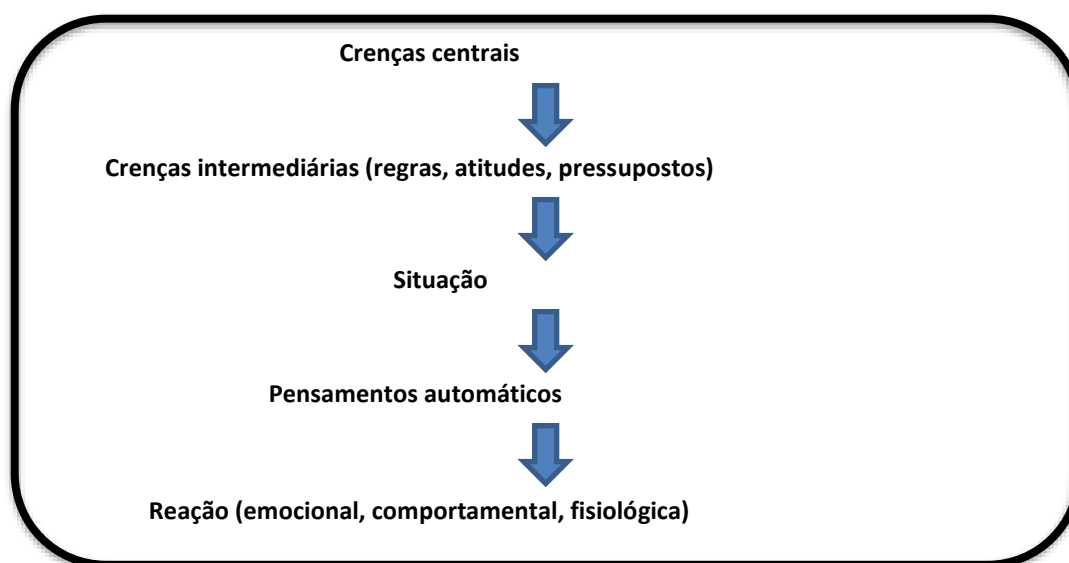


Fig. 1. Teoria cognitiva-comportamental.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Beck (2013).

Diversas técnicas podem ser utilizadas para identificar pensamentos disfuncionais, encorajar a avaliação e aumentar a capacidade de modificar os comportamentos. Santos e Medeiros (2017) chamam a atenção para o método do questionamento socrático que fundamenta-se na possibilidade de que as perguntas realizadas estimulem a ponderação sobre pensamentos rígidos, envolvendo o participante no processo de aprendizagem sobre seu comportamento. Trata-se de um processo de aprendizagem através do treino para pensar sobre os próprios pensamentos e como eles se desdobram nos próprios sentimentos, emoções e comportamentos.

Este artigo considera que, apesar das técnicas para modificação das crenças sejam oriundas da prática clínica, elas podem ser pensadas em sentido educacional. O que se promove é uma modificação dos comportamentos pela via da reestruturação do sistema de crenças. Nesse ponto encontra-se a relevância dessa proposta como possível via para ajudar as pessoas a tornarem sua relação com suas finanças mais responsável e segura. Ao relacionar a concepção da existência de um sistema de crença com a educação financeira, considera-se que a esse ensino também deve ser percebido como um “sistema de conhecimento e crença” (Britto, 2012). As crenças são um fator decisivo no comportamento financeiro, uma vez que as atitudes financeiras de um indivíduo são estabelecidas com base em suas crenças econômicas e não econômicas (Protrich et al., 2014).

A formação da consciência (do sistema de crenças), bem como a modificação das crenças, são fundadas em um processo fundamentalmente educativo. Para modificar suas crenças a pessoa precisa identificá-las, compreender o modo como elas influenciam seu funcionamento, dispor-se a questioná-las e a desenvolver novas compreensões da realidade. Nesse sentido, a educação financeira se propõe tanto a dispor oportunidades para formação de novas crenças como a modificação das que estão produzindo uma compreensão distorcida e disfuncional sobre o uso do dinheiro.

Conclusões

Este artigo teve como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: De que forma o modelo teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental pode contribuir para a construção de projetos de educação financeira? Para atender aos objetivos definidos na busca de respostas a tal problema, foi tratada a complexidade de um contexto cultural marcado pelo consumismo e o desafio de se tomar decisões financeiras responsáveis nesse ambiente. Para isso, foi feita uma breve revisão de literatura sobre a educação financeira e o desenvolvimento de competências financeiras. Foi apresentado, ainda, uma síntese do modelo teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental de Aaron Beck. O principal argumento apresentado foi o de que a teoria cognitivo-comportamental adequa-se como fundamento capaz de compreender o comportamento humano e fundamentar projetos de educação financeira.

Para contribuir com o desenvolvimento de comportamentos mais funcionais quanto às suas escolhas financeiras, torna-se relevante propor projetos de educação financeira que considerem os aspectos cognitivos e comportamentais. Nesse sentido, considera-se apropriado propor a teoria cognitivo-comportamental como aparato conceitual e técnico que pode orientar a educação financeira. O indivíduo detentor de conhecimento financeiro e que sabe

avaliar bem as consequências de cada escolha no uso do dinheiro pode aprender a se comportar de modo mais responsável, evitando o endividamento e as armadilhas próprias de um ambiente cultural consumista.

Por fim, propõe-se que sejam realizadas pesquisas para analisar o comportamento financeiro de indivíduos que participem de projetos de educação financeira orientados pela abordagem cognitivo-comportamental. Investigações nesse sentido podem ser úteis para ajudar a verificar a relação entre a educação financeira, a reestruturação de crenças sobre o uso do dinheiro e as possibilidades de redução de comportamentos financeiros disfuncionais.

Referências Bibliográficas

- Araújo, F. de A. L., & Souza, M. A. P. (2012). Educação financeira para um Brasil Sustentável: Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil. *Trabalhos Para Discussão*, 280(2), 1–52.
- Bauman, Z. (1999). *O mal-estar da pós-modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado*. Zahar.
- Beal, D. J., & Delpachitra, S. B. (2003). Financial Literacy Among Australian University Students. *Economic Papers: A Journal of Applied Economics and Policy*, 22(1), 65–78. <https://doi.org/10.1111/j.1759-3441.2003.tb00337.x>
- Beck, J. S. (2007). *Terapia Cognitiva: Teoria e prática*. São Paulo: Artmed.
- Beck, J. S. (2013). Terapia Cognitivo-comportamental: Teoria e prática. In Artmed (Ed.), *Journal of Chemical Information and Modeling* (2ª). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Birău, F. R. (2013). The Impact of Behavioral Finance on Stock Markets University of Craiova , Faculty of Economics and Business Administration. *Annals - Economy Series*, Constantin Brancusi University, Faculty of Economics, 78421(3), 45–50.
- Bittencourt, R. N. (2016). A antinatureza do consumismo. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(187), 83–97.
- Borges, L. F. P. (2017). Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação Em Questão*, 55(45), 101–126. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>
- Braunstein, S., & Welch, C. (2002). Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, 88(11), 445–457. http://search.proquest.com/docview/219569543?accountid=12763%5Cnhttp://primoa.library.unsw.edu.au/openurl/61UNSW_INST/UNSW_SERVICES_PAGE?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&genre=article&sid=ProQ:ProQ:abiglobal&title=Financial+li
- Britto, R. R. de. (2012). *Educação financeira: uma pesquisa documental crítica*. (Dissertação de

- mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTAÇÃO-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>
- Buaes, C. S., & Comerlato, D. M. (2016). Interação social e aprendizagem de adultos: Uma experiência de educação financeira em um contexto popular. *Curriculo Sem Fronteiras*, 16(3), 578–598.
- Cunha, M. P. (2020). O Mercado Financeiro Chega À Sala De Aula: Educação Financeira Como Política Pública No Brasil. *Educação & Sociedade*, 41, 1–14. <https://doi.org/10.1590/es.218463>
- Delavande, A., Rohwedder, S., & Willis, R. (2008). Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources. In *Michigan Retirement Research Center* (Vol. 190, pp. 1–47). <https://mrdrc.isr.umich.edu/publications/Papers/pdf/wp190.pdf>
- Diniz, P., Rogers, P., Barboza, F., & Mendes-Da-Silva, W. (2016). A Relação da Educação Financeira e do Otimismo no uso de Cartões de Crédito. *Espacios*, 37(26).
- Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861–1883. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- Ferreira, V. R. de M. (2015). Educação Financeira e Psicologia Econômica: uma discussão e algumas recomendações. *Centro de Estudos Em Finanças (GVcef)*, 1–26. <http://hdl.handle.net/10438/18872>
- Hilgert, M. A., & Hogarth, J. M. (2003). Household Financial Management: The Connection between Knowledge and Behavior. *Federal Reserve Bulletin*, 309–322. <https://doi.org/10.15381/rivep.v20i2.609>
- Hogarth, J. M., & Hilgert, M. A. (2002). Financial Knowledge, Experience and Learning Preferences: Preliminary Results from a New Survey on Financial Literacy. *Consumer Interest Annual*, 48, 1–7.
- Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(II), 54–64. [https://doi.org/10.1016/0031-9201\(76\)90043-1](https://doi.org/10.1016/0031-9201(76)90043-1)
- Losano, L. A. B. (2013). *Design de Tarefas de Educação Financeira para o 6º ano do Ensino Fundamental* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Medeiros, F. S. B., & Lopes, T. de A. M. (2014). Finanças Pessoais: Um Estudo com alunos do curso de ciências contábeis de uma IES privada de Santa Maria - Rs. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 7(2), 221–251. <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>
- Messy, F.-A., & Monticone, C. (2016). Financial Education Policies in Asia and the Pacific. In *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions* (Vol. 40, Issue 40). <https://doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>
- Moreira, A. da S. (2002). Dinheiro no Brasil: Um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(2), 379–387. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2002000200019>
- Mullainathan, S., & Thaler, R. H. (2015). Behavioral Economics. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition*, 3, 437–442. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.71007-5>
- Neufeld, C. B., & Cavenage, C. C. (2010). Conceitualização cognitiva de caso: Uma proposta de

- sistematização a partir da prática clínica e da formação de terapeutas cognitivo-comportamentais. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 6(2), 3–35. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20100014>
- OCDE. (2005). Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness - Financial Stability Board. In *Recommendation of the Council* (Issue July). http://www.financialstabilityboard.org/2005/06/cos_050622/
- Pereira, J., & Lucena, W. G. L. (2014). A Influência da Educação Financeira e os Fatores Emocionais: Um Estudo com Alunos de Contabilidade e Engenharia. *Revista de Administração e Negócios Da Amazônia*, 6(3), 48–67. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v6n3p48-67>
- Pires, A. C. (2013). Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. *Psicólogo inFormação*, 17, 133-191.
- Pires, V. (2007). *Finanças pessoais: Fundamentos e dicas*. São Paulo: Equilíbrio.
- Protrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2014). *Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira*. Centro de Estudos em Finanças
- Rafa, T. S., Morgan, L. & Carvalho, V. G. Finanças comportamentais no Brasil: um estudo bibliométrico entre 2007 e 2017. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, Campinas, SP, n. 26, 2019. DOI: 10.20396/revpibic2620181292
- Santos, C. E. M. dos, & Medeiros, F. de A. (2017). A relevância da técnica de questionamento socrático na prática Cognitivo-Comportamental. *Archives of Health Investigation*, 6(5). <https://doi.org/10.21270/archi.v6i5.1940>
- Shim, S., Xiao, J. J., Barber, B. L., & Lyons, A. C. (2009). Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(6), 708–723. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.02.003>
- Silva, M. A. da. (2014). Terapia Cognitiva-Comportamental: da teoria a prática. *Psico-USF*, 19(1), 167–168. <https://doi.org/10.1590/s1413-82712014000100016>
- Souza, F. J. de, Steppan, A. I. B., Farias, M. das V. de M., & Silva, M. C. da. (2011). A Educação Financeira e a Sua Influência na Tomada de Decisões. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 5(2), 81–95. <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewArticle/5137>
- Vieira, K. M., Moreira Junior, F. D. J., & Potrich, A. C. G. (2019). Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. *Educacao e Sociedade*, 40, 1–33. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>
- Vieira, T. R. C., & Pereira, A. N. (2009). Finanças Comportamentais no Brasil: um estudo bibliométrico (2001-2007). *Revista de Gestão USP*, 16(4), 45–59. <https://doi.org/10.5700/rege379>

FINANCIAL EDUCATION AND THE DEVELOPMENT OF FINANCIAL SKILLS: A COGNITIVE-BEHAVIORAL APPROACH

Abstract

From a cognitive-behavioral perspective, the way a person makes sense of money and thinks about its use impacts his/her financial behavior. How can this theoretical perspective contribute to the construction of financial education projects? The objective of this article is to present financial education from a cognitive-behavioral perspective. It also aims to: a) briefly present the cognitive-behavioral theory and relate it to financial education; b) present a brief literature review on financial education and the risks of not developing financial skills; c) highlight the need for educational proposals aimed at reducing problems inherent to a consumerist society. To achieve these objectives, we carried out a literature review on financial education, behavioral finance, and the cognitive-behavioral approach.

Keywords: consumption; financial skill; financial education; cognitive-behavioral theory; financial behavior.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa¹⁹

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico foi apresentar as mudanças e as especificidades da educação superior de caráter profissionalizante no âmbito da formação acadêmica e formação profissional nos Institutos Federais do Brasil. A educação superior de cariz profissionalizante aprimorou a educação básica por meio de atividades formativas integradoras (ensino, pesquisa, extensão). A expansão desse nível de ensino permitiu a defesa e a relevância em se formar sujeitos tecnicamente qualificados como cidadãos e profissionais no contexto da educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, o diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional pode ampliar o papel dos atores educativos na educação profissional tecnológica e, por conseguinte, promover ações coletivas e coerentes com oferta da graduação nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Ensino superior; Formação.

Introdução

A oferta do ensino profissionalizante no Brasil, tradicionalmente, foi constituída sob o argumento de que se fazia necessário preparar técnica e profissionalmente os cidadãos para o mundo do trabalho (Cunha, 2000). As primeiras instituições federais de ensino técnico no país

¹⁹ Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

foram responsáveis por viabilizar a profissionalização da classe trabalhadora, de forma gratuita, em oficinas de trabalhos manuais. Mesmo com o investimento das políticas educacionais para a consolidação desses espaços educativos na época, a falta tanto de mestres de ofícios especializados quanto de professores qualificados para atuarem na formação dos alunos, o alto índice de evasão do público e a reduzida mão de obra qualificada exigida pelo mercado foram reflexos da ausência de infraestrutura e do efetivo cumprimento do papel dessas escolas profissionalizantes (Ramos, 2011; Sales & Oliveira, 2011; Santos, 2007).

A partir da década de 1990, alguns marcos regulatórios foram fundamentais para reconfigurar as políticas educativas no Brasil, inclusive da modalidade da Educação Profissional e Tecnológica (Guimarães & Silva, 2010; Oliveira, 2013). A mudança mais recente e complexa ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008 (MEC, 2008). Esse dispositivo legal viabilizou a incorporação de algumas Escolas Técnicas Federais e a transformação dos Centros Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet). A partir dessa mudança, foi possível retomar a articulação do ensino médio e ensino técnico na modalidade integrada, ampliar a oferta de cursos de educação superior, expandir o ensino profissionalizante através da implantação de novas instituições e investir na formação de professores no contexto educativo dos Ifet (Batista & Muller, 2013; Frigotto & Ciavatta, 2003; Ruiz, 2010; Kuenzer, 2006; Kuenzer & Lima, 2013; Lima Filho, 2010; Otranto, 2010, 2013; Ramos, 2011).

Em contraponto à concepção de que a educação profissional e tecnológica está associada a um ensino de “segunda ordem”, os Ifet protagonizaram a retomada da valorização da educação profissional e tecnológica por meio da defesa de um currículo acadêmico integrado à práxis desde o ensino técnico integrado à educação superior. Nesse sentido, a ampliação da função social da escola, a democratização do ensino e a formação integral dos estudantes tornaram-se dimensões de interesse para a construção das políticas de ensino dessas instituições.

Atualmente, o Brasil dispõe de 40 instituições federais de educação profissional e tecnológica, sendo 38 Institutos Federais e 02 Centros Federais localizados em diferentes regiões do país. Essas instituições são constituídas por 643 campi distribuídos nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal (Inep, 2017). Nos Institutos Federais, há espaços para a discussão em favor de uma educação profissional e tecnológica capaz de formar sujeitos tecnicamente qualificados como profissionais e cidadãos comprometidos socialmente. Essa nova institucionalidade dos Ifet também fundamentou a concepção e o planejamento dos processos educativos presentes na oferta dos cursos superiores de cariz profissionalizante.

Nessa direção, torna-se necessário compreender as premissas básicas da oferta da educação superior nos Institutos Federais e em que medida as especificidades de cariz profissionalizante podem ser discutidas perante a formação académica e formação profissional. Para fundamentar o diálogo proposto, será apresentada a concepção da educação superior ofertada nos Institutos Federais a fim de demarcar as premissas que ancoram a qualidade do ensino académico-profissional nesses espaços educativos.

A educação superior de cariz profissionalizante

A educação superior brasileira foi objeto de importantes reformas no sistema educacional do país. Por meio das políticas de expansão e democratização da educação superior, foi possível garantir a muitos estudantes a oportunidade de acesso a uma formação qualificada (Dias Sobrinho, 2013; Ristoff, 2018). No contexto da educação profissional tecnológica, a educação superior foi organizada com base na análise e na previsão de necessidades da sociedade, na promoção do saber mediante a pesquisa, na difusão das produções científicas e na cooperação com o mundo do trabalho para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Lima, 2013).

A educação superior está presente em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A diversificada oferta de cursos nas IES produziu modelos organizacionais e institucionais repletos de concepções e de interesses distintos sobre os processos de formação académica e profissional (Dias Sobrinho, 2010). No que se refere ao segmento de IES federais no Brasil, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) são responsáveis pelo nível superior de ensino na modalidade da educação profissional e tecnológica e na área da formação de professores em espaços não universitários. A proposta dos Ifet é proporcionar trajetórias académicas em articulação com as questões do trabalho, promovendo espaços e recursos para desenvolver a autonomia reflexiva, teórica e prática da comunidade (Andrade & Kipnis, 2010) e, ainda, o desenvolvimento socioeconômico e produtivo do país (Moura, 2005).

No atual cenário da educação, os Institutos Federais estão reunidos em 40 unidades, que correspondem a 37% das IES públicas federais e respondem por 215.843 matrículas no âmbito das IES públicas federais no Brasil (Inep, 2019). Ainda que, em relação à organização administrativa e à oferta de vagas de cursos, prevaleça o domínio das universidades no segmento público federal, os Ifet dispõem de 643 campi distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal do Brasil, conforme já mencionado. Esse considerável quantitativo de Institutos Federais é fruto da política de expansão e implantação de instituições responsáveis pela educação profissional e tecnológica em regiões

que, até então, eram desprovidas de espaços educativos de qualidade e de oportunidades no ensino técnico e superior. Entre 2008 e 2018, o aumento progressivo de matrículas (de 40.935 para 215.843) na educação superior dos Ifet proporcionou a escolarização e profissionalização de estudantes que aguardavam por oportunidades para ingressar na educação superior pública.

Nos Institutos Federais, prevalece a oferta de cursos de graduação presenciais na área da Educação (formação de professores de disciplinas profissionais) e da Engenharia, Produção e Construção (eletrônica e automação) (Inep, 2019). O investimento nessas áreas materializou a inovação do caráter educativo nos Ifet quanto à proposta de integração do currículo acadêmico entre a formação docente e a formação técnica em nível superior. Nesse cenário, a educação superior tem pretendido, de um lado, romper com a valorização exacerbada da preparação de mão de obra sob o cariz instrucional que historicamente vigorou nesses espaços formativos e, de outro, defender a interdependência da ampla formação do sujeito com a formação profissional qualificada.

No contexto da educação profissional e tecnológica, a proposta de articulação entre a formação acadêmica e a formação profissional nos Ifet tem sido pautada pelo diálogo entre a educação básica (de nível médio), o ensino profissionalizante (técnico) e a educação superior (Tecnólogos, Bacharelados e Licenciaturas). A proposição do ensino integrado nesses espaços tem ampliado o debate e as conexões sobre a produção do conhecimento e a preparação para o mercado de trabalho, entendida para além da aquisição de uma técnica. A defesa de uma construção dialética entre a produção do conhecimento e a profissionalização qualificada é fruto da concepção de que se pode aproximar aspectos históricos e culturais da comunidade acadêmica de uma possível reorganização dos currículos, envolvendo os atores educativos no processo de desenvolvimento de competências dos futuros profissionais em benefício do aperfeiçoamento socioeconômico do país.

No conjunto de princípios norteadores dos Institutos Federais, a ampliação da função social da escola, a democratização do ensino e a formação integral dos estudantes fundamentam as políticas de ensino dessas instituições. Nesse sentido, a educação superior nos Institutos Federais elevou a discussão sobre a inclusão de oportunidades de formação, em que as concepções educacionais voltadas para as competências e para as questões do mundo do trabalho são necessárias para compor o perfil acadêmico e institucional (Lefosse, 2010).

Vale ressaltar que associar a formação acadêmica com a formação profissional não se restringe ao compromisso de preparar o estudante exclusivamente para o mercado de trabalho.

Na conjuntura atual, a modalidade da educação profissional e tecnológica em nível superior tem problematizado sobre a defesa de um ensino compreendido somente sob a ótica do manejo da técnica, dissociado da formação e experiência humana no processo formativo (Fischer & Franzoi, 2009; Otranto, 2013). De acordo com Marinho-Araujo e Rabelo (2015), compreender o construto da competência nos processos de formação do sujeito envolve contemplar, para além dos aspectos cognitivos e de habilidades, os processos subjetivos, afetivos e socioculturais que acompanham a trajetória acadêmica. Nessa direção, cabe aos Institutos Federais viabilizar ações que sejam voltadas para a produção do conhecimento científico, profissional e tecnológico no processo educativo, a fim de consolidar uma educação democrática, inclusiva e emancipatória no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Nesse contexto, acompanhar o debate das políticas institucionais frente à oferta da educação superior no contexto da educação profissional e tecnológica, participar das ações envolvendo o projeto político-pedagógico, apoiar a trajetória dos estudantes, contribuir para a construção do perfil acadêmico e profissional da comunidade acadêmica comparecem como dimensões importantes para caracterizar e garantir a oferta da educação superior de cariz profissionalizante. Nessa perspectiva, é necessário investir no diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional na educação superior dos Institutos Federais.

Formação acadêmica e formação profissional

No contexto da educação profissional e tecnológica, o ensino superior tem sido constituído pela defesa do diálogo entre a formação acadêmica e a formação profissional. Ao longo da formação de nível superior é que os processos de formação de sujeitos autônomos, críticos, protagonistas e comprometidos ética e socialmente com sua realidade são constituídos e, ainda, são potencializadas a produção de conhecimentos e a instrumentalização dos atores educativos para o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem, transformação social, conscientização e de empoderamento da comunidade acadêmica (Marinho-Araujo, 2009).

Dentro de um cenário de possibilidades, a educação superior ofertada nos Institutos Federais envolve o debate acerca da produção do conhecimento e da formação de professores atenta às questões do mundo do trabalho e às demandas sociais a serem respondidas. Mesmo que, nesses espaços educativos, esse enfoque seja constituído por diferentes concepções e finalidades, entende-se que esse debate pode contribuir para uma trajetória formativa integradora e de qualidade do estudante.

Nessa direção, compreender historicamente as reformas no ensino profissionalizante e, por conseguinte, a ampliação das concepções e da oferta formativa nesse contexto são aspectos importantes para desenvolver ações de planeamento e mobilização do coletivo institucional em prol da integração entre a produção do conhecimento e o mundo do trabalho na realidade dos Institutos Federais. Na proposta de uma educação integral defendida pelas políticas institucionais dos Ifet, discutir a formação em nível superior de ensino aproximada com a profissionalização qualificada permite um fortalecimento das trajetórias académicas dos estudantes.

Para tanto, torna-se necessário implementar projetos educacionais acerca da oferta da educação superior e conduzir ações que envolvam a participação conjunta de coordenadores, docentes e técnicos responsáveis pela elaboração e revisão do projeto de desenvolvimento institucional, político-pedagógico institucional, bem como a apropriação desses projetos por parte dos atores educativos. Além disso, tornar públicas as concepções da avaliação da educação superior no debate com os atores educacionais pode facilitar a compreensão, por parte desses profissionais, da necessidade dos procedimentos de autoavaliação institucional e, por conseguinte, o assessoramento da equipe de coordenações de cursos no cumprimento dos indicadores de compromissos educacionais firmados ao longo de cada ano letivo.

Na educação superior de cariz profissionalizante, trabalhar a formação académica associada à formação profissional permite estender o apoio da equipe académica ao debate de ampliação do Catálogo Nacional dos Cursos superiores em Tecnologia e das Diretrizes dos Cursos em Licenciaturas. Esse apoio, que tem um caráter de assessoria ao trabalho das coordenações de curso, resulta no fortalecimento de práticas de ensino que articulem os componentes práticos com os teóricos, em observância à necessidade de se desenvolver projetos interdisciplinares integrados no contexto da educação profissional e tecnológica.

Nos Institutos Federais, é muito comum os estudantes buscarem, no nível superior de educação, uma melhor condição de formação voltada para o mundo do trabalho. Na conjuntura atual, essa concepção tem sido ampliada e ressignificada, tanto pelos discentes quanto pela política institucional, para um reconhecimento de uma formação ampla e qualificada na educação superior. Nesse sentido, torna-se imprescindível investir nas discussões a respeito do desenvolvimento adulto, nas transições e rupturas das trajetórias académicas e profissionais provenientes nesse contexto, além das discussões sobre o delineamento de estudos que construam o perfil discente, especialmente quanto aos aspectos sociodemográficos, familiares, socioeconômicos e suas relações com o processo de formação e construção da cidadania. Além disso, no que se refere ao diálogo entre a formação académica e profissional sob a ótica crítica e

emancipatória dos estudantes, os Institutos Federais precisam sistematizar ações de mapeamento das expectativas dos discentes ao ingressarem na educação superior e implementar programas que apoiem a trajetória de desenvolvimento do aluno nessa modalidade de ensino.

Diante do exposto, a educação superior ofertada no contexto da educação profissional e tecnológica pode ser considerada uma referência importante para a proposição de um diálogo com uma das dimensões centrais dos processos educativos: processos de conhecer e de tornar aplicado o conhecimento por meio de uma formação profissionalizante qualificada. Importa destacar que essa articulação inicial, por um lado, é uma defesa de que a educação superior de cariz profissionalizante é capaz de facilitar diversas estratégias formativas e de promover espaços de mediação diversos com os diferentes atores educativos e, por outro, trata-se de um recorte das contribuições dessa atuação para a mobilização intencional da comunidade acadêmica em busca do conhecimento e da contínua formação prática.

Considerações finais

O contexto da educação profissional e tecnológica não foi constituído pela oferta exclusiva de uma única modalidade de ensino no Brasil. A educação superior de cariz profissionalizante configura uma das iniciativas para a reestruturação da política do ensino profissionalizante, a fim de aprimorar a educação básica por meio de atividades formativas integradoras (capacitação, pesquisa, extensão) entre esses níveis de ensino, além de oportunizar a democratização do acesso por meio da expansão e de novas ofertas de vagas nos Institutos Federais.

Os investimentos políticos, técnicos e financeiros para a promoção de uma formação acadêmica e profissional qualificada nos Institutos Federais envolvem a articulação entre a produção do conhecimento, da pesquisa e das questões do mundo do trabalho nos mais diferentes níveis de ensino (ensino básico técnico à educação superior). No âmbito da educação superior, esses espaços formativos defendem a urgência e relevância em se formar sujeitos tecnicamente qualificados como cidadãos e profissionais no contexto da educação profissional e tecnológica. Para tanto, são viabilizadas à comunidade acadêmica oportunidades de aperfeiçoamento em diferentes percursos formativos (ensino, pesquisa, estágios, extensão), de uma inclusão escolar para muitos e para uma construção de um currículo acadêmico integrado à praxis. Nesse sentido, os Ifet propõem políticas institucionais que, para além do compromisso com o ensino, envolvem os estudantes, os docentes e a equipe técnica no desafio de implementar uma formação integral no âmbito da educação profissional e tecnológica.

É nesse contexto que a defesa do diálogo entre a formação académica e a formação profissional emerge como uma importante contribuição para ampliar o papel dos atores educativos na educação profissional tecnológica e, por conseguinte, promover ações coletivas e coerentes com a defesa dessa oferta nos Institutos Federais. Nessa direção, o nível superior de ensino ofertado nos Ifet brasileiros também traz uma proposta inovadora para a formação académica ao criticar o caráter tecnicista que foi defendido por muito tempo no ensino profissionalizante. Diante desse cenário, espera-se que o fortalecimento da oferta de educação superior nesses espaços possa consolidar ações ampliadas e coletivas para uma formação académica e profissional qualificada de estudantes e professores, contribuindo também para o desenvolvimento de futuros trabalhadores competentes e críticos em suas realidades.

Referências

- Andrade, A. F. B. & Kipnis, B. (2010). Cursos superiores de tecnologia: Um estudo sobre as razões de sua escolha por partes dos estudantes. In J. Moll (Eds.). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo* (pp. 175-191). Artmed.
- Batista, E. L. & Müller, M. T. (2013). *A educação profissional no Brasil*. Alínea.
- Cunha, L. A. (2000). O ensino industrial manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 89-108. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1223-1245. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>.
- Dias Sobrinho, J. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Revista de Avaliação da Educação superior*, 18(1), 107-126. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>.
- Fischer, M. C. B. & Franzoi, N. L. (2009). Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. *Educação, Sociedade & Cultura*, 29, 35-51. <https://www.fpce.up.pt/cie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>.
- Frigotto, G. & Ciavatta, M. (2003). Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, 24(82), 93-130. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>.
- Guimarães, M. & Silva, M. C. M. (2010). As políticas da educação tecnológica no Brasil do século XXI: reflexões e considerações do SINASEFE. In J. Moll (Ed.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo* (pp. 244-252). Artmed.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). *Censo da Educação Superior 2016*. <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019). *Censo da Educação Superior 2018*. <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

Kuenzer, A. Z. (2006). A educação profissional nos anos de 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, 27(96), 877-910. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313708012>.

Kuenzer, A. Z. & Lima, H. R. (2013). As relações entre o mundo do trabalho e a escola: a alternância como possibilidade de integração. *Educação*, 38(3), 523-535. DOI: <https://doi.org/10.5902/198464448989>.

Lefosse, M. Z. C. M. (2010). Educação profissional e tecnológica: as interfaces dos IFET's [Trabalho apresentado] V *Encontro de pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social*, Maceió, Brasil.

Lima, P. G. (2013). Políticas de Educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, 18(1), 85-105. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100006>.

Lima Filho, D. L. (2010). Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In J. Moll (Ed.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo* (pp. 141-158). Artmed.

Marinho-Araujo, C. M. (2009). Psicologia Escolar na Educação superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In C. M. Marinho-Araújo (Ed.). *Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 155-202). Alínea.

Marinho-Araujo, C. M. & Rabelo, M. L. (2015). Avaliação educacional: a abordagem por competências. *Avaliação*, 20(2), 443-466. DOI: <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000200009>.

Ministério da Educação. (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

Moura, D. H. (2005). Algumas implicações da reforma da educação superior sobre a educação profissional. *Holos*, 21(4), 4-14. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2005.76>.

Oliveira, R. (2013). A reforma da educação profissional nos anos 90. In E. L. Batista & M. T. Müller (Eds.). *A educação profissional no Brasil* (pp. 219-234). Alínea.

Otranto, C. R. (2010). Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. *Revista Retta*, 1, 89-108. <https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otranto.pdf>.

Otranto, C. R. (2013). A reforma da educação profissional e seus reflexos na educação superior. *Revista Temas em Educação*, 22(2), 122-135. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17782>.

Ramos, M. N. (2011). *Educação profissional: história e legislação*. IFPR.

- Ruiz, A. I. (2010). Ensino médio, educação profissional: outros caminhos para a mudança. *Revista Retratos da Escola*, 4(7), 341-352. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v4i7.91>.
- Ristoff, D. (2018). Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. *Revista Espaço Pedagógico*, 26(1), p. 9-32. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8406>.
- Sales, P. E. N. & Oliveira, M. A. M. (2011). Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In M. L. M. de Carvalho (Ed.). *Cultura, saberes e práticas* (pp. 165-184). Centro Paula Souza.
- Santos, J. A. dos. (2007). A trajetória da educação profissional. In E. M. T. Lopes, L. M. Veiga, & C. Greive (Eds.). *500 anos de educação no Brasil* (pp. 234-256). Autêntica.

CONCEPTIONS OF YOUTH IN THE STUDIES OF CAREERS

Abstract

The aim of this theoretical essay was to present the changes and specificities of higher education of a professional character within the scope of academic training and professional training at Federal Institutes in Brazil. Higher education of a professional nature has improved basic education through integrative training activities (teaching, research, extension). The expansion of this level of education allowed for the defense and relevance of training technically qualified subjects as citizens and professionals in the context of professional and technological education. In this context, the dialogue between academic training and professional training can expand the role of educational actors in technological professional education and, therefore, promote collective and coherent actions with the offer of graduation in Federal Institutes.

Keywords: Professional and technological education; Higher Education; Formation.

APRENDIZAGEM ESCOLAR, INFÂNCIA E NATUREZA: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR MÃES E PAIS DE CRIANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Thaís de Jesus Avelino²⁰

Fauston Negreiros²¹

Resumo

Este estudo buscou investigar os sentidos atribuídos por mães e pais de crianças acerca da aprendizagem escolar em contato com a natureza de uma escola de Educação Infantil piauiense. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis participantes, com questões norteadoras que versaram sobre a aprendizagem, contato com a natureza, experiências educativas ao ar livre. A análise de dados foi realizada sob a Psicologia Histórico-Cultural, visando apreender a processualidade do fenômeno. Os resultados se desdobraram em unidades de análise que elucidam as potencialidades do contato entre a criança e natureza na constituição da aprendizagem escolar. Também emergiram concepções de natureza, a partir dos sentidos atribuídos pelas participantes. Espera-se fomentar reflexões e ações que favoreçam a aproximação entre a criança, escola e natureza.

Palavras-chave: aprendizagem escolar; natureza; pais; mães; Educação Infantil.

²⁰ Psicóloga; mestranda em Psicologia (UFPI). E-mail: thaisavelino-27@hotmail.com

²¹ Psicólogo; Pós-Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo - USP.

Endereço para correspondência: Departamento de Pós-graduação em Psicologia, UFPI, Campus Parnaíba – Av. São Sebastião, Nº 2819, Parnaíba-PI, Brasil. CEP: 64202-020. E-mail: faustonnegreiros@ufpi.edu.br

Introdução

Este estudo objetivou investigar os sentidos atribuídos por mães e pais acerca da aprendizagem escolar dos filhos em contato com a natureza, mediado por uma instituição de Educação Infantil da região litorânea piauiense, que integra a natureza na proposta pedagógica. É importante destacar que a pesquisa foi desenvolvida em meio ao cenário da pandemia da COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, que causou grandes impactos no processo de escolarização das crianças, nas vidas das famílias e na relação estabelecida entre o ser humano e a natureza.

A perspectiva teórico-metodológica adotada no presente trabalho está embasada na Psicologia Histórico-Cultural, que visa apreender a processualidade e totalidade do fenômeno a partir da dialética singularidade-particularidade-universalidade (Negreiros & Fonseca, 2019; Rego, 2017; Vygotsky, 1998). A aprendizagem humana, sob esse prisma, se desdobra a partir das relações sociais que acontecem no contexto histórico-cultural. As interações sociais favorecem a troca de conhecimento entre os indivíduos, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (e.g. atenção, memória, linguagem) que constituem o psiquismo humano (Marinho-Araújo, 2016; Rego, 2017; Vygotsky, 1998).

O desenvolvimento do psiquismo humano é constituído por mediações, que estabelecem a relação do ser humano com o mundo à sua volta (Rego, 2017; Vygotsky, 1998). No contexto de pandemia, momento histórico tão singular e permeado por contradições, as aulas presenciais foram interrompidas e as crianças passaram a ter aulas remotas, diante disso, as mães, pais e famílias começaram a exercerem o papel de mediadoras da aprendizagem, possibilitando o acesso aos saberes que são socialmente partilhados.

A escola tem o importante papel de socializar o conhecimento sistematizado (Saviani, 2014). O modelo de escola vigente e hegemônico, que perdura há dois séculos, se caracteriza pela individualização do processo de escolarização, ordem e obediência, relação verticalizada entre professor e estudante. Quanto ao espaço, existe um padrão que caracteriza grande parte das instituições escolares: fileiras, salas fechadas, escolas

emparedadas e acimentadas. O aspecto que perdura durante anos é o foco da ação educativa dentro da sala de aula (Barros, 2018; Bitencourt & Pinto, 2020).

Sob uma perspectiva histórica, a relação que o ser humano estabelece com o meio natural passa por transformações constantes. A Revolução Industrial, paralelo ao aumento dos índices da urbanização, configura-se como fator determinante no atual distanciamento entre os indivíduos e a natureza. Na cultura ocidental e urbana, foi construída uma ideia de superioridade do ser humano em relação à natureza, proveniente de uma perspectiva utilitarista, marcada pela lógica de produção capitalista (Cidreira-Neto & Rodrigues, 2017; Lima, 2020; Tiriba, 2018).

Nos últimos anos, emergiram estudos que evidenciam as potencialidades e benefícios do contato com a natureza no desenvolvimento integral da criança (Barros, 2018; Bitencourt & Pinto, 2020; Lima, 2020; Louv, 2016; Profice, 2016; Tiriba, 2018; Tiriba & Profice, 2019). Diante disso, urge a necessidade de realizar uma análise crítico-reflexiva das práticas pedagógicas de Educação Infantil, a fim de contribuir para a qualificação de ações educativas que potencializem a aprendizagem com e na natureza, de forma concreta, em prol de uma educação voltada para a vida (Barros, 2018; Bitencourt & Pinto, 2020; Lima, 2020; Profice, 2016).

A partir do anseio de investigar como o contato com a natureza contribui na aprendizagem escolar e levando em consideração que as mães e pais são importantes atrizes e atores sociais nesse processo, sobretudo no cenário de pandemia, este estudo pretende responder a seguinte questão: quais os sentidos atribuídos por mães e pais de crianças acerca da aprendizagem escolar em contato com a natureza? Vale destacar, aqui, que a compreensão de sentido utilizada parte da perspectiva histórico-cultural, em o que a atribuição de sentidos acontece a partir da articulação dialética entre as práticas sociais e as experiências de vida do indivíduo (Barros, Paula, Pascual, Colaço & Ximenes, 2009).

Utilizou-se o aporte metodológico da Psicologia Histórico-cultural, visando apreender a processualidade e totalidade do fenômeno (Negreiros & Fonseca, 2019; Pasqualini & Martins, 2015; Vygotsky, 1998). O estudo é do tipo exploratório, buscando explorar e favorecer maior proximidade com a temática (Gil, 2008).

Contexto do Estudo

O local do estudo é uma instituição de Educação Infantil de Parnaíba-PI, que foi escolhida intencionalmente por integrar o contato com a natureza em sua proposta político-pedagógica, que tem como base a educação montessoriana (Montessori, 1965; Nogaro, Anese, & Ferrari, 2020). Em relação ao aspecto arquitetônico, a escola possui áreas abertas amplas e rodeadas por elementos naturais, como árvores, chão de terra, areia e animais.

Participantes do Estudo

Participaram deste estudo cinco (5) mães e um (1) pai de crianças de uma escola de Educação Infantil da região litorânea do Piauí. A escolha das (o) participantes se deu a partir do seguinte critério: filho ou filha estudar na turma de Educação Infantil da escola. Quanto à formação profissional das (o) participantes, foram entrevistadas professoras, jornalista e psicólogas. A idade dos filhos e filhas variou de 2 a 5 anos.

Instrumentos

Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, constituído por questões norteadoras que versaram sobre os seguintes eixos temáticos: aprendizagem escolar, contato com a natureza, experiências educativas ao ar livre. Esse tipo de entrevista facilita a interação, bem como amplia o leque de possibilidades dialógicas, entre pesquisadora e participante (Aragaki, Lima, Pereira & Nascimento, 2014).

Procedimentos para Apreensão Dados e Cuidados Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP), que analisou a relevância e aspectos éticos, conforme as resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e emitiu parecer favorável sob o número

3.945.776. A partir disso, foi iniciada a coleta dos dados. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) confirmou a participação do estudo. Em virtude da pandemia, as entrevistas aconteceram por meio da plataforma digital *Google Meet*. Foram cumpridas rigorosamente todas as normativas éticas em pesquisas com seres humanos, conforme o Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, documento referente às orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Procedimentos para Análise dos Dados

Os dados foram analisados sob luz da Psicologia Histórico-Cultural, em que se buscou apreender a dialética singularidade-particularidade-universalidade (Negreiros & Fonseca, 2019; Pasqualini & Martins, 2015). A singularidade representa o contato que as crianças estabelecem com a natureza na escola pesquisada. A particularidade diz respeito aos condicionantes locais, institucionais, políticos, pedagógicos e a natureza da planície litorânea do Piauí. A universalidade está relacionada à aprendizagem a partir do contato que as crianças da Educação Infantil estabelecem com a natureza.

Resultados e Discussão

A partir da análise das entrevistas, foram organizadas unidades de análise que constituem os dois eixos analíticos intitulados, consecutivamente, *Experiências educativas ao ar livre e em contato com natureza: quais aprendizados?* e *Reminiscências afetivas: sentidos atribuídos à natureza*. Com o objetivo de organizar esta seção, será realizado um itinerário aéreo por duas rotas (representadas pelos eixos), composto por pousos (representados pelas unidades de análise). As²² participantes serão identificadas por nomes de aves que compõem a fauna piauiense: Bem-te-vi, Sabiá, Seriema, Pardal, Beija-flor e Codorniz. Sinta-se convidada (o) para voar, pousar e desbravar este território.

²² Em virtude da quantidade de participantes mulheres e como forma de preservar o sigilo, ao longo deste estudo, será utilizado o feminino para referir a qualquer participante.

Eixo de Análise I: Experiências Educativas ao Ar Livre e em Contato com a Natureza: Quais Aprendizados?

O voo inicia pela rota intitulada *Experiências educativas ao ar livre e em contato com a natureza: quais aprendizados?* Aqui, serão realizados três pousos que irão elucidar experiências práticas com/na natureza, quais aprendizados são produzidos a partir dessas experiências, bem como os desafios enfrentados pelas famílias no cenário pandêmico.

Unidade de Análise I. Práticas Pedagógicas em Meio à Natureza: Intermediação da Escola

O primeiro pouso do voo é composto por relatos que se desdobram em depoimentos de atividades pedagógicas que integram a natureza. A participante Pardal evidencia que “a escola proporciona o contato direto com a natureza, tem a prática, não fica só na teoria”, de forma complementar a essa ideia, a participante Seriema afirma que as atividades práticas em meio aos elementos naturais “favorecem que a criança se veja como parte integrante da natureza”

A partir desses relatos, as participantes sinalizam a preocupação e intencionalidade da escola em possibilitar a interação com o meio natural. Vale destacar, aqui, a proposta pedagógica montessoriana que embasa a prática da instituição do estudo, em que é defendida a importância de favorecer espaços com elementos naturais, visando promover o desenvolvimento da criança em sua dimensão cósmica. A educação cósmica favorece o desenvolvimento, aprendizagem, autonomia e liberdade da criança por meio da consciência do meio natural e de si mesma como parte constituinte da natureza, reconhecendo seu papel no universo, “com respeito e responsabilidade, para o equilíbrio do mundo físico e social” (Nogaro, Anese & Ferrari, 2020 p. 123).

A participante Beija-flor aponta que “o contato com a natureza não ocorre na escola só em datas específicas, como o dia da árvore, mas durante todo o ano, faz parte do dia-a-dia.” Sobre isso, a participante Sabiá relata: “a relação com a natureza é

permanente, seja através de visitas, a médio prazo, conteúdo de uma aula, exercícios em casa”. Estes discursos vão ao encontro com estudos que sinalizam as potencialidades do contato com a natureza em instituições de Educação Infantil visto que proporciona bem-estar, além de despertar a sensibilidade, o cuidado, a empatia e promover aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças (Barros, 2018; Lima, 2020; Louv, 2016; Profice, 2019; Tiriba, 2018).

A instituição escolar favorece o acesso ao conhecimento científico (Saviani, 2014), diante disso, faz sentido refletir sobre como as práticas pedagógicas das instituições de Educação Infantil estão favorecendo esse conhecimento: a partir de uma prática desconectada da realidade da criança e distante da natureza ou a partir de uma prática humanizadora, que aproxima as crianças dos elementos naturais, compreendendo que, para além das paredes da sala de aula, há um universo a ser explorado pela criança no ambiente externo, promovendo a criatividade, a interação social, a socialização de conhecimentos científicos, o desenvolvimento.

Vale destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), documentos legais que oferecem diretrizes para comunidade escolar, sinalizam que as instituições de Educação Infantil devem favorecer espaço e tempo em meio à natureza, contudo, essa questão ainda é abordada de forma tímida e abstrata. Para que isso aconteça na concretude, emerge a necessidade desemparedar, considerar as singularidades, pluralidades e potencialidades que o meio natural pode favorecer, repensar as práticas pedagógicas (Tiriba & Profice, 2014), visando garantir o direito da criança a uma educação de qualidade, conforme proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).

São evidenciados outros projetos que transpõem as paredes, conforme relata a participante Bem-te-vi: “Tem um projeto que trabalha as frutas, toda semana é trabalhada uma fruta diferente, elas (crianças) investigam a textura, o tamanho, a cor, como cultivar.” Além disso, a participante Beija-Flor destaca:

Também já tiveram projetos de cultivos de plantas na própria escola (...) e percebo que eles se engajam muito nesses projetos, aquilo vira um momento mágico de

descobertas, se interagem, se reconhecem, sai daquela coisa de abstração e vai integrando pensamentos e linguagens no cotidiano.

Os depoimentos evidenciam que as crianças se engajam nessas atividades, indo ao encontro com pesquisas que evidenciam que a interação com a natureza favorece encantamento, imaginação, ludicidade, atenção, curiosidade, observação, construção de novos conhecimentos (Barros, 2018; Bittencourt & Pinto, 2020; Louv, 2016; Profice, 2016).

Além disso, é apontada uma variedade de propostas pedagógicas que possibilitam que a criança estabeleça interação direta com o objeto de conhecimento, e a partir dessa relação, bem como da mediação de atrizes e atores sociais mais experientes, o conhecimento científico vai sendo produzido (Vygotsky, 1998; 2008; Rego, 2017), visto que as relações sociais estabelecidas no contexto histórico-cultural favorecem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Unidade de Análise II. Aprendendo com/na Natureza: Possibilidades e Potencialidades

No segundo pouso deste itinerário, será apresentado o que a criança aprende com/na natureza. A participante Codorniz enfatiza que “a escola consegue trazer de forma prática a vivência com a natureza e isso torna o aprendizado mais significativo”, a participante complementa o relato:

No dia da fruta, minha filha aprende sobre as cores, os sabores, o peso, o tamanho, a textura, o formato, aprende sobre a árvore que deu a fruta, sobre a estação do ano que a árvore floresce. Olha só, em uma única atividade, ela aprende uma variedade de conceitos».

O depoimento da mãe aponta uma gama de aprendizados constituídos por meio de uma atividade prática em contato com a fruta, dentre esses aprendizados destaca-se o

aprendizado conceitual, em que a criança internaliza conceitos mais elaborados do objeto de conhecimento. Na perspectiva histórico-cultural, os conceitos são “um sistema de relações e generalização contidos nas palavras e determinados por um processo histórico cultural (Rego, 2017 p. 76)”, ou seja, são construídos e partilhados socialmente. O conceito científico é o conhecimento sistematizado que a criança adquire na escola, por meio de diferentes agentes mediadores da aprendizagem escolar (Rego, 2017). A participante Seriema resgata um aprendizado de sua filha:

Ela (criança) amava canudinho, um dia ela fez um trabalho com as professoras e os coleguinhas sobre a poluição e danos com canudinhos, então, ela chegou em casa dizendo que canudo não pode mais, ela conseguiu compreender aquilo e não ficou só no ouvir, isto é muito importante.

Este depoimento aponta o aprendizado se desdobrando a partir da interação que a criança estabeleceu com o meio social, bem como a partir da mediação do conhecimento científico de uma pessoa mais experiente, conforme defende Vygotsky ao discutir o processo de construção da aprendizagem escolar (Campos & Facci, 2017; Vygotsky, 1998; 2008). É válido destacar que Vygotsky defende que é importante que o espaço seja desafiador e contenha estímulos que favoreçam a construção do aprendizado, visto que “o aprendizado conceitual é uma conquista que depende não somente do esforço individual, mas principalmente do contexto que o indivíduo se insere (Rego, 2017 p. 79)”.

Frente a isso, é importante lançar olhar de potência para o ambiente da escola e sua estrutura arquitetônica, visto que a aprendizagem está diretamente relacionada com os espaços (Bitencourt & Pinto, 2020; Rego, 2017). Sobre a relação com/na natureza, escolas com espaços ao ar livre e em meio aos elementos naturais são mais acolhedoras e possibilitam uma variedade de aprendizados por meio de experiências restauradoras que despertam a criatividade, a imaginação, a interação social, (Barros, 2018; Lima, 2020).

Portanto, é necessário superar o atual modelo de escola que preza pelo emparedamento de infâncias, onde as crianças passam muitas horas sentadas, em ambientes fechados que não favorecem o movimento do corpo nem a interação com a natureza (Barros, 2018; Tiriba, 2018). É importante destacar que a aprendizagem também

acontece para além das paredes e dos muros da escola, o lado de fora pode representar um espaço de possibilidades que desperta todos os sentidos - olfativo, auditivo, tátil, gustativo e visual; sensibilidade, empatia, conhecimento ambiental (Profice, 2016).

Nesta unidade de análise, foram recorrentes relatos que se desdobram no conhecimento ambiental, conforme o depoimento da participante Beija-flor: “os meninos tem compreensão do que é poluição, questões que vão sendo incorporadas para que eles percebam que existe uma relação de reciprocidade entre o ser humano e a natureza”. No mesmo sentido, a participante Pardal defende: “este contato é importante, pois eles valorizam a natureza, economia de água, pois aprenderam lá que se estragar água, pode faltar no futuro”.

Os relatos das participantes descrevem aprendizados ambientais que emergiram a partir da vivência das crianças com/na natureza, reverberando no cuidado ambiental: “através dessas práticas do cotidiano com a natureza elas (crianças) adotam a conscientização ambiental (Participante Codorniz)”. Estudos que versam sobre a Educação Ambiental apontam evidências que o estreitamento do vínculo entre o ser humano e a natureza se desdobra no cuidado com o meio ambiente (Diniz, 2015; Diniz & Pinheiro, 2014; Profice, 2016).

Nesse prisma, a participante Seriema tece um questionamento: “Como vou amar e respeitar a natureza sem conviver com ela?”. A criança cuida daquilo que conhece e gosta, esse gostar é construído a partir de uma relação direta visando o fortalecimento dos vínculos com o objeto de conhecimento, o cuidado, portanto, “exige proximidade, tempo, entrega” (Tiriba, 2018 p. 178).

Unidade de Análise III. Pandemia e Desafios do Ensino Remoto: (Des)conectados?

No último pouso dessa rota, serão apresentados alguns desafios que emergiram no cenário da pandemia da COVID-19, frente ao ensino remoto. O contexto pandêmico afetou diretamente a educação, diante disso, como estratégia para reduzir a propagação do vírus SARS-CoV-2, as aulas presenciais foram interrompidas e as aulas remotas surgiram como uma medida emergencial para dar continuidade à escolarização, por meio das plataformas virtuais, conforme elucidado no parecer (nº 9/2020) emitido pelo Conselho

Nacional de Educação sobre a “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (CNE, 2020)”.

Entretanto, é crucial considerar toda a complexidade que permeia a atual realidade vivenciada pela comunidade educacional, visando, a partir de uma perspectiva crítica, identificar as contradições existentes e lançar um olhar ampliado que contemple todas as variáveis que perpassam o ensino remoto, evitando reducionismos. A relação existente entre a criança e a tela no contexto de aula remota, às vezes, pode ser desprazerosa, pois limita a interação social, o movimento do corpo, a atenção (Alves, 2020).

Sobre o ensino remoto, a participante Codorniz relata: “minha filha não foi muito adepta ao on-line, ela conseguiu se engajar mais em atividades corporais e voltadas para a natureza”. No mesmo sentido, a participante Bem-te-vi elucida:

Procurei não forçar meu filho a ficar em frente à tela, ele ainda tá muito fechado ao virtual. Pensando nisso, a escola propôs atividades voltadas para o meio ambiente, como, por exemplo, uma prática do plantar: fizemos uma horta aqui em casa, todo dia ele rega e come as cebolinhas que ele ajudou a plantar, aqui ele tem essa vivência diariamente.

Esses depoimentos apontam que o ensino remoto, por meio de uma tela de celular ou computador, nem sempre consegue manter a criança conectada. As participantes do estudo relatam que percebem maior engajamento e conexão em atividades que possibilitam o movimento do corpo, por meio do brincar livre e da interação com os elementos naturais, visto que essas atividades possibilitam a experimentação, bem como permite à criança “explorar sensações (...) além de propiciar o questionamento e o levantamento de hipóteses favorecendo a construção do próprio conhecimento” (Bitencourt & Pinto, 2020 p. 52).

Além disso, também emergiu a sobrecarga para a família no que diz respeito à mediação da aprendizagem escolar dos filhos e filhas mediante às plataformas virtuais, conforme relata a participante Sabiá: “é muito difícil reproduzir as aulas on-line (...) aí vem a sobrecarga nos pais.” Com as transformações de amplitude nacional que ocorreram na educação, muitas famílias passaram a exercer o papel de mediadoras da aprendizagem escolar para as crianças. Para além das responsabilidades pessoais, de trabalho, de casa, mães e pais tiveram que aprender a manusear as plataformas digitais, realizar a mediação das atividades escolares, lidar com as adversidades que emergem nesse contexto, podendo gerar sentimento de impotência e esgotamento (Alves, 2020).

Vive-se um momento único na história da humanidade, que permeia a vida das pessoas de formas diversas. As crianças mudaram a rotina de forma significativa: o contato com os colegas da escola, com as professoras e com o espaço escolar não está acontecendo de forma presencial, nesse movimento, ressalta-se mais ainda a importância de acolher, de escutar, e de não descolar o contexto histórico, cultural e social da realidade vivenciada (Castro, Vasconcelos & Alves, 2020; Moura & Carvalho, 2021).

Eixo de Análise II: Reminiscências Afetivas: Sentidos Atribuídos à Natureza

Na segunda parte da rota aérea, será realizado um único pouso constituído por relatos que resgatam memórias da relação entre a infância, escola e contato com natureza, bem como por concepções de natureza a partir dos sentidos atribuídos pelas participantes.

Unidade de Análise I. Resgatando Memórias da Infância em Contato com a Natureza: o que é a Natureza?

O voo continua! E no primeiro momento deste percurso aéreo são resgatadas memórias das participantes em relação à infância em contato com a natureza. A participante Pardal resgata uma memória da escola: “Na minha época tinha muita teoria, sorte que fora da escola tive muito contato com a natureza, mas na escola, por exemplo, ficava apenas na fala que era importante cultivar plantas, mas não fazíamos isso de forma

prática.” No mesmo sentido, a participante Beija-flor elucida: “No meu tempo, havia passeios, questões pontuais, mas era uma educação tradicional”.

Os relatos apresentados refletem um modelo de escola hegemônico proveniente de uma longa construção histórica de emparedamento da educação, que limita o movimento do corpo e não favorece a interação com a natureza (Barros, 2018; Tiriba, 2018). Esse modelo hegemônico de escola encontra força nas relações de poder capitalistas, assim, condicionar que a criança fique sentada dentro da sala de aula é uma forma de manter as relações de dominação (Bittencourt & Pinto, 2020).

No atual momento histórico-cultural vivenciando, é propagada a falsa ideia, que tem raízes na perspectiva cartesiana, de cisão entre o sujeito e o meio natural. Essa ideia, sustentada pela lógica capitalista reverbera no atual distanciamento entre o ser humano e a natureza. Assim, é reforçada uma concepção de natureza utilitarista, vista como sendo à parte do ser humano, não integrando a propostas pedagógicas das instituições escolares (Bittencourt & Pinto, 2020; Lima, 2020).

Embora o contato com a natureza evidenciado pelas participantes não tenha um viés pedagógico, ele aconteceu de diferentes formas, Louv (2016) faz uma comparação entre as infâncias urbanas de alguns anos atrás e as infâncias urbanas contemporâneas, o autor levanta uma reflexão elucidando que antigamente, as pessoas tinham mais contato com a natureza em suas infâncias, as brincadeiras favoreciam mais o movimento do corpo, mas, atualmente, isso tem mudado. Por conta do aumento dos índices de urbanização, paralelamente, aos elevados índices de violência urbana, bem como pela era digital, as brincadeiras, que antes aconteciam nas ruas, hoje, na maioria das vezes, acontecem em ambientes fechados de frente às telas (Barros, 2018).

Dando continuidade, a participante Bem-te-vi rememora: “eu tive contato com a natureza quando pequena e esse contato influenciou na forma como eu vejo a natureza: uma relação de cuidado e essencial para a nossa sobrevivência”. Também tiveram outros depoimentos em relação à concepção de natureza, a participante Beija-Flor evidencia: “Compreendo que não dá pra ter uma relação utilitarista com a natureza, e tento passar isso a eles (filhos), a preservar mais as coisas, não ser tão consumista, que a gente não é mais que o mundo”. A participante Seriema defende que “Nós somos frutos da natureza,

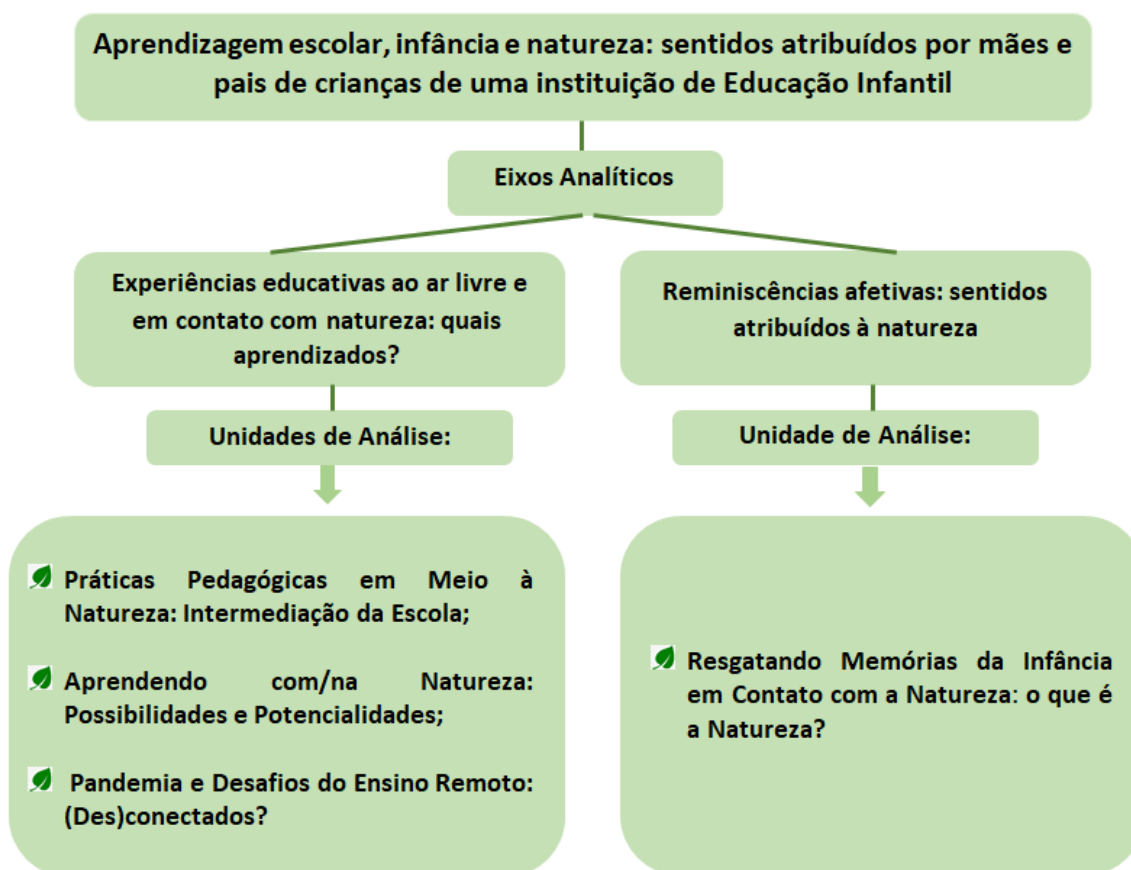
temos que nos relacionar bem com o ambiente, para nos relacionar uns com os outros.” Por fim, a participante Sabiá destaca “Muitas pessoas tem a natureza como algo romântico, ou pensam numa fazenda, mas não, pode ser também um pedacinho de jardim, que tem uma lagartinha nascendo”.

Os sentidos atribuídos à natureza pelas participantes do estudo sinalizam uma concepção integrada ao ser humano, indo na contramão do que é propagado socialmente em que é defendida uma concepção de natureza externa ao ser humano, utilizada para suprir as necessidades humanas e gerar recursos financeiros, tendo como base capitalismo, reforçando, ainda mais o distanciamento existente entre o indivíduo e meio natural (Cidreira-Neto & Rodrigues, 2017). A relação entre o ser humano e a natureza não é estática, pelo contrário, se encontra em constante movimento conforme o contexto social, cultural, político e econômico de cada período histórico. Os relatos que as participantes apresentaram são uma esperança para a transformação do modelo hegemônico de escola, bem como para a aproximação do meio natural.

Adiante será apresentada uma figura que ilustra a síntese dos resultados obtidos no estudo:

Figura 1

Síntese dos resultados do estudo



Fonte: elaboração própria

Com o intuito de facilitar a compreensão desta seção, a Figura 1 apresenta uma síntese dos resultados da investigação acerca dos sentidos atribuídos por mães e pais de crianças de uma instituição de Educação Infantil, que se desdobraram em eixos analíticos e suas respectivas unidades de análise, conforme a ilustração.

Considerações Finais

Por meio deste estudo, foram apresentadas e discutidas as unidades de análise que emergiram a partir das entrevistas com as mães e pai, assim, foram evidenciadas práticas pedagógicas que aproximam a criança da natureza, bem como os aprendizados constituídos com/na natureza, que se desdobram, sobretudo, na conscientização

ambiental. Outro aspecto que emergiu na pesquisa foram reminiscências afetivas das participantes em relação à infância em contato com o meio natural, além de concepções de natureza que sinalizam uma perspectiva de natureza integrada ao ser humano.

Espera-se possibilitar reflexões acerca das possibilidades e benefícios da relação entre infância-natureza-escola, visando subsidiar propostas e políticas públicas educacionais que possam incorporar essa demanda nas potencialidades da instituição; políticas intersetoriais, a fim de que possam agregar a comunidade escolar os variados segmentos do entorno da escola, tendo como ponto de intersecção a natureza e a aprendizagem e desenvolvimento humano; e políticas de melhoria da educação, levando em conta que a conexão realizada entre escola, infância e famílias, podem dar subsídios de ampliação dos processos formativos nas instituições de ensino.

É importante destacar algumas limitações que emergiram ao longo do estudo, tais como o cenário de pandemia, bem como outras singularidades de cunho social e cultural que não possibilitam que os resultados sejam generalizados para outras realidades. Sugere-se a realização de mais estudos que explorem outros espaços, atores e atrizes sociais não privilegiados na pesquisa, visando ampliar as discussões e produzir conhecimentos sobre uma educação integrada à natureza, desconstruindo a ideia de que a aprendizagem escolar acontece apenas quando o estudante está sentado dentro da sala de aula. Transpor as paredes representa transgredir as amarras sociais do atual modelo hegemônico de escola que preza pelo confinamento da vida, da infância e da educação, que limitam, cada vez mais, o movimento do corpo e o movimento da vida. Destarte, o voo não termina aqui, outras rotas aéreas podem surgir!

Referências

- Alves, L. (2020). Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Educação*, 8(3), 348–365. doi:[10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-36](https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-36)
- Aragaki, S.S., Lima, M. L. C., Pereira, C. C Q., & Nascimento, V. L. V. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 57-72). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C. D., Pascual, J. G., Colaço, V. D. F. R., & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21, 174-181. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/khM5xdjJcJdmJX9rDkwJrKD/?format=pdf&lang=pt>
- Barros, M. I. A. (Org.). (2018). *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Alana.
- Bitencourt, J. V., & Pinto, A. L. (2020). Educação infantil: possibilidades de experiências com elementos naturais em escolas urbanas. In Damasceno, M. M. S. (Org.), *Relação sociedade-natureza, saúde e educação: reflexões multidisciplinares* (pp. 43-55). Crato, CE: Quipá.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf
- Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular* (2ª Versão). Brasília: MEC. Recuperado de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Brasil. (2020). *Parecer CNE/CP nº 9/2020, Conselho Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação-MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192
- Campos, H. R., & Facci, M. G. D. (2017). Educação e constituição do sujeito. In G. A. Beatón, L. M. C. Calejon, & M. F. Elejalde (Orgs.), *Enfoque histórico-cultural: problemas de las prácticas profesionales* (Vol. 2) (pp. 163–176). São Paulo: Terracota Editora e Serviços LTDA.
- Castro, M. A. de, Vasconcelos, J. G., & Alves, M. M. (2020). Estamos em casa! Narrativas do cotidiano remoto da educação infantil em tempo de pandemia. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Revista Pemo*, 2(1), 1–17. doi:[10.47149/pemo.v2i1.3716](https://doi.org/10.47149/pemo.v2i1.3716)
- Cidreira-Neto, I. R. G., & Rodrigues, G. G. (2017). Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 6(2), 142–156. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu>
- Diniz, R. F. (2015). *Experiências de vida e a formação do compromisso pró-ecológico* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil). Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19885/1/RaquelFariasDiniz_TESE_unprotected.pdf

- Diniz, R. F., & Pinheiro, J. Q. (2014). Cuidado ambiental em tempos de sustentabilidade: relação entre compromisso pró-ecológico e orientação de futuro. *Psico*, 45(3), 387-394. Doi: 10.34117/bjdv6n12-345
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lima, I. B. (2020). *A criança e a natureza: experiências educativas como caminhos humanizadores*. Curitiba: Appris.
- Louv, R. (2016). *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Perspectiva histórico-cultural do Desenvolvimento Humano. In Dazanni, M. V., & Souza, V. L. T. (Orgs.). *Psicologia Escolar Crítica: Teoria e Prática nos Contextos Educacionais* (pp. 37-56). Campinas, SP: Alínea.
- Montessori, M. (1965). *Pedagogia científica: a descoberta da criança* (A. A. Brunetti, Trad.). São Paulo: Editora Flamboyant.
- Moura, G. P. M., & Carvalho, A. P. B. (2021). Um olhar sensível para a educação infantil durante o ensino remoto. In *Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre* (Vol. 1, No. 12). Recuperado de <https://eventos.textolivre.org/moodle/mod/forum/discuss.php?d=1626>
- Negreiros, F., & Fonseca, T. S. (2019). Como elaborar uma pesquisa em Psicologia Escolar fundamentada no Método Histórico-Cultural? In F. Negreiros, & J. R. Cardoso (Orgs.), *Psicologia e Educação: conexões Brasil* (pp. 460–483). Teresina: EDUFPI.
- Nogaro, A., Anese, R. A., & Ferrari, R. de F. (2020). A atualidade de montessori: evidências a partir da investigação das práticas pedagógicas na educação infantil. *Vivências*, 17(32), 113–128. doi:[10.31512/vivencias.v17i32.140](https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i32.140)
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362–371. doi:[10.1590/1807-03102015v27n2p362](https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362)
- Profice, C. (2016). *As crianças e a natureza: reconectar é preciso*. São Paulo: Pandorga.
- Rego, T. C. (2017). *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação* (25ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Saviani, D. (2014). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (11ª ed. rev.). Campinas: Autores Associados.
- Tiriba, L. (2018). *Educação Infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas e libertárias* (1ª ed). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Tiriba, L., & Profice, C. C. (2019). Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento1. *Educação & Realidade*, 44(1). doi:[10.1590/2175-623688370](https://doi.org/10.1590/2175-623688370)
- Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente* (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem* (Vol. 4). São Paulo: Martins Fontes.

SCHOOL LEARNING, CHILDHOOD AND NATURE: MEANINGS ATTRIBUTED BY MOTHERS AND FATHERS OF CHILDREN FROM AN EARLY CHILDHOOD EDUCATION INSTITUTION

Abstract

This study investigated the meanings attributed by mothers and fathers of children about school learning in contact with the nature of an Early Childhood Education school in Piauí. semi-structured interviews were carried out with six participants, consisting of questions about learning, contact with nature, and outdoor educational experiences. Data analysis was carried out from Historical-Cultural Psychology, aiming to understand the procedural nature of the phenomenon. The results pointed to units of analysis that show the potential of contact between the child and nature in the constitution of school learning. Conceptions of nature also emerged from the meanings attributed by the participants. It is expected to encourage reflections and actions that favor the approximation between the child, school and nature.

Keywords: school learning; nature; fathers; mothers; Child education.

MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: FORMAS DE NORMALIZAR COMPORTAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marta Solange Streicher Janelli da Silva²³

Meiridiane Domingues de Deus²⁴

Luciane Prado Kantorski²⁵

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a medicalização da educação e suas formas de normalizar comportamentos no contexto escolar. Participaram da pesquisa 27 profissionais da educação e 4 técnicos do Centro de Atendimento de Saúde de uma escola de um município do Rio Grande do Sul. Foram realizadas 31 entrevistas discursivas sobre medicalização na educação, dificuldades de aprendizagem e estratégias de auxílio aos estudantes no período outubro a dezembro de 2017. Os resultados evidenciam que a medicalização foi uma alternativa de auxílio no processo de aprendizagem dos/as discentes. Destaca-se a culpabilização da família pela incidência de comportamentos desviantes e/ou inadequados no ambiente escolar. Conclui-se que é necessário analisar a complexidade relacionada a expressão de comportamentos tidos como inadequados dos estudantes.

Palavras-chave: medicalização; educação; escola.

²³ Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

²⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

²⁵ Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

Endereço para correspondência: Universidade Federal de Pelotas, Curso de Psicologia, Avenida Duque de Caxias, 250, Bairro: Fragata, CEP 96030-001 – Pelotas, RS, e-mail: martajanelli@hotmail.com

Introdução

A escola é uma instituição que deve ser entendida por meio das políticas educacionais, histórico da sua fundação, pelo seu papel enquanto referência na educação e estimulação do processo ensino-aprendizagem, como também, pelos aspectos ideológicos e sociais que a circundam (Patto, 2008). Neste sentido, a instituição escolar também se configura como gestora e administradora de corpos em desajuste, de modo a produzir saberes disciplinares relacionados aos discursos sobre a infância (Foucault, 1982). Além disso, produz e reproduz processos patologizantes com objetivo de corrigir comportamentos e atitudes desviantes, ou seja, àqueles tidos como socialmente inadequados.

O imperativo de institucionalizar o meio escolar através da disciplina, com foco no controle e na ordem, resultou no surgimento da indisciplina. Assim, constitui-se uma das principais queixas entre os/as professores no meio escolar. Junto disso, há uma justificativa de que os/as alunos/as são agitados/as e não correspondem aos pedidos solicitados pelos/as professores/as, além da ocorrência de brigas entre colegas nos intervalos. Essas questões evidenciam o desejo dos/as professores/as em tornar esses comportamentos disciplinados (Silva, 2018). Neste contexto, comportamentos rotineiros e próprios da infância podem ser indicativos de transtornos psicopatológicos, de modo que os/as professores/as encaminhem os/as estudantes para avaliação com outros profissionais como psicólogos/as, psiquiatras, neurologistas, a fim de minimizar essas condutas e normalizar seus comportamentos.

A história do fracasso escolar adverte para a ocorrência de encaminhamentos pautados pela exclusão e sofrimentos dos/as estudantes no contexto escolar. Ainda se observa concepções sobre o fracasso escolar com justificativas de que se deve a disfunções biológicas e neurológicas, doenças do não aprender como o Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a dislexia e outros distúrbios de aprendizagem (Calado, 2014). Neste cenário, a medicina ganha destaque, visto que pode vislumbrar para mães, pais e professores soluções rápidas para o “problema” de aprendizagem da criança (Cruz, Okamoto, & Ferrazza, 2016). O surgimento do diagnóstico como possibilidade de solução para comportamentos desviantes e/ou diferentes invisibiliza a subjetividade e características das pessoas. Assim, a criação de categorias descritivas no âmbito

psiquiátrico visa a manutenção da objetividade e confiabilidade dos diagnósticos, com ênfase na constatação de sinais e sintomas de doenças que desconsideram a história e a vivência das crianças (Rocha & Cavalcanti, 2014). O uso de medicação que se caracteriza como algo frequente no âmbito escolar, tem grande força e pode desconsiderar questões relacionadas ao contexto em que as crianças e suas famílias vivenciam, privilegiando o saber de especialista, principalmente relacionados a psiquiatria (Cruz et al, 2016).

No início do século XX, o discurso higienista começou a inserir a medicina no meio escolar. Para isso, os/as professores/as passaram a ser treinados/as como observadores da saúde ou das patologias dos/as alunos/as. Nessa época, os/as médicos/as higienistas acreditavam que educação sanitária, difundida no ambiente escolar, serviria para multiplicar hábitos saudáveis para todo contexto social, visto que os/as estudantes levariam esse aprendizado para seu grupo familiar. Assim, carregados de concepções patologizantes mascaravam os problemas do contexto escolar, dando ênfase a técnicas psicométricas a fim de encontrar respostas individuais para problemas sociais (Cruz et al, 2016).

A determinação de diagnósticos que desconsideram o contexto e os diversos fatores que circundam a vida das crianças e suas famílias, pode resultar em implicações na sua autopercepção (Vizotto & Ferrazza, 2016). Na constatação de um diagnóstico realizado pelo médico, o sujeito pode agregá-lo a sua identidade, de tal modo que possa utilizá-lo como referência e com isso, poderá moldar seus comportamentos futuros (Banzato & Pereira, 2014).

A medicina e a psiquiatria, muitas vezes, produzem esses processos ao criarem diagnósticos que podem justificar problemas relacionados ao ambiente escolar (Cruz et al, 2016). Os espaços escolares têm denunciado que um número expressivo de crianças com diagnósticos variados, endossados pelo discurso médico, muitas vezes ancoram situações advindas da trajetória e questões da vida contemporânea (tristeza, cansaço, agitação, dificuldades de aprendizagem, etc.) a conceitos como depressão, bipolaridade, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (Silva, 2018). E é este contexto, o local da medicalização da educação.

Na área da Educação é expressivo o aumento de diagnósticos, principalmente relacionados às crianças que são medicalizadas, geralmente em decorrência da constatação de transtornos de aprendizagem, o que pode caracterizar essa fase histórica de “Era dos transtornos” (Firbida & Vasconcelos, 2019). A medicalização da vida tem sido uma das expressões mais evidentes da biopolítica (Nardi & Silva, 2005). Foucault (1982) já ao final da década de 1970, aprofunda a noção de biopolítica, de modo a explicitar como a industrialização e a força de trabalho passaram a ser a sustentação do poder do estado. O autor afirma que a biopolítica se estende às regulações que esse poder exerce sobre a população. Sob esta ótica, quanto mais o médico fizer parte de nossa vida, mais teremos a possibilidade de tê-la “normalizada”. Assim, a medicalização refere-se a um processo ideológico que busca soluções de aspectos sociais de modo a transformá-las em questões biológicas (Firbida & Vasconcelos, 2019; Gomes & Simoni-Castro, 2017).

Neste sentido, atualmente, a medicalização na escola se deve aos discursos de médicos/as, psicólogos/as e professores quanto ao comportamento considerado, por eles, como inadequado. Há uma tendência a relacionar a falta de comportamento, a indisciplina e o não aprender a ocorrência de transtornos relativos ao comportamento e/ou aprendizagem (Gomes & Simoni-Castro, 2017). A aproximação entre a Medicina e a Educação contribuiu para a constituição da Psicologia, tendo influências do movimento higienista e eugenista, visto que enalteciam o melhoramento racial, e a escolha das pessoas mais “capacitadas” e desenvolvidas, além da necessidade de mensuração das questões relativas à saúde mental por meio do uso de testes e instrumentos psicológicos (Firbida & Vasconcelos, 2019).

No contexto escolar atual, é comum partir para prescrição médica para sanar um problema que na maioria das vezes possui questões mais complexas envolvidas. Salienta-se que diversas áreas do conhecimento contribuem para essa visão reducionista, destaca-se a Medicina e a Psicologia que em vários períodos históricos contribuíram para mascarar contextos e desigualdades sociais, e com isso, responsabilizar as pessoas pelo seu fracasso no âmbito escolar (Firbida & Vasconcelos, 2019). É importante compreender os contextos de vida das crianças e suas famílias, promover a escuta para o conhecimento dos fatores e questões envolvidas na queixa escolar, como também, estimular a luta contra o processo de medicalização da existência (Silva, Rodrigues, & Mello, 2018). Assim, esse trabalho tem

como objetivo analisar a medicalização da educação e suas formas de normalizar comportamentos no contexto escolar de acordo com os discursos de profissionais da área de educação.

Método

Participantes

Participaram do estudo trinta profissionais que atuam na área de educação. A amostra foi composta por professores (n=17), orientadores/as educacionais (n=4), monitora (n=1), psicólogos/as (n=2), psiquiatra (n=1) e neurologista (n=1) e técnicos/as do Centro de Atendimento de Saúde Escolar (CASE) (n=4). A idade dos participantes variou entre 32 a 66 anos. O tempo médio de experiência no trabalho variou de 8 meses a 36 anos, sendo a média aproximadamente 20,72 anos (DP=10,25). Os participantes tinham como regime de trabalho, 73,33% estatutário e 26,67% celetista. Os professores dessa amostra tinham em média 40 alunos por sala de aula, sendo o mínimo de 20 e o máximo de 60 estudantes. A integração dos profissionais do Centro de Atendimento de Saúde Escolar (CASE) à amostra, justifica-se pela demanda recebida por esses técnicos de encaminhamentos a escola para avaliação e intervenção com os alunos quando necessário. Os critérios de inclusão da amostra foram: ser trabalhador/a em uma escola municipal de um município do Rio Grande do Sul, por um período mínimo de dois anos. Quanto os critérios de exclusão referem-se a não ter vínculo empregatício com a Prefeitura do município, estar afastado por licença médica ou férias. Neste estudo, os participantes da pesquisa serão identificados por P e enumerados de acordo com a realização das entrevistas para que seja preservada sua identidade e anonimato, variando de P1 a P31.

Instrumentos

Foi utilizado uma entrevista discursiva cujas questões norteadoras foram relacionadas aos dados pessoais dos participantes (nome, função exercida na escola, formação profissional, tempo de experiência profissional e número de alunos que atende diariamente) e também, em relação a medicalização na educação, as dificuldades de

aprendizagem e estratégias utilizadas para o auxílio dos alunos. As entrevistas foram realizadas individualmente e nas dependências da escola em que os participantes trabalhavam, sendo previamente agendadas. O tempo de duração foi de 45 minutos a 1h20 aproximadamente. As entrevistas foram gravadas e posteriormente, transcritas.

Procedimentos

Os dados foram coletados, no período de outubro a dezembro de 2017. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de um município do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se por ser uma instituição de grande porte, visto que possui aproximadamente três mil alunos distribuídos nos três turnos e atende desde a Educação Infantil (Pré-escola) até o Ensino Médio, além de oferecer o Curso Normal com habilitação em Anos. Assim, foi possível obter autorização institucional da Secretaria de Educação e Desporto, e a partir disso, a concordância da equipe diretiva da escola, composta por coordenadores, professores, orientadores educacionais e uma cuidadora, para a realização do estudo. Já em relação a integração dos profissionais do CASE, a autorização foi possível por meio do contato com a coordenadora geral do Centro e demais colaboradores, assim foram realizadas entrevistas com a coordenação geral do serviço, uma psicóloga, uma psiquiatra e um neurologista.

Após esse procedimento, obteve-se a autorização do Comitê de Ética de uma Universidade Federal do Sul do Brasil por meio do CAAE: 61441616.9.0000.5317 e seu número de parecer: 1.830.438. Com isso, os participantes foram convidados a participar da pesquisa, considerando as considerações bioéticas na realização de pesquisa com seres humanos, preconizadas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas com seres humanos (Brasil, 2012). Na realização da pesquisa foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde foi possível obter informações sobre a pesquisa e após a sua aceitação do estudo, prosseguiu-se a realização da entrevista.

Análise das informações

A análise das informações foi realizada por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Esse tipo de análise, desdobra-se em três etapas: pré-análise, exploração do material (seleção e organização dos conteúdos) e interpretação dos dados obtidos. A figura 1 apresenta a síntese das informações, explicitando o objetivo, os participantes, instrumentos e resumo dos resultados obtidos no estudo que serão discutidos a seguir.

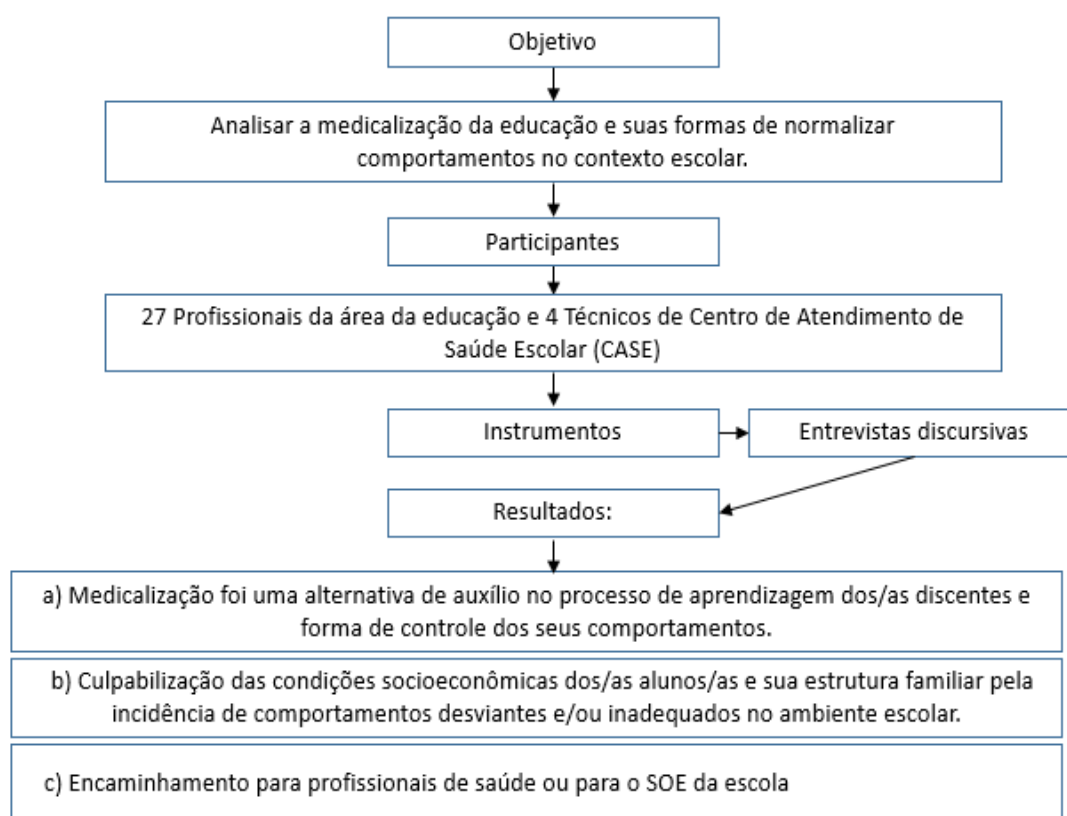


Figura 1. Síntese das informações do artigo

Fonte: autores

Resultados e discussão

Os resultados do estudo relacionaram-se a análise sobre as formas de lidar com o comportamento desviante, práticas de encaminhamento para profissionais de saúde e uso de medicação. Alguns participantes afirmaram que o encaminhamento para profissionais

de saúde, é uma forma de lidar com problemas comportamentais e de aprendizagem dos/as estudantes. Além disso, a medicalização foi tida como uma alternativa de auxílio no processo de aprendizagem dos/as estudantes.

Na constatação de comportamentos tidos como diferentes ou desviantes por parte dos/as discentes, avalia-se a necessidade de atendimento pedagógico individualizado. Neste caso, algumas vezes, os professores utilizam recursos ou avaliações pedagógicas diferenciadas em sala de aula. No entanto, quando avaliam que essas metodologias não estão contribuindo para a melhora da situação, realizam o encaminhamento do aluno para o SOE da escola, solicitando apoio pedagógico, professor auxiliar e encaminhamentos para supervisão/coordenação pedagógica e direção a fim de promover um encontro para conversar com familiares e/ou responsáveis. Dessa forma, o professor sugere o atendimento de profissional especializado, e muitas vezes, conta com o trabalho pedagógico da Sala de Recursos da escola.

Em alguns casos, as escolas tendem a culpabilizar as condições socioeconômicas dos alunos e sua estrutura familiar, por vezes considerando pouco afetivas, ausentes e desestruturadas em razão dos comportamentos tidos como desviantes. Essa questão favorece a criação de estigmas relacionados a crianças saudáveis, o que pode contribuir para um olhar que reforce a presença de doença no comportamento dessas pessoas (Silva et al, 2018). Dessa forma, os estudantes podem ser classificados como “problemáticos”, “bagunceiros”, “incapazes”, ou ainda como alguém que causa constrangimento e/ou vergonha em relação aos outros colegas da turma. Assim, podem ser suscetíveis ao processo de medicalização. Infelizmente, alguns profissionais e familiares parecem usar a ‘moldura do patológico’ para fazer as suas avaliações e seus diagnósticos. Tal como afirma o P7:

alguns hiperativos, temos que conversar com a família, chamar para bater um papo! Explicar que ele está muito agitado, que ele tem que se controlar, perguntamos se a família sabe que ele é agitado. (...) o senhor não percebeu alguma coisa do seu filho desde pequeno, como ele é?”. Não, tem uns que parece que não querem enxergar, mas outros percebem a aí se abrem, dizem: “não, mas

ele toma remédio, agora nós paramos porque a médica especialista, neurologista, psiquiatra, tirou a medicação para ver como ele vai se comportar” e eu digo: “olha, mas infelizmente, ele ao invés de melhorar, piorou”.

Percebe-se que o discurso de P7 reafirma a responsabilidade dos pais e mães em relação aos comportamentos do filho, e ainda, questionar a eficácia do tratamento orientado pelo especialista. Isso reforça a legitimação por parte da sociedade sobre o saber médico especializado. Assim, a ordem estabelecida na escola segue um caminho: procurar os serviços de saúde, a fim de garantir a imediata solução do “problema” da criança”. É urgente romper com este olhar que patologiza o/a aluno/a agitado/a, na tentativa de normatizar condutas. Além disso, torna-se incoerente posições passivas dos professores, os quais imaginam que ao entrarem em sala de aula os/as alunos/as reprimam suas formas de ser e adaptem-se às regras e normas da instituição.

Na contemporaneidade, é importante refletir sobre o avanço das tecnologias nos diversos cenários que circundam a vida das pessoas. O uso da internet favorece práticas imediatistas de acesso à informação e forma padrões subjetivos (Vizotto & Ferrazza, 2016). Exemplo disso, é o aumento de brinquedos tecnológicos que influenciam o modo de brincar e interagir das crianças nos variados contextos em que está inserida (Benedetti et al., 2018). Assim, essas questões podem trazer importantes implicações para o comportamento e modo de agir das crianças no contexto escolar.

Um estudo realizado por Vizotto e Ferrazza (2016) com objetivo de pesquisar prontuários de um serviço de saúde mental no interior de São Paulo, constatou que uma das principais queixas escolares apresentada por professores e psicopedagogos referiu-se a dificuldade dos alunos em manter atenção, comportamentos impulsivos e agitados. Neste cenário, a escola pode tornar-se desinteressante na medida em que exige que os alunos fiquem quietos, sentados e prestem atenção em conteúdos e metodologia de ensino descontextualizadas com a sua realidade (Souza, 2007). Assim, a realidade das escolas, como instituição disciplinar, tradicional e com utilização de métodos conservadores (Vizotto & Ferrazza, 2016), vai ao encontro da produção do fracasso escolar (Viégas & Oliveira, 2014).

Neste sentido, os alunos identificados com comportamentos desviantes ou dificuldades de aprendizagem, muitas vezes, são encaminhados ao médico. E juntamente com a escuta da família em relação ao comportamento da criança, geralmente, realiza-se a prescrição de medicamentos (Benedetti et al., 2018).

Nesta perspectiva da medicalização, P20 e P32 afirmam que:

Quando uma criança é hiperativa, daquelas que tu tem que falar várias vezes senta, copia, faz tal coisa, o déficit de atenção é algo assim, porque tu tá sempre chamando atenção da criança e é uma coisa que ela não tem controle, então nesse caso, a medicação ajuda a dar aquele foco sabe, mas também não é sempre (P20).

eu tenho um menino na tarde, que ele precisa tomar, ele necessita tomar medicação. E aí, eu acabo ministrando esses remédios, porque o horário em que ele tá na escola, ele tem que tomar medicação, e com o consentimento dos pais, e tal. Eu percebo, que quando ele não toma medicação, quando a família não dava medicação, ele era outra criança. Ele toma Ritalina, para se concentrar (P32).

O relato dos profissionais reforça a necessidade de medicalização dos alunos como forma de controle dos seus comportamentos. Percebe-se no discurso dos profissionais que os remédios parecem ser um recurso a mais para que a aprendizagem ocorra. Salienta-se que já existiam registros de pesquisas sobre crianças agressivas com dificuldades de controlar seus impulsos no século XIX. Mas, o início década de 1970, foi caracterizado pela preocupação por parte dos pesquisadores em relação ao crescimento de casos de Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Já nos anos 90, os estudos destacaram como uma das principais causas de encaminhamento para profissionais de saúde, casos de TDAH. Em alguns casos de TDAH, o tratamento farmacológico torna-se “imprescindível” e o medicamento recomendado é o metilfenidato, comercializado no Brasil como Ritalina®, Ritalina LA®6 e Concerta® (Anvisa, 2017).

Outros relatos foram relacionados a medicação como um dispositivo positivo no auxílio a aprendizagem: “acho que a medicação é importante, vejo casos que não tem com não medicar” (P34); “eu percebo que tem muitos casos que se a pessoa não tivesse necessidade do remédio, ela teria determinadas complicações que também perceberíamos (P13). A prática frequente na área de educação para resolver problemas de comportamentos e de aprendizagem dos alunos é a ancoragem no discurso médico, o que leva a medicalização da educação (Meira, 2012).

Embora, vários profissionais tenham referenciado a medicalização como uma oportunidade de resolver o comportamento desviantes, não se pode generalizar que todos professores concordem com a forma que vem sendo utilizada. Tal como relatado pelos participantes:

Poxa vida, tem crianças que são crianças, são arteiras, não precisa tomar medicação. Mas tem colegas que acham que o menino tem distúrbio, que o menino é hiperativo, que o menino tem déficit de atenção, às vezes são só crianças. Às vezes, eles não só querem, a escola não é teu tipo. Hoje a escola não é atrativa, não tem ferramentas que possam cativar esse aluno. E a criança só quer ser criança, quer brincar, quer se divertir, quer fazer outra coisa (P11).

eu acho que não pode fugir assim, não pode passar da regra porque muitos professores e são muitos que acreditam que os alunos tem que ser aquelas múmias, sentadinhos em sala de aula, o que não é. E não quer dizer que um aluno que está conversando, que é mais agitado, que tenha também uma deficiência. Eu penso assim, acho que não dá para radicalizar, tem que tomar medicamento (P9).

Meira (2012) infere que patologizar o aluno como indisciplinado em vez de buscar entender o motivo de suas diferentes atitudes e contextos, pode produzir, na verdade, a

indisciplina escolar. A patologização é uma forma de vigilância hierárquica que, mesmo sendo o aluno medicalizado, tem-se uma sanção normalizadora.

O poder que se propõe a ordenar um padrão de normalização entre os alunos, dando ênfase na formação do exercício do poder desempenhado pelos profissionais da área médica. Para Foucault (2012), “não são os códigos que regem a sociedade, mas a distinção permanente entre o normal e o patológico, a tarefa perpétua de restituir o sistema de normalidade” (p. 50). Assim, o autor salienta as consequências desse processo, a medicalização indefinida, na medida em que a medicina se impõe a sociedade com autoridade, ou seja, o domínio da intervenção da medicina já não concerne apenas às enfermidades, mas a vida em geral. Foucault (2012) reitera que “hoje, a medicina está dotada de um poder autoritário com funções de normalização que vão mais além da existência das enfermidades e da petição do enfermo” (p. 50). De acordo com o autor, há uma busca de normalização desempenhada pelos saberes, seja pela psiquiatria ou psicologia, na qual tende, lamentavelmente, medicalizar a sociedade. Tal como fica evidenciado na fala de P7:

tem alunos que tomam Ritalina e trabalham normalmente, com dificuldade, hiperatividade, mas outros dormem e dormem de tu ter que sacudir e acordar, mas assim dormir, de se babar. Eu vou lá converso, acordo, levo para tomar água, lavar o rostinho, eles sentam meio assim aí eu converso com o pessoal da direção, sento um pouquinho até ele se reanimar.

Nesta fala pode-se perceber a importância do cuidado na prescrição da medicação em crianças, visto que seus efeitos colaterais são diversos e exigem que se tenha conhecimento de como agir frente ao uso de medicamentos, os quais tendem a tirar o/a aluno/a de sua condição natural de interação no ambiente escolar. Destaca-se que neste caso, o professor demonstra sua impotência frente aos efeitos colaterais da droga, no que se refere ao uso de Ritalina.

A impossibilidade de perceber e caracterizar as sensações físicas e psicológicas como normais, entre elas, tristeza e insônia, traduzem uma “epidemia” de diagnósticos e

com isso, produz uma “epidemia” de tratamentos, que se tornam prejudiciais a se ter uma vida saudável, principalmente em situações em que não são necessários. Neste contexto, salienta-se a necessidade do cuidado da saúde mental dos discentes, mas também dos docentes, visto que se encontram, muitas vezes, com cansaço físico, sobrecarga emocional e estresse vivenciado em sua rotina cotidiana de trabalho no contexto educacional (Sadoyama et al, 2020). Além disso, ainda trabalham em ambientes precários que impacta as relações e favorece o adoecimento mental e aumenta a incidência do surgimento da síndrome de *Burnout* (Sousa & Negreiros, 2020).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a medicalização da educação e suas formas de normalizar comportamentos no contexto escolar de acordo com os discursos de profissionais da área de educação. Os resultados evidenciam que os participantes da área de educação afirmaram a realização de encaminhamentos das crianças a profissionais de saúde, como forma de lidar com problemas comportamentais e de aprendizagem dos estudantes. Além disso, salientaram que a medicalização foi tida como uma alternativa de auxílio no processo de aprendizagem dos discentes. Em outros casos, na evidência de comportamentos diferentes e/ou desviantes dos (as) alunos (as) é avaliado o encaminhamento para atendimento pedagógico individualizado ou utilização de metodologias de ensino que contribuam para a melhora dos comportamentos dos estudantes. Os resultados também destacam a culpabilização da família por suas condições socioeconômicas, configuração e dinâmica pela incidência de comportamentos desviantes e/ou inadequados no ambiente escolar. No contexto escolar a medicalização é tida como a forma de controle dos comportamentos dos discentes.

Destaca-se a necessidade de análise das condições de ensino e estrutura do contexto escolar para os estudantes e, as metodologias utilizadas em sala de aula. Salienta-se a necessidade de compreender a complexidade relacionada a expressão de comportamentos tidos como desviantes e/ou inadequados dos estudantes. E também, o contexto de vida dos/as estudantes, bem como, a realidade de ensino e aprendizagem em que estão inseridos. Assim como, a necessidade de mudanças na formação e educação

continuada dos professores e profissionais da área da educação a fim de possibilitar um maior preparo e condições para elaborar propostas e caminhos que venham a reduzir a medicalização no contexto escolar. Salienta-se que há um aumento expressivo do uso de medicações por professores, bem como, depressão, ansiedade e síndrome de pânico, em função do cotidiano e demanda de trabalho nas escolas.

As limitações desse estudo referem-se à realidade de uma escola, o que limita a explicitação dos dados dos profissionais a fim de manter o sigilo das identidades. Outra questão refere-se ao estudo ser realizado em somente uma escola, o que não possibilitou conhecer a realidade de outros espaços.

Reforçar-se que culpabilizar as famílias não é um caminho que resulta em uma solução para essa questão complexa, do mesmo modo, as famílias atribuir culpa no contexto escolar. É necessário a realização de pesquisas de análise do contexto escolar tendo como participantes a comunidade escolar, professores, pais e mães, responsáveis, funcionários das diferentes áreas, como também, os próprios estudantes, a fim de que possa compreender a complexidade que envolve as relações escolares. Além disso, é necessário abordar questões contextuais da realidade escolar, bem como, características socioeconômicas e questões raciais relativas aos atores escolares, principalmente dos alunos/as e suas famílias e que essas questões sejam articuladas as avaliações dos/as estudantes e seus comportamentos na escola. Neste contexto, é necessário perceber que a medicalização deve ser uma via de auxílio para casos específicos de acordo com a avaliação das questões complexas relacionadas a vida nos estudantes e suas famílias, mas não a solução para a maioria dos casos.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2017). *Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde*. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/f9021b8047aad12aa094af917d786298/brats23.pdf?MOD=AJPERES>.
- Banzato, C. E. M., & Pereira, M. E. C. (2014). O lugar do diagnóstico na clínica psiquiátrica. In: Zorzanelli, R.; Bezerra Júnior, B. & Costa, J. F. (Org.). *A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea* (pp.35-53). Rio de Janeiro: Garamond.

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.
- Benedetti, M. D.; Bezerra, D. M. M. M.; Telles, M. C. G., & Lima, L. A. G. (2018). Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 73-81. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018010144>
- Calado, V. A. (2014). Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 567-569. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183828>
- Cruz, M. G. A., Okamoto, M. Y., & Ferrazza, D. A. (2016). O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 20(58), 703-714. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0575>
- Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2019). A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392019016120>
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2012). *Ditos e Escritos: estratégia, poder-saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gomes, A. C. V. & Simoni-Castro, N. (2017). Medicalização Escolar em Periódicos de Psicologia e Educação no Triênio 2010-2012. *Psico-USF*, 22(3), 425-436. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220304>
- Meira, M. E. M. (2012). Crítica da medicalização na educação. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 135-142. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Fbgwty4bzXgVTcdqwjFQNHK/?lang=pt&format=pdf>
- Nardi, H. C.; Silva, R. N. (2005). Ética e subjetivação: as técnicas em si e os jogos de verdade contemporâneos. In: Guareschi, N. M. F.; Huning, S. M. (Orgs.). *Foucault e a Psicologia*, Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Patto, M. H. S. (2008). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Caso do Psicólogo.
- Rocha, A. M. & Cavalcanti, A. E. (2014). Riscos do uso de diagnóstico na infância. In: Zorzanelli, R.; Bezerra Júnior, B.; Costa, J. F. (Orgs.). *A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea* (pp. 9-31). Rio de Janeiro: Garamond.
- Sadoyama, A. S. P. et al. (2020). A influência da vulnerabilidade ao estresse em professores da rede pública de ensino. *Revista de Psicologia, Educação e Cultura*, XXIV(2), 8-21. Disponível em: <http://pec.ispgaya.pt/edicoes/2020/PEC2020N2/mobile/index.html#p=8>.

- Silva, M. S. S. J. (2018). *A medicalização na educação: um estudo sobre as formas de normalizar os comportamentos na escola*. (Tese de Doutoramento). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS.
- Silva, C. M., Rodrigues, R. C., & Mello, L. N. (2018). Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta as questões comportamentais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(3), 738-754.
- Sousa, Y. L. G., & Gomes, F. (2020). Adoecimento docente na rede pública de ensino: Revisão Sistemática de Literatura. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, XXIV(2), 38-54. Disponível em <http://pec.ispgaya.pt/edicoes/2020/PEC2020N2/mobile/index.html#p=38>.
- Souza, B. P. Apresentando a orientação à queixa escolar. In: Souza, B. P. *Orientação à queixa escolar*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2007.
- Viégas, L. D. S., & Oliveira, A. R. F. (2014). TDAH: Conceitos Vagos, Existência Duvidosa. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(1), 39-58. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2736>
- Vizotto, L. P., Ferrazza, D. A. (2016). Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde. *Estudo e Pesquisas em Psicologia*, 16(3), 1013-1032. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v16n3/n16a19.pdf>

MEDICALIZATION IN EDUCATION: WAYS TO NORMALIZE BEHAVIORS IN THE SCHOOL

CONTEXT

Abstract

This paper aimed to analyze the medicalization of education and its ways of normalizing behaviours in school contexts. Participants were 27 education professionals and 4 technicals from a Health Center Institution located in a city in the state of *Rio Grande do Sul*, Brazil. There were conducted 31 discursive interviews about medicalization in education, learning difficulties and strategies of student support during the period of October to December of 2017. The results demonstrate that the medicalization was an alternative of support in the students' process of learning. Besides that, the referral to individualized pedagogical appointment in those cases of diverse or different students behaviour. Thus, there is necessary to analyze the complexity regarding the expression of behaviours perceived as inappropriate for students.

Keywords: medicalization; education; school.

POBREZA MENSTRUAL E SOFRIMENTO SOCIAL: A BANALIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL

Rogers Alexander Boff²⁶

Jaqueline Bilhalva Maicá Brum²⁷

Ananda Nasai Machado de Oliveira²⁸

Sueli Maria Cabral²⁹

Resumo

A partir das transformações sociais, as mulheres conquistaram espaços de equidade social em relação aos homens; no entanto, muitas continuam a habitar zonas de vulnerabilidades, sejam por questões econômicas, sociais e/ou culturais. Diante disso, sofrem com a ausência de acesso a produtos de higiene menstrual, de infraestrutura sanitária apropriada e de conhecimentos indispensáveis para esse período do ciclo reprodutivo. Tal vulnerabilidade é denominada de pobreza menstrual. Nesse sentido, este estudo exploratório, amparado no método dedutivo e com suporte na revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar a pobreza menstrual no Brasil, e se essa vulnerabilidade ocasiona sofrimento social. Concluiu-se que as condições degradantes da vida geram a perda de objetos sociais das pessoas menstruantes e, com isso, emerge o sofrimento social.

Palavras-chave: Pobreza menstrual; Vulnerabilidade; Sofrimento social; Gênero.

²⁶ Mestrando do Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: rogers.boff@gmail.com

²⁷ Mestranda do Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: jaquebrum.psico@gmail.com

²⁸ Mestranda do Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: ananda-oliveira@hotmail.com

²⁹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Professora da Universidade Feevale/Programa de Pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Psicologia. E-mail: suelicabral@feevale.br

Endereço de correspondência: Universidade Feevale – Campus II, Prédio Lilás, Sala 200A – ERS-239, 2755|Novo Hamburgo-RS/Brasil – CEP 93525-075.

Introdução

O corpo carrega significados em diferentes perspectivas, que circulam do simbólico ao cultural, sendo atravessado também por desejos, valores, sentimentos, direitos e todas as possíveis dimensões que constituem o ser humano. Essas dimensões, ao longo do tempo, endossam a possibilidade de um reconhecimento coletivo, proporcionando a liberdade de ir e vir, pois a compreensão de um mundo diverso desobriga modelos de conduta que preservam a verdade absoluta. Assim, homens e mulheres podem ressignificar as histórias pessoais por meio de um olhar reflexivo, possibilitando, inclusive, o combate à violência (Butler, 2019b).

A sociedade é marcada por traços produzidos dentro do próprio processo social do sujeito, pois nenhum ser humano existe fora de um discurso que o constitui. Nesse sentido, a cultura reverbera os interesses sociais particulares, mobilizando modos de vida muito singulares. Por esses vieses, a questão de gênero se encontra interpelada, pois ser mulher ou ser homem está atravessado por diversos significados, entendimentos, compreensões acumuladas ao longo da história e da cultura, tendo em vista que as palavras homem e mulher estão para além do conceito de macho e fêmea biologicamente determinados (Connell & Pearse, 2015).

Nesse sentido, a participação feminina nunca esteve em posição privilegiada. Limitou-se, por muitos anos, a desempenhar um papel secundário, seja por causa das leis impostas ou pela força física, arraigado em um modelo cultural machista, em que as mulheres não podiam estudar e nem trabalhar, sendo suas tarefas restritas ao âmbito doméstico, que sequer era valorizado, pois sua força produtiva era desconsiderada (Dias, 2021).

O papel da mulher sofreu variações de acordo com a época e o lugar em que estava inserida, exigindo-se que as meninas fossem gentis, meigas e delicadas, não podendo falar palavrão, tendo que inclusive fechar as pernas para se sentar, adotando uma postura completamente domesticada. Esse estereótipo feminino implicou numa posição não autônoma. É como se a mulher precisasse renunciar partes de seu eu, em detrimento de corresponder ao que dela se espera, pois o que sempre assustou a sociedade não foi e nem é uma mulher independente financeiramente, mas sim uma mulher autônoma (Lins, 2014).

Nessa perspectiva, o presente artigo, um estudo exploratório, ancorado no método dedutivo e com suporte na revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar a pobreza menstrual no Brasil e demonstrar que essa vulnerabilidade, a qual advém de um contexto social, cultural e histórico, ocasiona a perda de objetos sociais e, consequentemente, o sofrimento social.

Tendo em vista esse contexto, busca-se trazer à luz os problemas enfrentados pelas meninas e mulheres brasileiras que vivenciam situações de insegurança menstrual, mas sem prejuízo do reconhecimento de que, além delas, existem outros grupos populacionais que também menstruam, como é o caso das pessoas trans e pessoas não binárias. Sujeitos esses que necessitam ter assegurado seus direitos e a dignidade menstrual para que possam menstruar sem ter seus direitos violados.

A fim de possibilitar tal discussão, apontam-se questões sobre o ser mulher na atualidade, discutindo-se questões de gênero e a constante luta por igualdade. Na sequência, a vulnerabilidade social é abordada através da situação da pobreza menstrual, além de apontamentos sobre o sofrimento social decorrente da perda de objetos sociais. Por fim, apresentam-se considerações finais com o objetivo de ampliar as discussões acerca do ser mulher nos seus espaços culturais, sociais, políticos e históricos.

Ser Mulher na Atualidade: uma Luta Constante por Igualdade

A partir dos movimentos feministas começou a ocorrer, no século XIX, importantes mudanças sociais e também se passou a ter a presença das mulheres na política. As conquistas femininas refletiram “[...] nas condutas individuais e nas coletivas, na legislação, na arte e no pensamento” (Strey, 2013, p. 156). Nesse percurso, já no século XX, as mulheres conquistaram direitos políticos, civis e sociais dentre os quais se destacam o direito ao trabalho, à educação, ao voto, à reprodução voluntária e à propriedade, bem como à liberdade de costumes, de se vestirem como quiserem e ao prazer sexual (Carvalho, 2017).

Paulatinamente, houve a proclamação de leis que passaram a garantir a igualdade de direitos e tratamento das mulheres em relação aos homens, levando o patriarcado ao declínio (Dias, 2021). Essa igualdade, de acordo com Strey (2013), não se refere apenas à jurídica, que sem dúvidas foi essencial nas reivindicações feministas, mas toda aquela do plano dos comportamentos e das mudanças sociais que permitiram que o discurso feminista atual não fosse mais o mesmo de outrora.

Nos dias de hoje, as mulheres, em plena condição feminina, fazendo parte da estrutura social, passaram a ocupar espaços relevantes que contribuem para sua emancipação pessoal e profissional (Dias, 2021). Apesar desses significativos avanços, ainda se têm enfrentado, em pleno século XXI, “[...] vários problemas sociais decorrentes da falta de equidade de gênero [...]” (Carvalho, 2017, p. 27). No Brasil, nem durante o período em que houve uma mulher à frente da

Presidência da República, foi possível se terem conquistas suficientes para que o país chegasse a uma justa equidade de gênero (Alves & Cavenaghi, 2013).

É importante destacar, nesse sentido, que, no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem com a separação ocupacional, com a dupla jornada de trabalho, com as discrepâncias salariais em relação aos homens, com a dificuldade de conseguirem uma colocação, principalmente em cargos de gestão e liderança, fazendo com que sua participação no mercado informal seja elevada (Mello & Marques, 2019). Além disso, quando se comparam homens e mulheres que residem juntos e estão ativos no mercado de trabalho, percebe-se que as mulheres trabalham mais do que os homens, e acabam tendo menos tempo para dedicar-se ao trabalho remunerado. Isso porque, além da jornada laboral, as mulheres cumprem com os afazeres domésticos. No que tange à educação, as mulheres possuem níveis de instrução superiores a dos homens, porém, observa-se que, quanto maior a escolaridade, maior é a desigualdade dos afazeres domésticos (IBGE, 2019).

Diante dessas desigualdades de gênero que persistem em nossa sociedade, o movimento feminista contemporâneo entende que essa luta não pode ser mais apenas das mulheres. É necessário o engajamento de homens e meninos para que ocorram avanços nessa caminhada incansável por igualdade. Com isso, a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, criou o movimento ElesPorElas (HeForShe), que “[...] é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade”. Para isso, busca-se uma abordagem inclusiva, pois somente assim acredita-se ser possível alcançar a igualdade de gênero. É sob essa ótica, que esse movimento objetiva “[...] novas relações de gênero sem atitudes e comportamentos machistas” (Organização das Nações Unidas, 2021a).

A igualdade de gênero também é uma questão de direitos humanos que afeta a todos nós – homens, mulheres, meninos e meninas. Portanto, toda a humanidade poderá ser beneficiada com a igualdade de gênero, tanto no âmbito social, quanto no político e no econômico. Não há dúvidas de que, “quando as mulheres têm o poder, toda humanidade é beneficiada. A igualdade de gênero liberta não só as mulheres, mas também os homens, de papéis sociais determinados pelos estereótipos de gênero” (Organização das Nações Unidas, 2021b).

Nessa direção, Butler (2019a) revela que a mulher acaba tornando-se um sujeito representante do feminismo. Para a autora, existe um tensionamento que se refere à posição de representação da mulher neste contexto, sendo necessário que se desenvolva uma linguagem

capaz de representar a mulher e completá-la de forma adequada. De tal modo, as qualificações de ser mulher têm que ser cumpridas para que a representação possa ampliar conceitos pré-estabelecidos. Essa construção de ser mulher revela a legitimidade de um lugar, mas também denuncia a exclusão de certas posições. Assim, a categoria de gênero mulher, como sujeito do feminismo, acaba sendo reprimida e produzida na mesma estrutura de poder que busca a sua emancipação. Estabelece-se, deste modo, um paradoxo, pois a mulher, ao buscar no feminismo uma identidade, corre o risco de desidentificar-se como sujeito.

A questão de gênero é uma construção cultural e se inscreve em corpos anatomicamente diferenciados. O sexo está como uma norma e uma prática regulatória que produz corpos, em que a diferença sexual está marcada no discurso e não na matéria (corpo). Assim, não existe uma explicação da ordem da matéria que garanta que ser mulher a tornaria necessariamente fêmea, pois o sexo é uma construção ideal que se materializa ao longo do tempo (Butler, 2019a; Butler, 2019b). Portanto, se gênero e sexo ocupam posições fixas ou livres, o que importa é o quanto o discurso será capaz de produzir sobre essas matérias. Assim, cabe ao discurso estabelecer limites, sugerir ou conservar certos dogmas como pressupostos de análise de gênero (Butler, 2019a).

Tomando a máxima de Foucault, Butler (2019a, p. 224) afirma que “[...] o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição cultural”. Nesse sentido, Silva et al. (2020) destacam que a questão da pobreza menstrual revela o corpo da mulher como cenário de vulnerabilidade. Sendo a menstruação parte da vida da maioria das meninas e mulheres, um fenômeno biológico, o qual deveria ser tratado com algo normal, infelizmente não é, pois, em pleno século XXI, ainda é vista como um tabu, permeado por vergonha e desinformação que precisam ser desmistificados (SILVA et al., 2020).

Tal problemática não se limita apenas à falta de acesso a itens básicos como absorventes e coletores menstruais, mas faz parte de uma série de condições precárias, como a falta de acesso à infraestrutura, banheiro com rede de esgoto, chuveiros e até ausência de conhecimentos sobre os cuidados envolvendo a própria menstruação (Assad, 2021), o que será abordado na seção seguinte.

Vulnerabilidade Social: A Pobreza Menstrual no Brasil

A questão social está atravessada por diferentes processos na sociedade, sendo acompanhada por inúmeras transformações e apontando para novas questões teóricas e metodológicas. As desigualdades e as injustiças, fruto desse processo, ocorrem pela constante

assimetria dessas relações sociais, em que a concentração de poder e riqueza de alguns setores e classes sociais sobressaem sobre os menos favorecidos. Nesse sentido, a questão social se estabelece como um ponto central, sobre o qual a própria sociedade se interroga quanto às suas fraturas e aquilo que é possível sustentar em coesão. Assim, com o declínio dos sistemas de proteção social, a vulnerabilidade social se coloca como amalgamada às questões sociais, que circulam entre o processo do vínculo histórico e as tensões geradas em torno da sociedade (Belfiore-Wanderley; Bógus; & Yazbek, 2019).

Nessa direção, Castel (1997, p. 26) assevera que a vulnerabilidade social é considerada “[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária”. Para o autor, a vulnerabilidade social está numa posição de estratégia, pois essa situação precária tensiona uma fragilidade dos indivíduos em qualquer situação de relação social. Ainda, a vulnerabilidade é uma zona de instabilidade que se situa entre a possibilidade de integrar o indivíduo na sociedade ou excluí-lo, provocando a problemática da marginalidade.

A pobreza menstrual revela também uma situação de vulnerabilidade social, pois deve ser analisada sob o viés de um conjunto de fatores que denunciam as mais diversas situações que são impostas a milhares de mulheres e meninas em todo o mundo. Essa temática vem ganhando a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2014, quando reconheceu publicamente a importância dos direitos das mulheres a uma higiene menstrual digna, que deve ser tratada como uma questão de saúde pública e de direitos humanos básicos. Esse reconhecimento foi um importante marco para a contribuição do debate público, que instituiu a data do dia 28 de maio como o Dia Internacional da Higiene Menstrual (Nery, 2019).

Infelizmente, mesmo com toda a relevância que o tema merece, os dados estatísticos divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, evidenciam que o problema da pobreza menstrual afeta diretamente a qualidade de vida de aproximadamente 12% das meninas em todo o mundo. Estima-se que uma a cada dez meninas deixam de ir à escola por estarem menstruadas. Essa situação provocada pela falta de absorventes impacta nos rendimentos acadêmicos, tendo em vista que essas meninas faltam à escola em média 45 dias do ano letivo (UNESCO, 2014).

No Brasil, essa problemática vem ganhando destaque desde antes da pandemia por Covid-19, mobilizando diversas discussões acerca da temática vulnerabilidade social, sob uma ótica multidimensional, a partir do recorte de gênero (Rocha et al., 2017). É possível perceber nos dados divulgados pelo IBGE (2021) sobre o desemprego no Brasil que, somente no primeiro trimestre de 2021, as mulheres foram as que mais foram afetadas pelas instabilidades do mercado de trabalho.

Esse cenário traz à tona a pobreza menstrual, tendo em vista que, sem emprego, não há dinheiro e, consequentemente, não se tem acesso a produtos de higiene pessoal (Assad, 2021). Além disso, Bahia (2021) aponta que há também a falta de infraestrutura adequada para o manejo da higiene menstrual, bem como a ausência de informações sobre a menstruação e cuidados com o próprio corpo.

Verifica-se, no relatório intitulado “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos”, realizado pela UNFPA, em parceria com o UNICEF, que, em maio de 2021, cerca de 60 milhões de pessoas que menstruam no país, 5% não possuem acesso a simples materiais de higiene e absorventes. Além disso, os dados apontam que 900 mil pessoas não têm acesso à água encanada em casa, e 6,5 milhões pessoas moram em casas sem rede de esgoto. Os dados vão além e demonstram que, das mais de 713 mil meninas e adolescentes brasileiras, entre 13 e 19 anos, declararam não possuir banheiro ou chuveiro dentro de suas residências. Destas, 88,7%, ou seja, mais de 632.000, não dispõem ao menos de qualquer tipo de instalações sanitárias nos locais onde habitam. Ademais, a pesquisa também verificou se essas meninas e adolescentes que não possuem banheiros em seus locais de habitação possuem alguma forma de sanitário ou fossa minimamente cercados por qualquer tipo de material. Os resultados demonstram que 395.000 afirmam possuir alguma forma de sanitário ou fossa, enquanto 237.548 disseram que defecam a céu aberto (UNFPA; UNICEF, 2021).

A pesquisa ainda traz o recorte de raça, mostrando que as condições são mais precárias para as meninas e adolescentes negras. As chances delas de não conseguirem ir ao banheiro são quase três vezes maiores do que entre as meninas brancas. Além disso, aproximadamente 24% das meninas e adolescentes brancas vivem em locais avaliados como sem estação de tratamento de esgoto. O número sobe para 37% para as meninas e adolescentes negras que vivem nas mesmas condições. Isso demonstra a dimensão do abismo social existente dentro dos mesmos grupos etários e sexuais (UNFPA; UNICEF, 2021).

Percebe-se, portanto, que as desigualdades sociais presentes no Brasil violam diversos direitos humanos de crianças e adolescentes que menstruam. Dentre eles, destacam-se a violação do direito ao saneamento básico, à água, à higiene, à saúde, à moradia, à escola de qualidade, entre outros (UNFPA; UNICEF, 2021).

Não há dúvidas de que os números chocam, pois evidenciam vivências em zonas de vulnerabilidade social, que só são vistas nas análises dos aspectos demográficos e socioeconômicos (Mello & Marques, 2019). No entanto, também há os fatores de vulnerabilidade social associadas às mais diversas situações de exposição a riscos à saúde, como nos casos de doenças

infectocontagiosas (SILVA et al., 2020), que são causadas pela falta de acesso à água canalizada, como é o caso dos mais de 900 mil domicílios brasileiros. Além disso, o país conta com 6,5 milhões de habitações sem qualquer tipo de ligação às redes de esgoto e saneamento, sendo essa uma realidade bastante marcante nas regiões norte e nordeste (UNFPA; UNICEF, 2021).

Nesse sentido, Mello e Marques (2019, p. 25) destacam que são milhares de pessoas que vivem sem acesso a recursos materiais e simbólicos fundamentais, o que acaba por minar o pleno desenvolvimento destes sujeitos, agravando seus processos de vulnerabilidade social. Diante disso, discutem-se os elementos que devem reger o papel do Estado, do mercado e da própria sociedade como agentes de mudança social, contribuindo para ampliar o entendimento acerca da necessidade de um conjunto de ações e de políticas públicas como “[...] forma de romper com a perpetuação de obstáculos que dificultam o acesso das mulheres a oportunidades sociais e econômicas”.

Insta salientar que movimentos sociais, pesquisadores e tantos outros agentes políticos encontram-se em luta para que se possam criar diálogos mais abertos sobre a menstruação (Semprelivre; Plan International, 2020), para que juntos mobilizem a sociedade para observarem estudos, como, por exemplo, os desenvolvidos por Bahia (2021), que revelam que 29% das mulheres adultas entrevistadas não tiveram dinheiro para comprar produtos higiênicos para o período menstrual em algum momento de suas vidas. Diante disso, 33% dessas mulheres revelaram utilizar, como substituto do absorvente, papel higiênico, roupas velhas ou toalhas de papel. Nesse sentido, Silva et al. (2020) destacam que a utilização desses substitutivos não é seguro para a saúde feminina, pois trazem riscos de doenças, sem falar do abalo psicológico que isso ocasiona, pois há a violação da dignidade humana dessas mulheres. Bahia (2021) ressalta que essa problemática não se limita apenas às mulheres adultas, mas a milhares de mulheres, meninas, homens transexuais, pessoas não binárias, sem falar das mulheres privadas de liberdade.

Insta salientar ainda que o destaque dado pela mídia acerca da pobreza menstrual tornou-se mais um instrumento de visibilidade e incentivo à criação de políticas públicas voltadas para as pessoas que não têm condições de vivenciar o período da menstruação com saúde e dignidade (Assad, 2021). Dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas, destacam-se algumas iniciativas governamentais estaduais e municipais, bem como a mobilização de movimentos sociais e coletivos feministas, que junto às organizações formais e o apoio da sociedade civil e da iniciativa privada, passaram a criar múltiplas campanhas de arrecadação e distribuição de absorventes e materiais de higiene para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social (Bahia, 2021).

Observa-se que esses movimentos têm grande apelo e comoção social, e vêm se concretizando como um braço importante ao combate dos efeitos negativos que a pobreza menstrual gera, sobretudo nas mulheres e meninas que vivem em zonas precárias (Bahia, 2021). No entanto, essas ações solidárias não atacam as raízes do problema, que estão profundamente conectadas aos processos de desigualdade social, conforme apontam os estudos de Mello e Marques (2019), em que as mulheres são o segmento populacional com as maiores taxas de vulnerabilidade social.

É preciso, do ponto de vista político-institucional, que haja a promoção de ações e “[...] normativas, instrumentais e operacionais que sejam capazes de transformar as estruturas e instituições que perpetuam a discriminação e desigualdade de gênero para assim assegurar direitos materiais e imateriais às mulheres” (ROCHA et al., 2017, p. 85). Portanto, precisamos é descortinar o óbvio a respeito da pobreza menstrual, que apesar de muito grave, é o sintoma de uma doença muito maior que aflige as mulheres do Brasil (Bahia, 2021; Assad, 2021).

O Sofrimento Social Decorrente da Perda de Objetos Sociais

A Organização Mundial de Saúde destaca que o período entre os 10 aos 19 anos é compreendido como a adolescência, uma fase de transição bastante delicada entre a infância e a idade adulta, marcada pelo intenso desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social. Nessa transição, a menstruação é um evento bastante significativo na vida da maioria das pessoas (Ratti et al., 2015). Acontece que, para muitas meninas, esse processo biológico passa a ser motivo de forte constrangimento e medo, e traz inúmeros prejuízos a partir do sofrimento causado (Plan International UK, 2017).

Pesquisas indicam que esse problema é recorrente para as meninas e mulheres. No Reino Unido, quase metade das meninas sentem vergonha quando menstruam (Plan International UK, 2017). Já na Índia, cerca de 71% das meninas sequer conhecem o conceito de menstruação antes da menarca. Por outro lado, em alguns países do continente africano, as mulheres são frequentemente proibidas de orar e até mesmo de irem às mesquitas durante o período menstrual (UNICEF, 2013). Já em países da América Latina, como a Colômbia, cerca de 45% das meninas não sabem a origem do sangue menstrual, e 20% delas acham que é sujo (UNICEF, 2016). No Brasil, essa problemática não é exceção, apesar da falta de estudos voltados especificamente para a questão da população feminina, alguns mitos sobre a menstruação prevalecem socialmente, como a ideia de não tocar na comida ou até a crença de que as mulheres cozinham mal enquanto estão

menstruadas (Brêtas et al, 2012), além do tabu quanto à realização do ato sexual (Luz; Berni; & Selli, 2007).

Obviamente, as barreiras para a obtenção dos direitos menstruais representam empecilhos para a plena exploração do potencial das meninas e mulheres. Nesse sentido, urge a necessidade de se investigarem os impactos econômicos em suas vidas, o que pode ter consequências ao longo da vida adulta. Além disso, é necessário entender a importância das perdas econômicas, não só para elas, mas também para a sociedade como um todo, pois além das questões econômicas, exige-se a proteção da dignidade menstrual que está intimamente ligada à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo-se, assim, a autonomia física e a autodeterminação de mulheres, meninas, meninos trans e menstruantes não binários (UNFPA; UNICEF, 2021).

Portanto, a privação desses direitos, caracterizada pela pobreza menstrual, é um problema multifacetado, sendo necessária uma abordagem multidisciplinar para solucionar os problemas causados pela falta de proteção dos direitos humanos (UNFPA; UNICEF, 2021). Nesse cenário de vulnerabilidade, tem-se presente a violação de vários Direitos Fundamentais garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como à saúde, o trabalho, à educação, ao lazer e à igualdade, além da inobservância à dignidade da pessoa humana (Sarlet & Zockun, 2019). Isso faz emergir um sofrimento de ordem social, que se “[...] instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade [...]” (Werlang & Mendes, 2013, p. 743).

As constantes mudanças na realidade social e as manifestações subsequentes de desigualdades e contradições têm formado espaços de exclusão que vêm afetando a vida humana. O sofrimento está tomando forma com base social violenta, que cria instabilidade e precariedade em todos os seus aspectos (Bourdieu, 1998). Nesse sentido, a pobreza é caracterizada como uma vulnerabilidade à dominação e à violência, pois a fragilidade, o isolamento e mesmo o colapso subjetivo dos recursos coletivos são suas características e reduzem as resistências. Parece irracional querer se opor aos pontos de vista da crítica da dominância e da crítica à pobreza, porém, em diversos setores da sociedade, a crítica à pobreza não é tão infame quanto a crítica à governança, e a desqualificação política da pobreza repercute sobre a do sofrimento social (Renault, 2008).

Esse sofrimento, que está presente em nossa sociedade e “[...] acompanha o homem desde a sua mais remota existência, é um processo complexo e multifacetado debatido nas diferentes áreas de conhecimento” (Victora, 2011, p. 3). Não se trata de um sofrimento de ordem individual, muito embora às vezes pareça ser. O sofrimento social é aquele que perpassa a ordem

individual e atinge todo um contexto social, resultante de condições sociais produzidas pelo poder político, econômico e institucional. Nesse sentido, é preciso observar como esses poderes se entrelaçam com as experiências das pessoas no cotidiano, e como isso influencia nos problemas sociais (Victora, 2011).

É mister referir que o silêncio e a incapacidade de expressar a dor tornam as pessoas impotentes, tornando esse sofrimento velado, cujos sujeitos evitam se colocar na posição de vítima. Portanto, o sofrimento social revela como essa categoria pode ser considerada para além da subjetiva, “psicológica” ou cultural (Renault, 2008). Assim, para romper com tal problema, os movimentos sociais e pesquisadores da temática objetivam que a sociedade consiga deixar de invisibilizar as questões da pobreza menstrual, permitindo que indivíduos sofredores exijam e tomem ações coletivas para mudar a sua existência (Bahia, 2021).

Para Furtos (2007), a necessidade de ser reconhecido como sujeito garantido de dignidade, em um mundo instável, vem acompanhado do risco de não ser reconhecido e ser excluído como forma de condenação social. Portanto, o risco pode advir de condições objetivas, mas o medo da dor e a incapacidade de tolerar a própria dor podem levar a uma situação de autoexclusão, ou seja, de subjetivação de si mesmo que pode ocorrer tanto no plano social, que é ser excluído da moradia, do trabalho, da cultura ou até mesmo da cidadania, quanto no plano psíquico, em que prevalece a sensação de exclusão e de não pertencimento na humanidade, em um determinando contexto social.

Diante disso, os sujeitos experimentam a perda da coragem e a sensação de desânimo, que se traduz, em alguns casos, em um desespero que não se expressa em palavras, mas que se define através do desaparecimento do poder, assumindo uma postura passiva frente a sua fragilidade, frente a uma realidade que afeta o corpo e mente (Furtos, 2007). Quando vivenciada desde a infância, essa autoexclusão gerada a partir da pobreza menstrual pode resultar ainda em sofrimentos sociais e emocionais que impedem o desenvolvimento de uma pessoa adulta e seus potenciais plenamente explorados (Bahia, 2021).

Sob esse cenário de pobreza menstrual, em que ocorre a perda de objetos sociais, como a saúde, o trabalho, o lazer, o acesso ao saneamento básico, a educação, “[...] ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade” (Werlang & Mendes, 2013, p. 766), é que advém o sofrimento social. Assim, os espaços de convivência tornaram-se instáveis e precários diante das perdas econômicas, sociais e afetivas. Esse tipo de perda mostra, aos poucos, sinais de dificuldades e obstáculos da vida. O amanhã deixa de ser visto como um projeto, pois ocorre a perda da visão

de futuro. Com isso, a autoexclusão e a alienação autogerada ganham forma, em que ocorre o fechamento das pessoas em si mesmas, não se permitindo mais sonhar (Werlang & Mendes, 2013).

Portanto, a linguagem do sofrimento poderá causar a atuação individualizada da sociedade e privar os indivíduos de sua capacidade de atuar em ações políticas, mas também poderá, conjuntamente, promover a construção do compartilhamento de experiências através de ações coletivas e solidárias (Renault, 2008).

Considerações Finais

Ser mulher na atualidade ainda percorre por espaços de desvalorização e de submissão frente à sociedade, pois carregar um corpo feminino não traz a garantia de direitos e de igualdades frente ao homem. Prova disso é o contexto de vulnerabilidade enfrentado por inúmeras mulheres, meninas, pessoas trans e pessoas não binárias menstruantes no Brasil, que sofrem com a pobreza menstrual, convivendo com as mais degradantes condições de vida.

Conforme se demonstrou ao longo deste estudo, a falta de instalações adequadas, seguras e eficazes para administrar a higiene menstrual, juntamente com a ausência de produtos de higiene durante a menstruação, é algo mais comum do que se imagina. Nesse cenário, a pobreza menstrual traz à tona o sofrimento social, diante da perda de diversos objetos sociais que colocam em xeque a dignidade das mulheres vítimas da pobreza menstrual. Portanto, a falta de acesso a condições mínimas de higiene e saúde causa sérios prejuízos, que impossibilitam essas pessoas de desenvolverem a plena cidadania. Há a violação de inúmeros direitos humanos fundamentais garantidos pela Carta Magna brasileira, como à dignidade da pessoa humana, à saúde, à vida, à igualdade, ao trabalho e ao saneamento básico, entre outros.

São necessários avanços no que tange ao lugar do feminino, mas, para que isso aconteça, espaços precisam surgir e, mais do que isso, é preciso haver mudanças nos discursos sociais e políticos, a fim de potencializar a voz da mulher, que, além de carregar um corpo, carrega marcas de lutas por igualdade e equidade. Por isso, pensar em direitos menstruais requer observar as realidades das mulheres em termos de território e de diversidades raciais.

Portanto, urge a necessidade de criação de políticas públicas efetivas que assegurem o cuidado menstrual e condições dignas de higiene e saúde, pois somente a distribuição de absorventes não resolve a problemática. Além disso, também é necessário que a academia e os diversos setores da sociedade ampliem as discussões e os estudos que ainda são muito incipientes acerca da temática da pobreza menstrual no Brasil.

Referências

- Alves, J. E. D., & Cavenaghi, S. M. (2013). Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, 18(1), 83-105. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>
- Assad, B. F. (2021). Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, 2(1), 140-160. <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>
- Bahia, L. (2021). Livre para Menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo: Girl Up. <https://livreparamenstruar.org/sobre/#relatorio>
- Belfiore-Wanderley, M., Bógus, L., & Yazbek, M. C. (Orgs.). (2019). *Desigualdade e a questão social*. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brêtas, J. R. S. et al. (2012). Significado da menarca segundo adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25(2), 249-255. <https://www.scielo.br/j/ape/a/5Qy4wVLF8BZ6GgrwPqb5mL/abstract/?lang=pt>
- Butler, J. (2019a). *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições.
- Butler, J. (2019b). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, M. E. P. et al. (2017). *Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente*. João Pessoa: Editora UFPB. <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/149/58/581-1>
- Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, 26/27, 19-40. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos.
- Dias, M. B. (2021). Manual de direito das famílias. 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Furtos, J. (2007). Les effets cliniques de la souffrance psychique d’origine sociale. Dossier Souffrance et Société. *Mental’idées*, 11, 24-33. https://www.orspere-samdarra.com/wp-content/uploads/2021/01/Les_effets_cliniques_de_la_souffrance_psychique_d_origine_sociale-J_Furtos_Sept.2007.pdf
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). *Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens*. Brasília: IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Desemprego*. Brasília: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Lins, R. N. (2014). *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo*. Rio de Janeiro: BestSeller.
- Luz, A. M. H., Berni, N. I. O., & Selli, L. (2007). Mitos e tabus da maternidade: um enfoque sobre o processo saúde-doença. *REBEm – Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(16), 42-48. <https://www.scielo.br/j/reben/a/kmbYsXkCsQDjZ4DYJQRr8vh/?format=pdf&lang=pt>
- Mello, J., & Marques, D. (2018). Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal: visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil. Texto para Discussão (IPEA), 2441, 1-66. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8938/1/Td_2441.pdf
- Nery, E. T. (2019). *Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waikhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília: UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37192>
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2020). *ONU Mulheres pede atenção às necessidades femininas nas ações contra a COVID-19*. ONU. <https://brasil.un.org/pt-br/85334-onu-mulheres-pede-atencao-necessidades-femininas-nas-aco-es-contra-covid-19>
- ONU – Organização das Nações Unidas. ONU Mulheres Brasil. (2021a) *ElesPorElas*. <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>
- ONU – Organização das Nações Unidas. ONU Mulheres Brasil. (2021b). *Movimento Global*. <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/movimentogloba/>
- Plan International UK. (2017). *Research on Period Poverty and Stigma*. 2017. <https://plan-uk.org/media-centre/plan-international-uks-researchon-period-poverty-and-stigma>
- Ratti, C. R. et al. O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Rio de Janeiro, 2015. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0436-1.pdf>
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La découverte.
- Rocha, B. N. et al. (2017). A Dimensão de Gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): Alguns Apontamentos Teóricos e Analíticos. *Boletim regional, urbano e ambiental*. Brasília: IPEA, 16, 83-92. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU_n16_Dimens%C3%A3o.pdf
- Sarlet, I. W., & Zockun, C. Z. (2016). Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. *Revista de Investigações Constitucionais*, 3(2), 115-141. <https://www.scielo.br/j/rinc/a/k6tMmbhVkdzFHtfrYtgjgpp/?lang=pt&format=pdf>
- Semprelivre, & Plan International. (2020). *Vamos falar de menstruação? Menstruação sem vergonha e sem tabu*. <https://cdn.plan.org.br/wpcontent/uploads/2020/02/livreto-menstruacao-sem-vergonha-sem-tabu-semprelivre-plan-international.pdf>
- Silva, N. S. B. et al. (2020). Impacto da dismenorreia em adolescentes escolares. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 49, e3308. <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3308>
- Strey, M. N. (2013). Gênero. In: Strey, M. N. et al. (2013). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis: Vozes.

- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2014). *Puberty Education & Menstrual Hygiene Management: Good Policy and Practice Nations Education*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226792>
- UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, & UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos*. https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf
- Victora, C. (2011). Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, 5(4), 3-13. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/764>
- Werlang, R., Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 116, 743-768. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400009&lang=pt

MENSTRUAL POVERTY AND SOCIAL SUFFERING: THE BANALIZATION OF WOMEN'S SOCIAL VULNERABILITY IN BRAZIL

Abstract

From the social transformations, women conquered spaces of social equity in relation to men, however, many continue to inhabit areas of vulnerability, whether for economic, social and/or cultural reasons. Therefore, they suffer from the lack of access to menstrual hygiene products, appropriate sanitary infrastructure, and indispensable knowledge for this period of the reproductive cycle. Such vulnerability is called menstrual poverty. In this sense, this exploratory study, supported by the deductive method and supported by the literature review, aims to analyze menstrual poverty in Brazil, and whether this vulnerability causes social suffering. It was concluded that the degrading conditions of life generate the loss of social objects for menstruating people, and, with this, social suffering emerges.

Keywords: Menstrual poverty; Vulnerability; Social suffering; Genre.

ESTILOS DE LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E TRANSACIONAL E COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL – UM ESTUDO NUMA EMPRESA DO RAMO DE DECORAÇÃO TÊXTIL

Vanessa Ramos³⁰

José Carlos Morais³¹

Resumo

O presente trabalho analisa as relações entre a liderança transacional, a liderança transformacional e os comportamentos de cidadania organizacional numa empresa ramo decoração têxtil. Para a realização do estudo contou-se com a participação de 32 sujeitos, os quais responderam a um questionário que se debruçava sobre os Comportamentos de Cidadania Organizacional, a Liderança Transacional e Transformacional e algumas questões sociodemográficas. Os **resultados** obtidos evidenciam que existe uma relação significativamente positiva entre os estilos de liderança estudados e os comportamentos de cidadania organizacional. Quanto maior for a manifestação de comportamentos de liderança transformacional e transacional nos indivíduos desta empresa, maior será a promoção de CCO. A virtude cívica, o desportivismo e a cortesia são as dimensões que apresentam a relação mais consistente com ambos os estilos de liderança.

Palavras-chave: Liderança Transacional; liderança transformacional; comportamentos de cidadania organizacional.

³⁰ P.PORTO; Portugal

³¹ CEOS.PP; ISPGAYA, Portugal

Introdução

Chiavenato (2008) refere que as organizações estão sujeitas a diversos fatores externos e internos que estão em constante mudança, levando ao aparecimento de novos paradigmas e tornando as organizações em repositórios de conhecimento. O autor refere que as organizações necessitam de líderes eficazes para gerir as organizações, impulsionando-as rumo ao sucesso e à competitividade. Segundo Bass (1985), um desempenho superior apenas é possível transformando os valores, atitudes e motivação dos colaboradores para um nível mais elevado de maturidade. Ao adotarem procedimentos e atitudes que potenciem o desempenho dos seus colaboradores, os gestores trazem vantagem competitiva para as empresas (Pinto et al., 2006), criando mais valor e obtendo retornos superiores. A liderança assume assim um papel de destaque com reflexos diretos nos resultados das organizações (Tadeucci, 2011), cabendo ao líder construir um ambiente desafiador que proporcione oportunidades aos colaboradores ao mesmo tempo que estimula as suas capacidades.

Dos vários autores e investigadores estudados, podemos aferir que o conceito de liderança é diverso. Dos múltiplos conceitos e abordagens aos estilos de liderança realizados, os estudos iniciados por Burns (1978) e aprofundados por Bass (1985) e Avolio (Bass & Avolio, 1994), assentam em 2 grandes estilos que são a liderança transformacional (LTf) e a transacional (LTs), que têm nos últimos anos conquistado relevo e genericamente sido aceites como um dos principais classificadores do estilo de liderança, razão pela qual no presente trabalho serão esses os conceitos utilizados.

Apesar de serem dois conceitos de liderança distintos, a maioria dos autores refere que se complementam, sugerindo que a liderança transformacional é uma extensão da liderança transacional (e.g. Bass, 1995; Judge et al., 2006). Alguns estudos demonstram uma relação positiva entre estes estilos de liderança e o desempenho das organizações, destacando-se neste domínio o desempenho contextual (Wang et al., 2011), ou seja, os comportamentos voluntários de trabalho que se estendem do prescrito nas funções, mas que contribuem para o contexto psicológico e social que envolve o trabalho. O conceito de cidadania organizacional surge como resposta à necessidade de refletir o modo de atuação das organizações e o seu impacto na sociedade, promovendo o bem-estar dos stakeholders e dos colaboradores (Caza et al., 2010; Peterson & Park, 2006). Deste modo, os Comportamentos de Cidadania Organizacional (CCO) são descritos como comportamentos benéficos para a organização que vão além do desempenho de determinadas funções, uma vez que não fazem parte integrante da função, e podem estar ou não reconhecidos no sistema formal de recompensas (Organ et al., 2006). Tal

como a liderança, a popularidade dos CCO prende-se com a sua relação positiva com o desempenho organizacional, sendo um fator diferenciador e delimitador entre o sucesso e o insucesso (Podsakoff et al., 2009). Deste modo estes dois conceitos assumem uma estreita relação, sendo que a liderança é um fator determinante para a promoção dos CCO.

Enquadramento do Estudo

Este estudo realça que a liderança e os comportamentos dos colaboradores têm bastante importância para a gestão de recursos humanos na promoção do desempenho organizacional. Nesta investigação pretendemos estudar o relacionamento da liderança transacional e da liderança transformacional com os comportamentos de cidadania organizacional, procurando descrever as subdimensões dos CCO que têm ligação com estes estilos de liderança, na empresa em questão.

Segundo Ryan et al., 2002, devemos selecionar a metodologia de investigação em função do fenómeno a estudar. Tendo em consideração os objetivos subjacentes a esta investigação, desenvolveu-se um estudo comparativo e correlacional, permitindo assim analisar as relações existentes entre as variáveis de estudo – liderança transacional e transformacional e os comportamentos de cidadania organizacional – dos funcionários da sede da empresa em questão. Conforme afirma Coutinho (2008), nos estudos correlacionais é necessário que exista pontuação no mínimo em duas variáveis diferentes, para depois verificarmos a existência ou não de uma relação entre as variáveis. Existindo uma relação entre as mesmas, significará que estas covariam, mudando ao mesmo tempo uma com a outra.

Hipóteses

A característica central da liderança transacional é a relação de troca estabelecida entre os líderes e os seus subordinados. Nesse sentido, o líder transacional esclarece as metas que devem ser alcançadas e deixa claro que a realização bem-sucedida dessas metas implicará recompensas, enquanto que o não cumprimento implicará punições (Bass et al, 1996; Bass et al, 2003). Portanto, estes líderes motivam os seus subordinados estabelecendo mútuos acordos que, se efetivamente se cumprirem ao longo do tempo, podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de sentimentos de confiança pelo líder (Whittington, Goodwin, Coker, Ickes, & Murray, 2009). Esta confiança pode fazer com que eles se envolvam em ações que vão além das expectativas sobre as metas que devem ser alcançadas em função dos seus papéis na

organização, levando a comportamentos de cidadania organizacional. Nesse sentido, algumas evidências empíricas demonstram que a liderança transacional prevê comportamentos de cidadania organizacional (Asgari, Silong, Ahmad, & Samah, 2008; Podsakoff, MacKenzie, Paine, & Bachrach, 2000; Suliman & Obaidly, 2013; Whittington et al., 2009). Baseada nestas considerações, foi estabelecida a seguinte hipótese:

H1 – A liderança transacional está positivamente relacionada com os comportamentos de cidadania organizacional / a liderança transacional prevê positivamente os comportamentos de cidadania organizacional.

Por sua vez, os líderes transformacionais consideram as necessidades individuais dos seus subordinados e incentivam-nos a priorizar o coletivo sobre os interesses individuais como forma de atingir as metas organizacionais e o bem-estar do grupo (Bass et al., 1996; Bass et al., 2003). Estes comportamentos destacam o padrão de reciprocidade (Blau, 1964), o que faz com que os subordinados se envolvam num processo de troca social com os seus líderes (Goodwin, Wofford, & Whittington, 2001), ou seja, leva-os a fazer esforços em favor da organização como forma de retribuir o tratamento recebido pelos seus líderes (Boerner, Eisenbeiss, & Griesser, 2007). Assim, eles começam a identificar-se com as metas organizacionais e compartilham uma identidade coletiva que promove a produção de comportamentos voltados para a promoção do bem comum, que caracterizam os comportamentos de cidadania organizacional, como ajudar os colegas, superar desafios para o benefício do bem comum e envolvimento em funções que não estão diretamente associadas com as tarefas que lhes foram destacadas. Neste sentido, uma quantidade considerável de estudos empíricos realizados em diferentes contextos ocupacionais (Asgari et al., 2008; Boerner et al., 2007; Eboli, 2010; Lian & Tui, 2012; Nguni, Slegers, & Denesen, 2006; Omar, Zainal, Omar, & Khairudin, 2009; Piccolo & Colquit, 2006; Suliman & Obaidly, 2013), bem como meta-análises (Wang et al., 2011), apontaram que os estilos de liderança transformacional são preditores positivos dos comportamentos de cidadania organizacional. No entanto essas relações mostraram-se mais proeminentes em culturas coletivas (Euwema et al., 2007). Logo, e com base nestas considerações, foi formulada a seguinte hipótese:

H2 - A liderança transformacional está positivamente relacionada com os comportamentos de cidadania organizacional / a liderança transformacional prevê positivamente os comportamentos de cidadania organizacional.

De acordo com Bass (1985), os verdadeiros líderes devem apresentar comportamentos de liderança transacional e transformacional, pois representam estilos complementares. No

entanto, o autor defende que o poder preditivo positivo do estilo de liderança transformacional nos comportamentos de CCO é maior quando, a princípio, o estilo de liderança transacional se limita a trocas entre o líder e subordinados relacionadas com os comportamentos esperados para a função, apesar do facto que, ao longo do tempo, o líder pode extrair comportamentos que vão além das expectativas para aquela função. Por outro lado, a característica core do estilo de liderança transformacional é o aumento do nível de motivação e autoestima dos subordinados, o que naturalmente implica ações em favor da organização, não se limitando ao desempenho das funções determinadas para a função. Nesse sentido, diferentes estudos (Mackenzie, Podsakoff, & Rich, 2001; Omar et al., 2009; Zabihi & Hashemzahi, 2012) e meta-análises (Wang et al., 2011) evidenciaram o poder mais forte do estilo de liderança transformacional para explicar os CCO do que o estilo de liderança transacional. No entanto, não há consenso sobre esses resultados, pois existem outros estudos que concluíram que a liderança transacional tem maior poder preditivo sobre os CCO quando comparada à liderança transformacional (Suliman & Obaidly, 2013; Whittington et al., 2009). Outros estudos reportaram que nem a liderança transacional nem a transformacional afetam diretamente os CCO (Dai, Dai, Chen, & Wu, 2013). Esses resultados contraditórios podem resultar do facto de terem sido realizados em contextos culturais distintos, pois evidências anteriores indicam que a influência desses dois estilos de liderança nos CCO é moderada por fatores culturais (Euwema et al., 2007). Deste modo, e tendo em consideração a teoria de Bass (1985), foi formulada a seguinte hipótese:

H3- O estilo de liderança transformacional tem um maior poder preditivo sobre os CCO do que o estilo de liderança transacional.

Este trabalho de investigação foi desenvolvido em estudos de correlação, que, segundo Sampieri (2010) têm como finalidade conhecer o relacionamento ou grau de associação que existe entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis num contexto em particular. Os estudos correlacionais, ao avaliar o grau de associação entre duas ou mais variáveis, medem cada uma delas e depois quantificam e analisam o seu vínculo.

Através dos resultados obtidos nos questionários e mediante o estado de arte adequado a este tipo de investigação, poderemos extrair dados quantitativos que nos permitam obter um retrato desta empresa e responder às hipóteses formuladas.

Instrumentos

Considerando os objetivos definidos, optou-se por realizar um estudo quantitativo, apoiado numa investigação em inquérito por questionário com perguntas do tipo fechado, permitindo a comparação dos dados recolhidos, o seu tratamento e análise num menor espaço de tempo. Não obstante a relevância de outros métodos de investigação, esta apresenta-se a mais adequada ao que nos propomos estudar, uma vez que assegura uma maior representatividade e, segundo Dillman (2000), permite a generalização para uma população mais ampla. Deste modo, não foi manipulada qualquer variável e todos os dados foram recolhidos ao mesmo tempo, sendo este um procedimento frequente em ciências sociais (Bryman & Cramer, 2005).

Foi utilizado um questionário dividido em três partes: uma sobre liderança transformacional e transacional, outra sobre os Comportamentos de Cidadania Organizacional e por fim uma parte com questões demográficas.

Para o estudo da liderança transformacional e transacional, recorreu-se ao instrumento descrito por Podsakoff et al. (1990), que a par do modelo de Bass é um dos modelos mais populares no estudo da temática. Os autores apresentaram um modelo multidimensional, que identifica sete dimensões de liderança, as quais se traduzem em comportamentos dos líderes, seis associados à liderança transformacional (LTf) e um à liderança transacional (LTr), comportando na totalidade 28 itens.

Tabela 1 - Dimensões do instrumento de Podsakoff et al. (1990).

Dimensões	Itens
Identificação e articulação de uma visão - LTf	12, 4, 24, 18, 20
Fornecer um modelo apropriado - LTf	5, 8, 26
Promover a aceitação dos objetivos do grupo - LTf	16, 22, 25, 28
Criar expectativas de desempenho elevado - LTf	1, 10, 14
Promover apoio individualizado - LTf	3(R), 7, 9, 11(R)
Estimulação intelectual - LTf	19, 21, 23, 27
Comportamento de Recompensa Contingencial - LTr	2, 6, 13, 15, 17(R)

No estudo de Podsakoff et al (1990) foram descritos seis comportamentos chave associados aos líderes transformacionais, que constituem as variáveis da liderança utilizadas neste estudo e representadas na tabela acima. Cada dimensão expõe um conjunto de perguntas, constantes no questionário de liderança. Nas questões de formulação invertida (assinaladas com R) procedeu-se à reversão da cotação.

Uma vez que o modelo das cinco dimensões de Organ (1988) para os Comportamentos de Cidadania Organizacional é um dos mais estudados e populares da literatura, optamos por adaptar uma versão consistente já validada para a população portuguesa da escala original de 32 itens do estudo de Organ e Konovsky (1996), designado The OCB Itens. Este instrumento é composto pelas cinco dimensões de Organ (1988): altruísmo, cortesia, desportivismo, conscienciosidade e virtude cívica. Conforme sugerido pelos autores do instrumento, neste estudo foram considerados os 19 itens relativos às dimensões em análise, e indicados em seguida.

Tabela 2 - Dimensões do instrumento de Konovsky e Organ (1996)

Dimensões	Altruísmo	Cortesia	Desportivismo	Conscienciosidade	Virtude Cívica
Itens	1, 7, 6, 2, 5	16, 15, 12	20(R), 21(R), 22(R), 23(R), 24(R)	25, 26, 27, 28	30, 31

Tanto a seção do questionário de Liderança como a do Comportamentos de Cidadania Organizacional apresentavam uma grelha de respostas numa escala Likert de 7 pontos: (1) discordo fortemente, (2) discordo moderadamente, (3) discordo ligeiramente, (4) não concordo nem discordo, (5) concordo ligeiramente, (6) concordo moderadamente e (7) concordo fortemente. Nas questões de formulação invertida (assinaladas com R) procedeu-se à reversão da cotação.

População e Amostra

A população-alvo deste estudo envolve os funcionários da empresa analisada. Para o processo quantitativo, a amostra é um subgrupo da população de interesse, sobre os quais serão

coletados os dados e que são representativos da referida população. Neste estudo definimos a amostra como sendo os funcionários da sede da empresa em questão. A amostra é representativa quando reflete as características da população onde foi extraída (Almeida e Freire, 2008; Fortin, 2009). O tamanho da amostra representa cerca de 90% dos funcionários, sendo aceitável em relação ao tipo de estudo que se destinava a ser realizado.

Obtivemos uma amostra representativa, sendo que o objetivo desta investigação foi generalizar os resultados da amostra à população em que esta se baseia. Deste modo, e seguindo as indicações de Almeida e Freire (2008) e de Fortin (2009), usamos o método probabilístico para este estudo correlacional.

Assim, o presente estudo é composto por uma amostra de 32 inquiridos, sendo 56.3% do sexo masculino e 43.8% do sexo feminino e em termos de escalão etário, 56.3% com idades entre os 35 e os 44 anos e 43.8% com idade superior a 44 anos.

As habilitações académicas mais representadas na amostra são o 12º ano, detida por 34.4% dos inquiridos. Ao nível das menores habilitações, 28.1% dos inquiridos detém até ao 9º ano e 6.3% somente até ao 6º ano. Ao nível das habilitações mais elevadas, 31.2% dos inquiridos apresenta estudos de nível superior, sendo 28.1% ao nível da licenciatura e 3.1% do mestrado. Relativamente ao estado civil, a maioria de 81.3% é casado, sendo somente 15.6% solteiros e 3.1% divorciado.

Em termos profissionais, a maioria de 87.5% dos inquiridos tem um contrato direto, enquanto 12.5% um contrato por empresa de Trabalho Temporário. Genericamente a maioria de 78.1% dos inquiridos apresentam estabilidade temporal na empresa, estando 40.6% há mais de 10 anos na empresa e 37.5% entre 6 e 10 anos. Uma proporção de 18.8% encontram-se na empresa entre 2 a 5 anos e 3.1% há menos de 2 anos. A maioria de 81.3% não exerce funções de chefia, situação que ocorre somente com 18.8% dos inquiridos.

Análise e Discussão dos Resultados da Investigação

De modo a testarmos as hipóteses formuladas, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, de modo a quantificar a intensidade e a direção da relação entre as escalas (Bryman e Cramer, 2005; Maroco, 2007; Pallant, 2013; Pestana e Gageiro, 2008). Esta correlação indica que a intensidade de um fenómeno é acompanhada tendencialmente pela intensidade do outro, no mesmo sentido ou em sentido inverso. Sabemos que o coeficiente de correlação de Pearson (r) varia entre -1 e 1, e seguindo as indicações de Bryman e Cramer (2005) e de Pestana e Gageiro

(2008), de acordo com os valores de r podemos definir a intensidade da relação como: muito baixa ($r < 0,2$); baixa ($0,2 < r < 0,39$); moderada ($0,4 < r < 0,69$); alta ($0,7 < r < 0,89$); e, por fim, muito alta ($0,9 < r < 1$).

Foi feito o teste de Correlação de Pearson para determinar se o estilo de liderança transacional se relacionava positivamente com os comportamentos de cidadania organizacional. Como previsto, concluímos que a liderança transacional está positivamente correlacionada com os Comportamentos de Cidadania Organizacional, o que nos permite validar a H1.

Nas correlações entre as dimensões CCO e as de Liderança, assim como entre as dimensões de liderança verifica-se que todas as dimensões CCO apresentam correlações positivas significativas com a dimensão Liderança Transacional, sendo de moderada intensidade com Virtude Cívica, Desportivismo e Cortesia. E de baixa intensidade com Altruísmo e Conscienciosidade.

No que se refere à relação entre as dimensões CCO e a dimensão Liderança Transformacional verifica-se que as relações são positivas, sendo significativas e de moderada intensidade com Virtude Cívica, Desportivismo e Cortesia. E de baixa intensidade com Altruísmo. Não existe uma correlação estatisticamente significativa entre a Liderança Transformacional e a Conscienciosidade.

Podemos também verificar que numa análise da relação entre as dimensões da liderança, revela que existe uma correlação positiva, significativa de muito alta intensidade, entre Liderança Transacional e Liderança Transformacional ($r=0.937$, $p<0.001$).

No sentido de identificar em que medida cada um dos 5 CCO são preditores (tem impacte) ao nível da Liderança foram realizados modelos de regressão Linear Simples. Foram realizados cinco modelos para o impacte de cada um dos CCO sobre a Liderança Transacional, e cinco para o impacte de cada um dos CCO sobre a Liderança Transformacional. Dos 5 CCO analisados, o que revelou apresentar um maior impacte sobre a Liderança Transacional é a Virtude Cívica ($\beta=0.465$), seguido do Desportivismo ($\beta=0.439$) e da Cortesia ($\beta=0.409$). Os CCO com menor impacte, são a Conscienciosidade ($\beta=0.355$) e o Altruismo ($\beta=0.56$). Dos 5 CCO analisados, o que revelou apresentar um maior impacte sobre a Liderança Transformacional foi - à semelhança de para a Liderança Transacional - a Virtude Cívica ($\beta= 0.496$), seguido do Desportivismo ($\beta= 0.482$) e da Cortesia ($\beta= 0.425$). O CCO com menor impacte, foi o Altruismo ($\beta= 0.370$).

As análises de regressão evidenciaram que o estilo de liderança transacional previu positivamente e significativamente as dimensões dos comportamentos de cidadania

organizacional, o que confirma a hipótese 1. Este resultado é consistente com estudos anteriores (Asgari et al., 2008; Podsakoff et al., 2000; Suliman & Obaidly, 2013; Whittington et al., 2009) que também encontraram o poder preditivo da liderança transacional nos CCO.

A liderança transacional baseia-se em recompensar os comportamentos adequados e punir os comportamentos contraproducentes (Bass, 1999). Deste modo está relacionada com a troca, o dar e receber entre os líderes e os subordinados, ou seja, os subordinados são motivados pelas promessas do líder ou, pelo contrário, corrigidos pelo feedback negativo, por rejeições ou por ações disciplinares. Neste sentido, o estilo de liderança transacional tende a fazer com que os subordinados se tornem leais e obedientes à sua organização (Bass, 1985).

No que diz respeito ao estilo de liderança transformacional, os dados demonstram que este estilo previu significativamente de forma positiva as dimensões dos CCO, à exceção da conscienciosidade, que não demonstrou uma correlação estatisticamente significativa. Estes resultados confirmam a hipótese 2 e são consistentes com outros estudos (Asgari et al., 2008; Boener et al., 2007; Eboli, 2010; Lian & Tui, 2012; Nguni et al., 2006; Omar et al., 2009; Piccolo & Colquitt, 2006) que também demonstraram a eficácia do estilo de liderança transformacional para prever positivamente os CCO.

Também foi observado que a liderança transformacional demonstrou um maior poder de prever quatro das dimensões de CCO (altruísmo, cortesia, desportivismo e virtude cívica) quando comparada com a liderança transacional, o que confirmou quase totalmente a hipótese 3. Estes resultados vão de encontro a diversos estudos (Mackenzie et al., 2001; Omar et al., 2009; Zabihi & Hashemzehi, 2012; Wang et al., 2011) que destacaram o facto de que, embora ambos os estilos de liderança (transformacional e transacional) influenciem positivamente os comportamentos de cidadania organizacional, é a liderança transformacional que está mais fortemente relacionada com os CCO. Na relação entre os estilos de liderança e os CCO podemos observar que o altruísmo se destaca dos outros comportamentos, apresentando uma relação mais consistente com ambos os estilos de liderança. No caso da liderança transacional podemos pensar nas características da recompensa contingencial, onde o líder faz com que o colaborador se sinta no dever de ajudar o colega, pois poderá ser recompensado por esse comportamento.

Indo de encontro à literatura e conforme previsto, os nossos resultados demonstram que os comportamentos de liderança assumem uma relação significativamente positiva com os comportamentos de cidadania organizacional.

Conclusões

Este estudo teve como objetivo investigar o impacto dos estilos de liderança transacional e transformacional nos comportamentos de cidadania organizacional nos funcionários de uma empresa em específico. Os resultados obtidos demonstraram que o estilo de liderança transacional previu positivamente as dimensões dos CCO, em especial a virtude cívica, o desportivismo e a cortesia. O estilo de liderança transformacional previu todas as dimensões dos CCO à exceção da conscienciosidade que não demonstrou uma correlação estatisticamente significativa. O estilo de liderança transformacional demonstrou um maior poder de predição dos CCO quando comparado ao estilo de liderança transacional.

Dadas as conclusões apresentadas podemos inferir que os estilos de liderança e os comportamentos de cidadania organizacional presentes na empresa analisada permitem que a mesma se mantenha entre as melhores empresas do sector não só a nível nacional, tornando-se mais competitiva e ajudando os seus colaboradores a desenvolver as suas competências, mostrando que com algum esforço podem atingir os seus objetivos pessoais e profissionais. Do mesmo modo, sugerimos que a empresa em questão se mantenha aberta a novas tendências e adotá-las sempre que beneficie a empresa e os seus colaboradores, continuando a evoluir para gerar melhores resultados nos negócios.

Referências Bibliográficas

- Almeida, L.S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios (5ª Edição)
- Asgari, A., Silong, A. D., Ahmad, A., & Samah, B. A. (2008). *The relationship between leader-member exchange, organizational inflexibility, perceived organizational support, interactional justice and organizational citizenship behavior*. African Journal of Business Management, 2(8), 138-145.
- Bass, B. M. & Avolio, B. J., 1994. *Improving Organizational Effectiveness through Transformational Leadership*. California: SAGE Publications, 1-9.
- Bass B. M. (1985). *Leadership and Performance beyond Expectation*. New York, NY: Free Press.
- Bass BM (1997). *Does the transactional – transformational leadership paradigm transcend organizational and national boundaries?* Am. Psychol. 52(2):130-139.
- Bass B. M. (1998). *Transformational Leadership: Industrial, Military, and Educational Impact*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates

- Bass, B. M., Avolio, B. J., Jung, D. I., & Berson, Y. (2003). *Predicting unit performance by assessing transformational and transactional leadership*. Journal of Applied Psychology, 88(2), 207-218.
- Boerner, S., Eisenbeiss, S. A., & Griesser, D. (2007). *Follower behavior and organizational performance: The impact of transformational leaders*. Journal of Leadership & Organizational Studies, 13(3), 15-26.
- Bryman, A., & Cramer, D. (2005). *Quantitative Data Analysis with SPSS 12 and 13: A Guide for Social Scientists*. London: Routledge
- Burns J. M. (1978). *Leadership*. Oxford: Harper & Row.
- Caza, A., Bagozzi, R.P., Woolley, L., Levy, L., & Caza, B.B. (2010). *Psycho-logical capital and authentic leadership: Measurement, gender and cultural extension*. Asia-Pacific Journal of Business Administration, 2, 53
- Chiavenato, I. (2008). *Os Novos Paradigmas*. Minas Gerais, Brasil: Manole.
- Dai, You-De & Dai, You-yu & Chen, Kuan-Yang & Wu, Hui-Chun. (2013). *Transformational vs transactional leadership: Which is better?: A study on employees of international tourist hotels in Taipei City*. International Journal of Contemporary Hospitality Management. 25
- Eboli, C. M. R. (2010). *Liderança autêntica, transformacional e orientada para resultados: Um estudo de seus efeitos interativos sobre o desempenho individual*. Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, Brasil.
- Wendt, Hein & Emmerik, Ij.H.. (2007). *Leadership styles and group organizational citizenship behavior across cultures*. Journal of Organizational Behavior. 28
- Judge T. A., & Piccolo R. F. (2004). *Transformational and transactional leadership: a meta-analytic test of their relative validity*. J. Appl. Psychol. 89, 755–768.
- Konovsky, M. A., & Organ, D. W. (1996). *Dispositional and contextual determinants of organizational citizenship behavior*. Journal of Organizational Behavior, 17: 253–266.
- Lian, L. K., & Tui, L. G. (2012). *Leadership styles and organizational citizenship behavior: The mediating effect of subordinates competence and downward influence tactics*. Journal of Applied Business and Economics, 13(2), 59-96.
- MacKenzie, S. B., Podsakoff, P. M, & Rich, G. A. (2001). *Transformational and transactional leadership and salesperson performance*. J. Acad. Market. Sci. 29(2):115-134.
- Maroco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software & Aplicações*. Edições ReportNumber, Lda. Pêro Pinheiro.
- Nguni, S., Slegers, P., & Denessen, E. (2006). *Transformational and transactional leadership effects on teachers' job satisfaction, organizational commitment, and organizational citizenship behavior in primary schools: The Tanzanian case*. School Effectiveness and School Improvement, 17(2), 145-177.
- Omar, Z., Zainal, A., Omar, F., & Khairudin, R. (2009). *The influence of leadership behavior on organizational citizenship behavior in self-managed work teams in Malaysia*. South African Journal of Human Resource Management, 7(1), 1-11.
- Organ, D. W. (1988). *Organizational citizenship behavior: The good soldier syndrome*. Lexington MA: Lexington Books.
- Organ D. W. (1997). *Organizational citizenship behavior: it's construct clean-up time*. Hum.Perform. 10, 85–97.

- Organ D. W., Podsakoff P. M., MacKenzie S. B. (2006). *Organizational Citizenship Behavior: Its Nature, Antecedents, and Consequences*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Pestana, M. H., Gageiro, J. N. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A complementariedade do SPSS*. Edições Silabo, Lisboa (6ª ed.).
- Peterson, C. & Park, N. (2006). *Character strengths in organizations*. Journal of Organizational Behavior, 27(8), 1149-1154
- Piccolo R. F., & Colquitt J. A. (2006). *Transformational leadership and job behaviors: the mediating role of core job characteristics*. Acad. Management. J. 49, 327–340.
- Pinto, C. A., Rodrigues, J. S., Rodrigues, R. B., Moreira, M. A., & Melo, L. T. (2006). *Fundamentos de Gestão* (3.ª ed.). Lisboa, Portugal: Editorial Presença.
- Podsakoff N. P., Whiting S. W., Podsakoff P. M., & Blume B. D. (2009). *Individual and organizational level consequences of organizational citizenship behaviors: a meta-analysis*. J.Appl. Psychol. 94, 122–141.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Paine, J. B., & Bachrach, D. G. (2000). *Organizational citizenship behaviors: A critical review of the theoretical and empirical literature and suggestions for future research*. Journal of Management, 26, 513-563.
- Suliman, A., & Obaidly, H. A. (2013). *Leadership and organizational citizenship behavior (OCB) in the financial service sector: The case of the UAE*. Asia-Pacific Journal of Business Administration, 5(2), 115-134.
- Tadeucci, M. D. (2011). *Motivação e liderança*. Curitiba, Brasil: IESDE Brasil.
- Wang, G., Oh, I., Courtright, S. H., & Amy E. Colbert, A. E. (2011). *Transformational leadership and performance across criteria and levels: A meta-analytic review of 25 years of research*. Group & Organization Management, 36(2) 223-270.
- Whittington, J. L., Coker, R. H., Goodwin, V. L., Ickes, W., & Murray, B. (2009). *Transactional leadership revisited: Self-other agreement and its consequences*. Journal of Applied Social Psychology, 39(8), 1860-1886.
- Zabihi, M., & Hashemzahi, R. (2012). *The relationship between leadership styles and organizational citizenship behavior*. African Journal of Business Management, 6(9), 3310-3319.

**TRANSFORMATIONAL AND TRANSACTIONAL LEADERSHIP STYLES AND
ORGANIZATIONAL CITIZENSHIP BEHAVIORS – A STUDY IN A COMPANY IN THE TEXTILE
DECORATION INDUSTRY**

Abstract

This paper analyzes the relationships between transactional leadership, transformational leadership and organizational citizenship behaviors in a textile decoration company. To carry out the study, 32 subjects participated, who answered a questionnaire that focused on Organizational Citizenship Behaviors, Transactional and Transformational Leadership and some sociodemographic issues. The results obtained show that there is a significantly positive relationship between the studied leadership styles and organizational citizenship behaviors. The greater the manifestation of transformational and transactional leadership behaviors in individuals in this company, the greater will be the promotion of CCO. Civic virtue, sportsmanship and courtesy are the dimensions that present the most consistent relationship with both styles of leadership.

Keywords: Transactional Leadership; Transformational Leadership; Organizational Citizenship Behaviors.